

Relatório

Ação Educativa

Ano 2011

2011

Sumário

Síglário	3
Apresentação	6
Juventude	8
Programa Políticas Públicas de Juventude e Participação	8
Programa Juventude e Trabalho	13
Programa Jovens e Ensino Médio.....	14
Educação.....	17
Programa Observatório da Educação.....	17
Programa Ação na Justiça	18
Programa Diversidade, Raça e Participação.....	22
Programa Ação na Escola	26
Programa Educação de Jovens e Adultos	29
Cultura	33
Projeto Ponto de Cultura	33
Projeto Pontão de Cultura	34
Projeto Arte na Casa.....	35
Focos de Ação Articulada	37
Educação de Pessoas Privadas de Liberdade	37
Formação para a Cidadania Ativa	39
Gestão e Desenvolvimento Institucional	41
Resultado Financeiro de 2011	49
Corpo Diretivo e Pessoal	53
Apoios.....	58
Anexos.....	61
I - Detalhamento das receitas e despesas do projeto Arte na Casa, convênio 058/2008 e dos demais projetos e atividades da área da Cultura	61
II - Listagem de atividades.....	62
III Participação em redes, fóruns, articulações intersetoriais e conselhos de representantes	79
IV Inserções na mídia	81

Siglário

ABONG – Associação Brasileira de ONGs
ACP – Ação Civil Pública
ADI ou ADIn – Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF – Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
AIN – Ajuda da Igreja da Noruega
ALFASOL – Alfabetização Solidaria
ANTDJ - Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude no Brasil
CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEAFRO – Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero
CEDAP – Centro de Educação e Assessoria Popular
CEDECA Ceará – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e da Desigualdade
CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CEREJA - Centro de Referencia em Educação de Jovens e Adultos
CEU – Centro de Educação Unificado
CLADE – Latino-Americana pelo Direito à Educação
CLADEM - Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
CMJ – Centro de Mídia Juvenil
CNAEJA – Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
CNE – Conselho Nacional de Educação
CONAE – Conferencia Nacional de Educação
CONEB – Conferência Nacional de Educação Básica
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
COOPERIFA – Cooperativa dos artistas da periferia
CRAS - Centros de Referência da Assistência Social
DAC – Disciplina de Apoio Curricular
DEMEC - Departamento Municipal de Educação de Bebedouro/SP
DhESCA – Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma Brasil)
DRE - Diretorias Regionais de Ensino
EC – Emenda Constitucional
EE – Escola Estadual
EED – Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento
EF – Ensino Fundamental
EI – Educação Infantil
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental
ENCCEJA – Exame Nacional de Certificação de Competências para Educação de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FAART – Foco de Ação Articulada

FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação
FES ILDES – Fundação Friedrich Ebert
FEUSP – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FSM – Fórum Social Mundial
FUNAP - Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" de Amparo ao Preso
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GDI – Gestão e Desenvolvimento Institucional
GPN – Grupo Pedras Negras
GPOPAI - Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação
GRAP – Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo do Fórum Social Mundial
GT – Grupo de Trabalho
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
ICAE - International Council for Adult Education
ILANUD - Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente
INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional
INDIQUE – Projeto Indicadores da Qualidade na Educação
INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira
INESC – Instituto de Estudos Socioeconomicos
IPF – Instituto Paulo Freire
IPM – Instituto Paulo Montenegro
JADE – Jovens Agentes pelo Direito à Educação
LDB – Lei de Diretrizes Bases
MEC – Ministério da Educação
MINC – Ministério da Educação
MNSP – Movimento Nossa São Paulo
MP – Medida Provisória
MP – Ministério Público
NCA – Norwegian Church Aid
NEPSO – Nossa Escola Pesquisa sua Opinião (projeto)
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
OPA – Obstáculos e Possibilidades de Acesso à Justiça
PAD – Processo de Articulação e Diálogo
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PMCS – Prêmio Minha Comunidade Sustentável
PNE – Plano Nacional de Educação

PNLDEJA – Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos

PROAC Programa de Ação Cultural – PROAC

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

SAF – Setor de Administração e Finanças

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEE – Secretaria Estadual de Educação

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SESC – Serviço Social do Comércio

SME – Secretaria Municipal de Educação

SICONV – Sistema Convênios do Governo Federal

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TAC – Termos de Ajustamento de Conduta

TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

USP Leste – Universidade de São Paulo - Leste

VAI – Valorização das Iniciativas Culturais

Apresentação

Ampliar e fortalecer a participação de jovens, educadores e agentes culturais em ações coletivas que promovam a justiça social, a diversidade étnico-racial e cultural e a responsabilidade socioambiental, e onde os direitos humanos sejam garantidos por políticas de Estado, definidas com base no debate democrático. (Plano Trienal 2010-2012)

O presente relatório apresenta um balanço das atividades realizadas em 2011 e evidencia que os resultados alcançados são consistentes com o objetivo geral acima indicado.

Na área de Juventude, ao lado da intensa agenda de participação no processo da 2a Conferência Nacional de Juventude, merecem destaque as ações voltadas à construção de processos de articulação da sociedade civil. No plano nacional, a atuação em conjunto com organizações parceiras tornou possível, p.ex., a inserção da comunicação como um direito reconhecido pelo Estatuto da Juventude aprovado pela Câmara Federal. No plano local, destaca-se a rearticulação do GT Juventude da Rede Nossa São Paulo, depois de anos de inexistência de iniciativas coletivas de controle sobre as políticas de juventude na cidade.

A área de Educação intensificou a articulação de acúmulos presentes nos diferentes programas, sustentando ao longo de 2011 agendas estratégicas no campo do direito humano à educação em aliança com outros parceiros. Entre as agendas, destacam-se as propostas apresentadas ao processo de tramitação do novo Plano Nacional de Educação, por meio da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; o lançamento da Rede Latino-americana pela Valorização Docente e a defesa do Piso Nacional Salarial dos Profissionais de Educação. Foi um ano dedicado também ao fechamento e sistematização de ciclos de ações como o dos dez anos do projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião (Nepso), dos Indicadores de Qualidade na Educação (Ensino Fundamental) e do mandato da Relatoria Nacional de Educação (Plataforma DHESCA).

A realização do Seminário e Mostra Cultural Estética da Periferia converteu-se num marco para a Área de Cultura por se tratar de uma ação de âmbito nacional, organizada com ampla articulação de parcerias e grande repercussão no campo da cultura. Foi a oportunidade de pautar o tema da cultura de periferia, para além da importância social das práticas culturais existentes nos bairros distantes do Centro, observando no debate com artistas, acadêmicos e gestores públicos e privados a qualidade artística dessas manifestações. O êxito do evento garantiu a realização de mais uma edição em 2012, com um formato mais amplo e ainda mais participativo.

Dentre os Focos de Ação Articulada criados no Plano Trienal 2010-2012, registra-se o avanço em dois deles (Educação de Pessoas Privadas de Liberdade e Educação para a Cidadania Ativa). Os demais (Ensino Médio Democrático; Financiamento da educação e controle social do fundo público; Mídia e Participação) na ausência de projetos que favorecessem a ação articulada, não estiveram ativos em 2011.

Para o campo das ONGs, de forma geral, o ano foi de enfrentamentos. Além da instabilidade de suas bases de sustentação financeira, as ONGs brasileiras sofreram neste ano um recrudescimento da onda de deslegitimação de que vinham sendo vítimas. O decreto presidencial que suspendeu convênios com todas as entidades sem fins lucrativos piorou o grau de insegurança da relação das organizações com os governos e a desconfiança da opinião pública.

Além de apoiar a atuação da Abong nas tentativas de superar a situação por meio da construção de um novo marco regulatório para as organizações da sociedade civil, a Ação Educativa também buscou, em suas práticas, atualizar o sentido de sua missão e a legitimidade de suas estratégias institucionais. Por um lado, aperfeiçoou os canais de comunicação e prestação de contas à sociedade; por outro, continuou buscando inovar e atualizar seu compromisso com a defesa de direitos e bens comuns, explorando novos temas e estratégias de intervenção numa conjuntura social que demanda, com urgência cada vez maior, uma mudança de paradigma civilizatório.

Nas páginas seguintes, são detalhadas as atividades e os produtos fruto do trabalho de cada uma das unidades que compõem o organograma institucional, bem como são analisados os resultados e as perspectivas.

São Paulo, maio de 2012.

Juventude

Programa Políticas Públicas de Juventude e Participação

Objetivo – Contribuir para a ampliação e fortalecimento da participação social na definição de políticas públicas de juventude articuladas intersetorialmente, na perspectiva de que estas consigam efetivamente satisfazer os direitos dos/das jovens.

Atividades e Produtos

Apoio a grupos juvenis

Nesse eixo, as principais atividades são desenvolvidas a partir do Centro de Mídia Juvenil (CMJ) que, em 2011, apoiou 66 iniciativas culturais de 12 grupos formados por jovens da periferia da região metropolitana da cidade, oferecendo espaços, recursos materiais, equipamentos, divulgação e formações para o desenvolvimento de suas iniciativas culturais. As atividades destes coletivos se voltam para diferentes manifestações artísticas e elaboração de produtos culturais (vídeos, livros, sites, etc.) que envolvem diversas linguagens, tais como: hip-hop, música, vídeo, grafite, dança, teatro, literatura, webradio e webtv.

Em relação aos anos anteriores, os grupos que frequentam a Ação Educativa demandaram menos assessorias individuais e solicitaram formações relativas aos editais públicos para a cultura. Foram então realizados dois cursos de Elaboração de Projetos Culturais, com carga horária de 30 horas cada, e cinco workshops de formatação de projetos para editais públicos. Foram também oferecidas três palestras com convidados que discutiram a produção cultural atual.

Participação e incidência nas políticas públicas de juventude

Em 2011, grande parte das atividades desenvolvidas neste eixo desenvolveu-se em torno da *2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude* – mais importante processo de participação institucional no âmbito das políticas públicas de juventude.

Primeiramente, com o objetivo de debater e formular propostas, foram realizadas duas Conferências Livres. A primeira envolveu as equipes das três áreas de trabalho da Ação Educativa – Educação, Cultura e Juventude – e teve como foco debater o documento-base e elaborar proposta à luz do acúmulo institucional. A segunda foi realizada em parceria com outras quatro ONGs (Cidade Escola Aprendiz, Instituto Sou da Paz, Instituto Paulista de Juventude e Viração) e teve por objetivo reunir jovens de baixa renda ligados/as às organizações, com a finalidade de possibilitar uma experiência de participação, construindo e debatendo propostas que foram enviadas à etapa nacional.

Na Conferência Municipal de Juventude, a participação da instituição se deu por diferentes maneiras. Primeiramente, a Ação Educativa foi a responsável pela elaboração de uma proposta de texto-base que, com poucas alterações feitas pelo Conselho Municipal de Juventude, foi distribuído a todos os participantes da conferência. Durante o evento, coordenou os trabalhos de dois eixos (Fortalecimento Institucional e Cultura) e expôs suas

posições na mesa de problematização inicial do eixo Fortalecimento Institucional. Ao final, elegeu dois delegados.

No plano estadual, a Ação Educativa integrou a Comissão Organizadora da Conferência, tendo contribuído especialmente para a construção e coordenação metodológica de seu processo. Na Conferência, além de participar dos debates, coordenou os trabalhos no Eixo de Segurança e Direitos Humanos. Ao final, elegeu um delegado.

Por fim, na etapa nacional da Conferência, além da participação como delegado, a Ação Educativa fez uma exposição sobre “Os desafios da educação básica para jovens” na mesa de abertura dos trabalhos do Eixo Educação Básica.

Para além do processo da Conferência, no plano nacional, a Ação Educativa participou, de um lado, de um intenso processo de diálogo com o Governo Federal e, de outro, de uma articulação com organizações da sociedade civil.

O diálogo com Governo Federal se deu em torno da configuração das políticas públicas de juventude na gestão que então se iniciava. Primeiramente, o diálogo se deu diretamente com a Secretaria Geral da Presidência da República. Em seguida, teve continuidade por meio do Grupo de Análise de Políticas Públicas de Juventude, constituído pela nova Secretária Nacional de Juventude. No processo, foram oferecidos subsídios para a construção do Plano de Trabalho da SNJ, especialmente para o processo de criação e reformulação de programas dirigidos aos jovens, na perspectiva da garantia de direitos.

A articulação com organizações da sociedade civil se deu no âmbito do Grupo das Entidades de Apoio com atuação no Conselho Nacional de Juventude – Conjuve. As entidades de apoio constituem uma categoria prevista na composição do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) desde a sua primeira gestão iniciada em 2006 e, desde 2008, vem se constituindo um coletivo que se aproximou por se identificar com um tipo de atuação mais independente, sem vinculações partidárias. Em 2011 essas organizações buscaram uma articulação mais estratégica, afinando posicionamentos comuns e planejando ações conjuntas tendo em vista especialmente a incidência no processo de tramitação do Estatuto Nacional da Juventude.

No plano local, um importante foco do trabalho em 2011 consistiu na retomada de um processo de participação em torno das políticas públicas de juventude na Cidade de São Paulo. Para aquecer a discussão, foi realizado na Câmara Municipal o Seminário São Paulo Pela Juventude, construído em parceria com a Câmara Municipal de São Paulo, a Secretaria Nacional de Juventude, o Conjuve, a Coordenadoria Municipal de Juventude e 12 organizações da sociedade civil. A partir daí, em aliança com o Instituto Paulista de Juventude e a Comunidade Cidadã, concentraram-se esforços na coordenação de um processo de reestruturação do GT de Juventude da Rede Nossa São Paulo, como um espaço de articulação da sociedade civil. As atividades do GT resultaram numa intensa agenda coletiva de elaboração e aprimoramento de propostas (sendo as mais importantes delas aprovadas na Conferência Municipal de Juventude), monitoramento e implementação de ações de incidência junto ao executivo e ao legislativo municipais. Foram realizadas quatro rodas de conversa sobre temas relevantes na agenda de juventude (Conferência Municipal de Juventude, Conselho Municipal de Juventude, Mobilidade e Cultura), mobilizando um conjunto importante de organizações e grupos e levantando propostas e questões pertinentes para o contexto da cidade. Além disso, foi criada uma estrutura de comunicação por meio de um blog (entre setembro e dezembro foram feitas 20 postagens no blog, que resultaram em 556 acessos) e

de um boletim, que teve duas edições distribuídas em uma grande rede de contatos – foram enviadas para 1977 contatos e disponibilizadas no site da Ação Educativa, com 500 acessos diários, em média.

Como reconhecimento de sua atuação no âmbito das políticas públicas de juventude, a Ação Educativa foi indicada como representante da sociedade civil na Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Juventude. E foi também novamente convidada a integrar a Comissão de Avaliação do Programa VAI da Secretaria Municipal de Cultura.

Produção e disseminação de conhecimento

Foi publicado o livro *Juventude em Pauta: Políticas Públicas no Brasil*¹, publicado em parceria com a Fundação Friedrich Ebert e a Editora Peirópolis. O livro conta com 23 artigos produzidos ao longo do ano e que foram fruto de reflexões realizadas durante o Seminário “Políticas Públicas: juventude em pauta”, realizado em dezembro de 2010. Lançado durante a Conferência Nacional de Juventude, o livro reúne contribuições produzidas por jovens militantes, por gestores de políticas e por pesquisadores, constituindo uma rica análise das políticas de juventude implementadas no Brasil neste início de século.

Foi também publicado uma versão impressa do boletim *Juventude na Cena*², especialmente voltado para a avaliação e discussão das políticas culturais na cidade de São Paulo. A publicação apresenta o posicionamento de especialistas, grupos juvenis e gestores sobre as políticas de juventude e cultura na cidade, enfatizando questões relacionadas à possibilidade de construção de uma agenda/plataforma de propostas políticas para as próximas eleições municipais.

No período, foi dada continuidade à pesquisa Projovem Urbano - seus impactos nas políticas de EJA e Juventude e na trajetória educacional de jovens, iniciada em 2010. Suas atividades voltaram-se especialmente à revisão bibliográfica e à estruturação e realização da pesquisa de campo em cinco municípios brasileiros (um no Sudeste, dois no Nordeste e dois no Centro-Oeste). O balanço da produção de conhecimento deu origem ao artigo *O uso de metodologia de caráter inventariante na Educação de Jovens e Adultos*, publicado em um livro editado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte³.

Foram também desenvolvidas ações mais pontuais, envolvendo assessorias e palestras, que podem ser consultadas na lista de atividades anexa.

¹ PAPA, F.C. e FREITAS, M.V. (Org.) **Juventude em Pauta: Políticas Públicas no Brasil**. São Paulo : Peirópolis / Ação Educativa / Friedrich Ebert Stiftung, 2011.

² JUVENTUDE, ESPAÇOS E POLÍTICAS DE CULTURA. *Juventude na Cena*, nº 14. São Paulo : Ação Educativa, dezembro 2011.

³ RIBEIRO, E., FREITAS, M.V., SUCUPIRA, M. E CRUZ, B.B. O uso de metodologia de caráter inventariante na Educação de Jovens e Adultos. In: PAIVA, Jane e PINHEIRO, Rosa Aparecida. (Org.) **Da pesquisa em EJA à pesquisa na EJA: ações plurais, sentidos singulares**.

Balanço dos resultados e perspectivas

Apoio a grupos juvenis

O balanço dos resultados do trabalho junto ao Centro de Mídia Juvenil revela um cenário semelhante ao de 2010. O Centro manteve-se como um espaço de referência para jovens que produzem mídias na cidade de São Paulo, especialmente no que diz respeito à elaboração de estratégias para sua relação com as políticas públicas na área de Cultura. Como já se havia observado, o incremento dos editais públicos de fomento nessa área tem provocado o surgimento de uma demanda crescente de formação para elaboração de projetos. Por isso, mantém-se relevante a estratégia de realizar Cursos de Elaboração de Projetos e workshops de editais públicos na área da Cultura, nos quais também são oferecidas informações acerca das políticas públicas dessa área, do Plano Nacional de Cultura e dos desafios do financiamento e do diálogo com o poder público. Vale ressaltar que, dos participantes nessas formações, 40% conseguiram acessar os editais públicos de cultura, com uma incidência maior no Programa VAI da Secretaria Municipal de Cultura.

Os grupos apoiados pela Ação Educativa possuem características diversas e muitos se mobilizaram e atuaram em diferentes redes, envolvendo diretamente em suas atividades tanto jovens de suas comunidades locais como de outras redes mais ampliadas, como no caso dos grupos que desenvolvem programas de rádioweb e de TVweb. Essas atividades em redes têm fortalecido a identidade dos grupos e promovido a construção de demandas comuns para as políticas públicas. Por exemplo, muitos grupos culturais de jovens apontam dificuldades de acesso aos espaços e recursos dos CEUs (Centros de Educação Unificados) e reivindicam que os mesmos deveriam atender suas demandas. Neste momento, tem-se buscado quais estratégias deverão ser adotadas por essas redes para garantir que suas demandas sejam atendidas.

Participação e incidência nas políticas públicas de juventude

Com a implementação, em 2011, de diferentes estratégias, envolvendo sete espaços de participação institucional e dois espaços de articulação da sociedade civil, a Ação Educativa pode contribuir para a ampliação e o fortalecimento da participação da sociedade civil, especialmente de jovens, nos debates em torno das políticas públicas de juventude.

As 95 pessoas que participaram das duas Conferências Livres promovidas pela Ação Educativa puderam participar de forma qualificada do processo da Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude: debateram e elaboraram propostas de forma coletiva; suas propostas foram incorporadas no processo de sistematização da Conferência; aqueles e aquelas que foram eleitos delegados puderam intervir de forma mais qualificada nas Etapas eletivas da Conferência. A experiência da Conferência Livre de Juventude mostrou-se profícua em vários sentidos: tratou-se de uma estratégia articulada, que congregou organizações que atuam na defesa dos direitos da juventude; a atividade fortaleceu efetivamente a possibilidade de ação dos/as jovens (um dos participantes deste encontro foi o delegado mais bem votado da Conferência Estadual de Juventude e pode, assim, participar da Conferência Nacional de Juventude); e a iniciativa abriu novos horizontes de ação das instituições para fortalecer a participação juvenil na formulação e construção de agendas políticas.

Os encontros temáticos do GT de Juventude, por sua vez, envolveram 72 pessoas num processo de debate em torno das políticas de juventude na cidade, contribuindo para o fortalecimento de uma agenda comum da sociedade civil, com base nas principais demandas da juventude. Trata-se de militantes de diferentes causas que estão apostando na construção de espaços coletivos de controle social das políticas. Importante considerar também que, como militantes e/ou lideranças, têm um importante papel de disseminação de informações e um grande potencial de mobilização.

O processo de diálogo com o Governo Federal contribuiu para a reconfiguração do papel da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, resultando em maior capacidade de diálogo com os diferentes Ministérios e avançando no processo de construção de uma Política Nacional de Juventude fundada numa visão de efetivação de direitos, na qual os espaços e processos de participação têm papel essencial.

A contribuição da Ação Educativa pôde ser mais efetiva à medida que atuou em conjunto com outras organizações da sociedade civil. Foi por meio de parcerias que se realizaram atividades onde se aprimoraram demandas e propostas e se definiram estratégias conjuntas para incidir nos diferentes espaços onde se debatem e definem as políticas. Foi a atuação em conjunto com ONGs que atuam ou atuaram no Conjuve que tornou possível a conquista de algumas alterações no texto do Estatuto da Juventude aprovado pela Câmara Federal, como o reconhecimento da comunicação como um direito dos jovens. Foi por meio da articulação com mais duas organizações paulistas que atuam no tema das políticas públicas de juventude na cidade que se tornou possível a (re)articulação do GT de Juventude da Rede Nossa São Paulo, depois de vários anos em que inexistiam processos de articulação de sociedade civil para controlar/incidir nas políticas de juventude na cidade.

O GT de Juventude, por sua vez, conseguiu aglutinar importantes organizações que atuam nesse campo, o que lhe permitiu construir estratégias de controle social da política, atuando junto à Coordenadoria de Juventude e também junto à Comissão da Criança, do Adolescente e da Juventude da Câmara Municipal de São Paulo, onde foram promovidas ações para interferir na previsão orçamentária da Secretaria Municipal de Cultura.

Em 2012, a atuação no plano nacional deverá se dar especialmente por meio do Grupo das Entidades de Apoio com atuação no Conjuve, pois, finalizada a 2ª Conferência Nacional de Juventude, o Conselho se apresenta como o espaço institucional privilegiado para o controle social das políticas, incluindo o monitoramento da implementação das resoluções da Conferência.

No plano local, a atuação continuará se concentrando no GT de Juventude que, além de manter a estratégia já implementada, planeja construir uma plataforma de propostas de políticas de juventude a ser apresentada e debatida com os candidatos a Prefeito da cidade de São Paulo.

Produção e disseminação de conhecimento

As duas publicações lançadas em 2011 têm forte potencial para impactar a agenda das políticas de juventude. O Boletim Juventude na Cena, distribuído especialmente aos coletivos juvenis envolvidos com a produção cultural na cidade, será subsídio para a construção de propostas relativas à área da Cultura a serem debatidas no âmbito das eleições municipais. O livro Juventude em Pauta: Políticas Públicas no Brasil ao reunir importantes reflexões de atores diversos do debate nacional, vem despertando interesse de gestores, militantes,

pesquisadores, educadores e estudantes. Em 2012, a distribuição mais ampla permitirá disseminar o conhecimento ali reunido para um público mais amplo.

Programa Juventude e Trabalho

Objetivo – Contribuir para a construção de políticas públicas de trabalho decente para a juventude

Atividades e produtos

Em 2011, as principais atividades do Programa consistiram na realização de duas pesquisas.

Iniciada em 2012, a pesquisa *Jovens do Pró-Menino: projetos e trajetórias*, apoiada pela Fundação Telefônica, teve como objetivos contribuir para a análise das trajetórias escolares e profissionais de adolescentes egressos do Programa Pró-Menino, para avaliação das estratégias utilizadas pelo Programa e para a constituição das bases de um novo projeto direcionado à juventude em sua interface com a educação e o trabalho. Além da realização de entrevistas com 262 egressos do Programa e de grupos focais com educadores e coordenadores de projetos do Pró-Menino, foi realizado um amplo mapeamento de iniciativas, em âmbito público e privado, dirigidas à inserção de jovens no mundo do trabalho e um conjunto de estudos de caso de experiências consideradas mais significativas.

A pesquisa *Jovens Aprendizes: uma análise a partir da experiência de jovens egressos e instituições formadoras*, apoiada pelo Instituto Unibanco, teve o objetivo de identificar os avanços e desafios trazidos pela Lei da Aprendizagem a partir das experiências e percepções de adolescentes e jovens que experimentaram a condição de aprendizes. Partindo da sua perspectiva, buscou-se traçar um perfil geral desses jovens e identificar os fatores que os mobilizaram a buscar uma inserção formal no mercado de trabalho por meio da aprendizagem. Além dos egressos, também foram ouvidos jovens e profissionais vinculados a instituições formadoras de aprendizes. Dessa forma, buscou-se construir um olhar ampliado sobre a aprendizagem, equilibrando uma descrição das atividades desenvolvidas pelas instituições visitadas às análises das práticas observadas.

Foi realizado o curso de extensão universitária Juventude, Trabalho e Políticas Públicas. Oferecido pela UNIFESP em parceria com a Prefeitura Municipal de Embu das Artes, o curso teve carga horária de 40 horas e foi dirigido a educadores e técnicos de programas sociais daquele município e vizinhança.

Balanco dos resultados e perspectivas

A pesquisa *Jovens do Pró-Menino* traçou um rico panorama das políticas e programas de inserção de jovens no mundo do trabalho, que foi debatido pelos coordenadores dos programas de Jovens da Fundação Telefônica nos diferentes países em que atua. No entanto, mudanças institucionais na Fundação levaram à desestruturação desse Programa no Brasil e as perspectivas de desenvolvimento de uma nova ação nesse âmbito foram frustradas.

Concluída no final do ano, a pesquisa *Jovens Aprendizes* não chegou a ter seus resultados divulgados. Isso será feito em 2012, quando será realizado um Seminário em torno do tema

Juventude, Educação e Trabalho que, entre outros aspectos, debaterá as condições de implementação e os impactos das leis da Aprendizagem e do Estágio.

Ao longo do ano, discussões feitas junto aos demais Programas da Área de Juventude apontaram que, dentre os diversos aspectos da complexa situação que jovens enfrentam no mundo do trabalho, o das relações entre escola e trabalho adquire um enorme peso e se apresenta como um desafio para os atores que propugnam pela efetivação de direitos aos jovens. Quais são os impactos da elevação do grau de escolaridade da população juvenil para sua inserção no mundo do trabalho? Quais são as pressões que o modelo de desenvolvimento vigente provoca sobre a escola? Quais os limites deste modelo para que a juventude possa exercer um trabalho nos marcos da Agenda de Trabalho Decente? De que forma a escola pode/deve apoiar a inserção dos jovens no mundo do trabalho em sua atual configuração?

Os debates de tais questões evidenciaram a importância de uma atuação mais articulada entre os campos da educação e do trabalho e, por isso, decidiu-se pela fusão deste Programa com o Programa Jovens e Ensino Médio, dando origem, a partir de 2012, ao Programa Juventude Educação e Trabalho.

Programa Jovens e Ensino Médio

Objetivo – Contribuir na elaboração de propostas para o Ensino Médio que correspondam às necessidades dos jovens

Atividades e produtos

Uma linha de atuação central no Programa refere-se à experimentação de propostas e metodologias de orientação profissional para jovens de ensino médio e, nesse campo, duas ações foram implementadas: a formação de onze JADEs – jovens agentes pelo direito à educação e a realização de oficinas de orientação profissional em escolas.

A formação dos JADEs envolveu 280 horas de curso, ao longo das quais se buscou contribuir com seus processos de escolha profissional e também prepará-los para a realização de oficinas de orientação profissional nas escolas. Além da abordagem de temas diversos, o curso incluiu atividades de desenvolvimento da linguagem escrita e fomentou a participação desses jovens nos debates públicos sobre o ensino médio e sobre outros temas relacionados aos seus direitos.

Além da formação, os jovens participaram ativamente da realização de uma campanha voltada para estudantes de escolas públicas. Tendo como temática o Exame Nacional de Ensino Médio e suas interfaces com os caminhos de acesso ao ensino superior (notadamente o SISU e ProUni), a campanha atingiu um universo estimado em 1 mil estudantes do 3º ano do ensino médio.

As Oficinas de Orientação Profissional *Tô no Rumo* foram realizadas em três escolas públicas de Ensino Médio, envolvendo um total de 308 estudantes. As atividades do programa *Tô no Rumo* foram realizadas por 25 professores/as das escolas que, para tanto, receberam formação, assessoria e recursos materiais da Ação Educativa.

Em 2011, foi lançado o blog *Tô no Rumo* cujo objetivo é produzir conteúdos correlatos àqueles tratados nas oficinas de orientação profissional. O conteúdo foi produzido por dois jovens. Estes tiveram formação complementar, especialmente voltada para a produção de textos e reportagens para o blog. Para dar continuidade à ferramenta de comunicação em 2012, foram elaborados projetos com vistas à captação de recursos.

Com o intuito de incidir no debate público sobre as políticas educacionais dirigidas aos jovens, a equipe buscou participar de encontros e seminários. Neste sentido, destaca-se a participação da Ação Educativa no 1º Fórum de Pesquisa em Orientação Profissional e do 10º Simpósio Latino-americano de Orientação Profissional, onde foram apresentados e discutidos os acúmulos do projeto Jovens Agentes pelo Direito à Educação.

A mesma temática foi objeto de discussão no seminário Às portas abertas da universidade. O evento foi organizado pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Rede Emancipa de Cursinhos Populares e as apresentações realizadas no encontro serão publicadas em forma de livro no ano de 2012. E, a partir de convite de professoras de dois institutos de ensino superior público, os desafios da articulação entre educação e trabalho e a proposta de orientação profissional nas escolas foram apresentados e discutidos junto a estudantes de licenciatura.

Por fim, em dezembro, foi realizada a Oficina Juventude, Educação e Trabalho. O evento buscou levantar novas questões e desafios para pensar a situação dos jovens e das políticas a eles dirigidas no campo e na articulação entre trabalho e da educação. Contando com a participação das equipes das áreas de educação e de juventude da Ação Educativa e de sócios, colaboradores e parceiros, a sistematização da atividade tem servido como base para a estruturação de um seminário a ser realizado em 2012.

Balanco dos resultados e perspectivas

No que diz respeito à formação de jovens agentes chama atenção o fato de que parte dos participantes já colocou em prática seus planos e projetos de vida elaborados durante a formação. Muitos deles buscaram articular demandas específicas de trabalho e renda com interesses de mobilização e ação social. Neste sentido, vale relatar o caso de R., jovem de 20 anos que conformou estratégias para ingressar no curso de Filosofia, em uma universidade privada onde conseguiu obter uma bolsa de estudos de 100%. Atualmente, o rapaz atua como educador em uma ONG da Zona Leste de São Paulo. Já M., que tem 19 anos, elaborou e concretizou o plano de fazer o curso técnico de Gestão de Políticas Públicas e aguarda os resultados do processo de seleção para o curso de Ciências Sociais de uma universidade pública da região metropolitana de São Paulo.

Embora a formação dos JADEs tenha se dado tal como planejada, o tamanho do grupo (apenas 11 jovens) e o tempo de formação (de apenas um semestre) mostraram-se insuficientes para o alcance pleno dos objetivos do curso. O eixo de letramento, que se mostrou significativamente importante para a realização do trabalho com os jovens foi subdimensionado na formação e as possibilidades de experimentação e de circulação por espaços de debate, discussão e participação política também se restringiram a poucas vivências. Tendo em vista esta avaliação, para 2012 foram criadas condições para a ampliação tanto do grupo como do tempo de formação.

Dos 308 participantes da oficina *Tô no Rumor: Jovens e Escolha Profissional*, 79,2% consideraram que as oficinas *"ajudaram a refletir mais sobre a importância da escolha profissional"*, 72,6% consideraram que elas *"permitiram compreender melhor o mundo do trabalho"* e 71,8% avaliaram que as oficinas *"apresentaram informações sobre cursos universitários e faculdades"*. Essas avaliações indicam coerência entre o trabalho realizado nas escolas e os objetivos estabelecidos, garantindo a jovens que se encontram na última etapa da educação básica brasileira um espaço profícuo para reflexão sobre seu futuro. Prova disso é que 68,5% consideraram que as oficinas *"ajudaram a construir planos para o futuro, no trabalho ou para a faculdade"* e 58,8% que estas *"mostraram que continuar os estudos depois do ensino médio era importante"*.

Todavia, para a implementação das oficinas de orientação profissional, a parceria com professores tem se mostrado uma estratégia frágil para garantir a sustentabilidade política e a manutenção das iniciativas realizadas nas instituições de ensino. A impotência de profissionais em reagir às reformas operadas a partir da Secretaria Estadual de Educação (mudanças na carga horária, reformas curriculares, redistribuição de número de aulas) tem repercutido em constantes adaptações das atividades planejadas e, essa situação agrava-se quando considerada a grande rotatividade de professores e de equipe de coordenação.

Por isso, torna-se um desafio para a equipe dar maior visibilidade às iniciativas realizadas nas/pelas escolas, buscando fortalecer a ação e a autonomia de professores e de professoras. Por outro lado, é igualmente necessário dar maior visibilidade e ampliar a legitimidade do projeto e da ideia de que a escola pública de nível médio pode contar com um espaço em que moças e rapazes sintam-se apoiados no delineamento de suas trajetórias e perspectivas de futuro. É com essa perspectiva que para o ano de 2012 estão previstas ações com vistas a: a) debater com educadores/as e formuladores/as de programas e políticas públicas a articulação entre educação e trabalho na vida dos jovens e nas políticas educacionais e para o trabalho; e b) sistematizar e disseminar a metodologia *Tô no Rumor*.

Educação

Programa Observatório da Educação

OBJETIVO – Produzir e disseminar informações, promover pluralidade das opiniões, subsidiar os meios de comunicação, agentes educacionais e movimentos sociais na promoção da educação como direito.

Atividades e produtos

O ano de 2011 foi marcado por reestruturação da dinâmica do Observatório para acomodar um projeto não previsto no Plano Trienal: a articulação de uma *Rede pela Valorização d@s Docentes Latino-american@s*, impulsionada em parceria com a Fundação Avina. Localizada no Observatório por sua convergência com os objetivos do programa – notadamente o de pluralizar o debate público sobre educação e dar visibilidade à voz do professorado – a Rede ganhou um portal próprio, *Vozes da Educação*, desenvolvido no segundo semestre. Para essa construção, foi conformado um grupo de cerca de 30 professores da rede pública paulista interessados em integrar a Rede, que realizou três reuniões presenciais no semestre.

Em 9 de novembro, a Rede Vozes foi publicamente lançada, juntamente com o portal, em debate que contou com transmissão ao vivo, bate-papo virtual e tradução simultânea português-espanhol. Para a ocasião, foi realizado e apresentado um levantamento sobre a cobertura da imprensa latino-americana e a maneira como os jornais abordam as questões relativas à docência. No dia seguinte, uma reunião do grupo impulsor da iniciativa (com pessoas da Argentina, do Brasil, do Chile, do Equador e do Paraguai), além de organizações parceiras convidadas, realizou uma atividade de planejamento para a Rede em 2012.

No campo da produção de informações sobre a conjuntura educacional, manteve-se o envio semanal de boletins do Observatório. Teve grande destaque no período a cobertura da tramitação do projeto de Plano Nacional de Educação (2011-2020), com reportagens especiais sobre temáticas pouco analisadas pela imprensa. Exemplos de reportagem que incidiram efetivamente sobre o debate em torno do PNE foram: o levantamento apontando a ausência, no projeto, de conteúdo relacionado às temáticas de gênero e sexualidade, o que gerou reação de organizações do campo e convocação de audiência pública pela presidente da Comissão de Educação da Câmara, deputada Fátima Bezerra; ainda no início do ano, levantamento de informações e entrevistas sobre a necessidade de ampliação do percentual do PIB para financiamento da educação, com repercussão na imprensa.

O acompanhamento dos Conselhos de Educação no Blog De Olho Nos Conselhos, que teve início no fim de 2010, ganhou sistematicidade neste ano, tornando-se semanal em ambos os órgãos (municipal e estadual). O conteúdo passou a ser considerado por jornalistas e ativistas da sociedade civil como fonte de informação, pautando ações. Na linha de transparência e acesso à informação, o Observatório se aproximou de coletivos e redes que atuam sobre o tema, participando de reuniões e encontros com foco nos dados públicos e reforma da lei de direitos autorais.

Balanço dos resultados e perspectivas

A criação da *Rede pela Valorização d@s Docentes Latino-american@s* representa um novo passo para a estratégia de fortalecimento da voz docente no debate educacional, impulsionada no Observatório da Educação com a *Campanha Fala Mestre! Fala Mestra!*, em 2007, e em consonância com a atuação de outros programas da Ação Educativa em torno da questão docente.

Estruturada em diferentes linhas de ação – comunicação, articulação política, mobilização e incidência e pesquisa – a Rede tem como grande desafio consolidar-se, em 2012, como estratégia latino-americana. Para isso, será fundamental fortalecer o vínculo com organizações do campo do direito à educação, sindicatos e movimentos de empresários dos diferentes países, reforçando a ideia fundante da iniciativa de que a valorização deve ser uma agenda de toda a sociedade. Informações até então produzidas no âmbito nacional, pelo Observatório (análises de mídia, reportagens e entrevistas) serão, a partir de 2012, objeto de produção da rede, no portal *Vozes da Educação*.

A integração da produção do Observatório com redes sociais – Twitter e Facebook – dinamizou a cobertura e representou ampliação de acessos com relação a 2010, superando 150 mil visitas ao site no ano. No entanto, essa nova frente também traz desafios sobre estratégias de alimentação das ferramentas e interação com o público dessas mídias – como, por exemplo, o diálogo e o estímulo à participação na elaboração de conteúdo. Há ainda como perspectiva para o programa a aposta no tratamento de informações na forma de dados abertos (código disponível para reutilização) e sua visualização em infográficos interativos, tornando-os mais amigáveis e atrativos.

Por fim, o acompanhamento sistemático dos conselhos de educação mostrou-se uma estratégia acertada e imprescindível para o monitoramento de políticas do âmbito estadual, e deve ser mantida no próximo ano. Isso porque, cada vez mais, o acesso às informações sobre as ações e programas implementados pelos governos tem sido dificultado pelo poder público, criando obstáculos para a atuação da sociedade civil. Nesse sentido, ganha destaque a importância da Lei de Acesso e Transparência da Informação, aprovada pelo Congresso Nacional em novembro de 2011, e que entrará em vigor em maio de 2012. Em articulação com outras organizações e redes, Ação Educativa pretende atuar pela implementação efetiva da lei no campo educacional.

Programa Ação na Justiça

OBJETIVO – Ampliar e qualificar a utilização de instrumentos jurídicos na defesa de direitos educacionais e da juventude, fortalecendo a justiciabilidade dos direitos humanos junto ao sistema de justiça estatal e à sociedade civil.

Atividades e Produtos

Em 2011, procurou-se principalmente fortalecer a produção e difusão de informações – por meio da criação e lançamento do site www.direitoaeducacao.org.br – e a incidência através de demandas estratégicas junto ao sistema de Justiça, com o desenvolvimento e acompanhamento de casos relacionados a violações de amplo impacto aos direitos humanos

educacionais, e a consequente promoção de medidas reparadoras na esfera administrativa e judicial. Tais iniciativas foram propostas e acompanhadas em articulação com outras organizações, redes e movimentos.

Em relação às **sistemáticas violações ao direito à educação infantil em creches e pré-escolas**, além do acompanhamento das ações judiciais anteriormente propostas, a Ação Educativa – sempre em articulação com outras organizações que compõem o Movimento Creche para Todos – propôs em outubro de 2011 uma Ação Civil Pública contra o Município de São Paulo em razão de discriminação de crianças não residentes no seu território, moradores em áreas de municípios da grande São Paulo que se confundem com a periferia da cidade de São Paulo. A política de atendimento em educação infantil do município de São Paulo prevê que, na fila de espera por vagas, aquelas crianças que não são residentes no território do município sejam colocadas em último plano, inviabilizando seu atendimento.

Quanto às ações propostas em anos anteriores, em novembro de 2011 o juiz da Vara da Infância e da Juventude de Pinheiros decidiu favoravelmente aos pedidos da Ação Civil Pública (ACP) que questionava, através de casos exemplares, a política de antecipação compulsória do ingresso de crianças de 3 anos na pré-escola. A ação tem como réu o Município de São Paulo, que em 2009 – ano de início da ACP – consolidou política ilegal de transferência dessas crianças – em idade de creche, onde receberiam atendimento integral – para as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), nas quais não há adequação pedagógica e de infraestrutura às suas necessidades e características específicas.

O reconhecimento judicial do direito das crianças de três anos permanecerem em creches, tanto nesta Ação como em outra proposta pelo Ministério Público, foi o principal elemento que levou o Município a rever sua política de transferência já em 2010, beneficiando dezenas de milhares de crianças nesta faixa etária. A confirmação do resultado na sentença reforça a perspectiva garantidora desta dimensão de qualidade do direito à educação infantil. No caso, além de reconhecer a ilegalidade da transferência ocorrida em 2009, o Juiz determinou a aplicação de multa processual por descumprimento e indenização por danos morais, estimada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por criança. O caso se encontra atualmente no Tribunal de Justiça, em fase de apresentação de recursos.

Também em 2011 foi tomada a decisão – pelas organizações do Movimento Creche para Todos – de iniciar a execução exemplar individual da sentença na Ação Civil Pública. Em ação de execução provisória, Ação Educativa já havia solicitado o cumprimento integral da decisão para todas as 1.030 crianças listadas, além da aplicação de multa. Entre as informações apresentadas pelo Município, nessa execução demonstravam que crianças que estavam na lista da ação originária e, portanto, estavam abarcadas pela decisão judicial que determinava matrícula imediata, chegaram ao ensino fundamental sem ter nunca sido matriculadas na educação infantil pública. Desse fato decorre a exemplaridade da medida.

A partir dessa informação, Ação Educativa decidiu ingressar com ações exemplares reivindicando conversão da obrigação de fazer (matricular) em perdas e danos (indenização monetária para os pais), já que a primeira havia se tornado impossível. Para tanto, foram consultados os pais, mães e responsáveis de crianças que se encontravam na situação descrita e dois se dispuseram a levar adiante a ação requerendo a indenização. Duas ações, então, foram propostas e admitidas com este objeto específico, não havendo ainda decisão. Além de obter a indenização monetária para a família, o objetivo estratégico das liquidações

de sentença é firmar jurisprudência que venha a reforçar a tutela jurídica do direito à educação.

Em 2011, como resultado de um acompanhamento de política pública iniciado ainda em 2009, com a abertura de ao menos três procedimentos administrativos, a Ação Educativa decidiu formular uma **estratégia judicial de defesa da efetiva gratuidade nas escolas públicas**. Isso porque está constatada a disseminação de uma “cultura da taxa” nas escolas, vinculada tanto ao acesso – com a cobrança de uniformes obrigatórios não fornecidos gratuitamente e a venda de documentos de identificação requeridos na entrada – como às atividades didático-pedagógicas elementares, como a realização de provas e exercícios. Nesse sentido, a reunião dos procedimentos acompanhados no período e novas informações coletadas resultaram na formulação de uma nova ação civil pública, na qual se requer ao Estado de São Paulo a abstenção de cobrar qualquer valor nas escolas públicas, além de ressarcir os estudantes já afetados por tais medidas.

Outras iniciativas pontuais relacionadas ao tema do financiamento da educação e ao controle social dos recursos públicos merecem destaque. Em setembro de 2011 a Ação Educativa apresentou uma representação à Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social do Ministério Público de São Paulo. Por meio dela, foram solicitadas mais informações e documentos referentes ao **processo de contratação de assinaturas sem licitação de jornais e das revistas semanais**, realizadas pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), para escolas estaduais de São Paulo, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades. Foi aberto inquérito civil para apuração das eventuais irregularidades.

A partir de informes da comunidade local, configurou-se uma denúncia sobre a **ausência de professores na Escola Estadual MMDC**, no bairro Mooca, em São Paulo. Segundo a denúncia, havia turmas que desde fevereiro não tinham professor de matemática e ainda outras que tiveram aula de geografia apenas uma única vez no ano. Os professores eventuais, que raramente assumem as aulas, não são professores habilitados para ministrar os conteúdos específicos. Constatada no início do ano letivo, tal situação persistia no mês de setembro de 2011. Encaminhou-se então uma petição à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo sobre o assunto. A resposta oficial, de outubro de 2011, numera genericamente os professores afastados e substitutos, sem especificar disciplinas. Também informa a respeito do plano de reposição de aulas publicado após o pedido feito pela Ação Educativa. A intervenção, neste tema, envolve tanto a mobilização social para o acompanhamento do funcionamento das unidades de ensino – como fez a comunidade da Escola MMDC – como a defesa de uma efetiva valorização da carreira docente, tornando-a capaz de atrair e manter, em condições aceitáveis de trabalho, novos profissionais.

Outra iniciativa de destaque no período foi a participação da Ação Educativa, representando as organizações da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, no **julgamento da ADI 4167**, na qual cinco governadores de estados questionavam pontos essenciais da Lei nº 11.738/2008, que regulamentou o **Piso Salarial Nacional para os Profissionais da Educação**. O coletivo de organizações já havia sido admitido como *amicus curiae* e no julgamento, realizado em abril de 2011, o advogado Salomão Ximenes representou a Ação Educativa e o conjunto de organizações, apresentando os principais argumentos em favor da Lei em sustentação oral. O STF julgou constitucional a Lei do Piso, beneficiando diretamente cerca de três milhões de professores e indiretamente todos os estudantes da educação básica pública.

Também foi encaminhada, em janeiro de 2011, uma representação à Procuradoria Geral da República solicitando a propositura de ações de controle concentrado de constitucionalidade, em face de 16 (dezesseis) **leis estaduais que cerceiam a liberdade de expressão dos servidores públicos**. A representação foi proposta em conjunto com a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e com a Organização *Artigo XIX* que, juntamente com a Ação Educativa, compõem a Campanha “Fala Educadora! Fala Educador!”. Em ambos os casos, os pedidos se encontram sob análise no Ministério Público.

Ao longo de 2011, a Ação Educativa deu sequência ao acompanhamento dos procedimentos, inquéritos e ações derivadas de representações encaminhadas em 2010 às Promotorias de Justiça das 11 (onze) maiores cidades do Estado de São Paulo, com exceção da Capital, manifestando preocupação do Fórum EJA São Paulo com a **severa queda no número de matrículas na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)** nos períodos anteriores, além do não cumprimento das políticas públicas de recenseamento, chamada e oferta definidas na legislação.

Em dezembro de 2011, foi realizado o **Seminário “Direito à Educação e Acesso à Justiça”**, que concentrou o lançamento do site e da segunda edição do “Manual Direito Humano à Educação”. Além disso, articulou debate sobre exigibilidade do direito à educação e desafios do modelo de desenvolvimento que se constituiu em momento de balanço final do mandato de quatro anos da Relatora Nacional de Educação, Denise Carreira, coordenadora de educação de Ação Educativa.

Destaque do período, a participação, por meio da Articulação JusDH, na sabatina da nova ministra do STF Rosa Maria Weber, com um ofício em que questionamentos sobre audiências públicas, soberania em relação aos organismos internacionais de direitos humanos, até novas perspectivas de democratização da justiça na reformulação da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) foram formulados. Notas públicas sobre temas relevantes e atuais e um encontro presencial em outubro de 2011, uma reunião com o Ministro da Justiça para debater as pautas de democratização, oferecem o panorama geral das atividades desenvolvidas junto à Articulação Justiça e Direitos Humanos.

Outro destaque no campo das articulações refere-se ao Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos da ONU (RPU), no qual o Brasil terá novamente sua situação de direitos humanos avaliada. A sociedade civil desempenha um importante papel neste processo, por meio do envio de contribuições que problematizem aspectos específicos sobre as diferentes dimensões de realização dos direitos humanos. Ação Educativa, Relatoria Nacional pelo Direito Humano à Educação e Geledés elaboraram e enviaram o “Informe sobre el Derecho a la Educación en Brasil” – que tem o objetivo de apresentar uma visão panorâmica sobre a situação do direito humano à educação no País, tomando como referência as principais violações identificadas pela sociedade civil organizada e os principais desafios à sua realização.

Balanço dos resultados e perspectivas

Passados dois anos do Plano Trienal (2010-2012), a Ação Educativa considera que há cada vez mais ações voltadas ao desafio de avançar na promoção do litígio estratégico no campo educacional, tomando-se como referência conceitual a definição da educação escolar como

um direito humano e como referência metodológica a articulação entre defesa jurídica, apoio à articulação e mobilização social e formação crítica de atores sociais estratégicos.

Em 2010 foi identificado o desafio institucional de fortalecer o enfoque da exigibilidade jurídica junto a outras áreas da Ação Educativa, Juventude e Cultura. Em 2012, uma das principais estratégias de exigibilidade do direito à Educação surgiu exatamente do encontro entre um projeto da Área de Juventude (Jovens Agentes pelo Direito à Educação – JADE) e o Ação na Justiça. Foi promovida uma Ação Civil Pública em defesa do Princípio da Gratuidade, a partir de um caso concreto apresentado por um dos jovens agentes. Tal Ação avança no sentido da definição do direito para além da questão do acesso: discute-se a forma como a educação é ofertada e a que valores e princípios ela responde, outro desafio identificado na reflexão acerca das estratégias que Ação Educativa já desenvolve.

Em relação à atuação especificamente junto ao Poder Judiciário, muitas das ações propostas enfrentam um mesmo típico empecilho: os órgãos julgadores reconhecem haver omissão comprovada do Poder Executivo em garantir e promover um determinado direito que é de sua responsabilidade, omissão manifesta inclusive na não aplicação de recursos vinculados, mas argumentam que não lhes cabe determinar ações que estão no âmbito de ação de outro poder. Admite o Judiciário, por oposição, tão somente o reconhecimento do direito individual, sem se preocupar com suas consequências e dimensões coletivas, nem se pronunciar sobre as omissões ilegais que levam à disseminada violação. Esta postura de muitos – mas não todos – agentes do Poder Judiciário fornece uma dimensão do desafio à realização da exigibilidade dos direitos sociais, também junto a esse poder.

Entre os órgãos auxiliares do sistema de Justiça, o Ministério Público encaminhou comunicação de ingresso, em março de 2011, de ação civil pública de improbidade administrativa contra o prefeito da Capital Paulista, Gilberto Kassab. A ação se fundamenta no persistente descumprimento de decisões judiciais que determinam o atendimento da demanda por educação infantil na Cidade de São Paulo.

A resistência e dificuldade do Poder Judiciário em apreciar violações de direitos coletivos, por um lado, e a mudança de postura do Ministério Público de São Paulo, por outro, expõe exemplarmente os desafios e possíveis perspectivas favoráveis quando se trata de exigibilidade jurídica de direitos sociais e, em especial, do direito à educação. De qualquer forma, parte-se e reafirma-se a convicção de que fortalecer tal exigibilidade social e jurídica do direito à educação contribui para a realização da democracia participativa e da capacidade de incidência direta da sociedade civil no Sistema de Justiça, visando, por um lado, a transformação desse sistema e, por outro, a promoção de mudanças efetivas no contexto educacional.

O Programa Ação na Justiça tem no horizonte próximo a realização de uma avaliação sobre seus nove anos de atividades, processo que possibilitará identificar os acúmulos e desafios que devem orientar a revisão e aprimoramento de estratégias para os próximos anos.

Programa Diversidade, Raça e Participação

OBJETIVO – Contribuir para a instalação e aprimoramento de processos e instâncias participativas e de controle social no campo da educação, de modo a possibilitar a expressão das agendas dos movimentos sociais e o enfrentamento das

desigualdades, do racismo e de demais discriminações negativas por meio de políticas de Estado.***Atividades e produtos***

O ano foi dedicado ao encerramento de ciclos de várias ações e processos iniciados em anos anteriores e abertura de novas possibilidades e desdobramentos para 2012 ligados às respectivas agendas estratégicas. Um dos processos foi a construção participativa do Plano de Educação da Cidade de São Paulo, iniciado em 2008, quando Ação Educativa (como representante da Rede Nossa São Paulo) e outras entidades e movimentos retomaram a pressão de forma articulada sobre a Prefeitura pela convocatória oficial da elaboração do plano de educação do município. Desde 2001, várias tentativas frustradas de convocação do processo ocorreram - todas visavam dar consequência ao marco legal nacional, que prevê que todos os municípios do país construam seus planos com metas de ampliação e melhoria da educação para os próximos dez anos.

Em 2011, houve várias negociações e conflitos com o objetivo de que a proposta de projeto de lei de Plano de Educação da Cidade de São Paulo, elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, respondesse a várias demandas e propostas originárias das duas mil atividades desenvolvidas em escolas, coletivos e comunidades e da Conferência de Educação de São Paulo, realizadas em 2010. Outra pressão junto à Secretaria se deu quanto ao encaminhamento da proposta de PL à Câmara Municipal, visando sua tramitação e aprovação como lei municipal.

Paralelamente a este processo, foi realizada em 2011 a sistematização das aprendizagens da construção participativa do Plano em São Paulo, a partir de entrevistas e oficinas com representantes de organizações, instituições e movimentos que compuseram a Comissão Executiva do Plano. O material, a ser lançado em 2012, além da sistematização do processo de São Paulo, apresentará um conjunto de orientações para que os municípios brasileiros construam seus planos com base em processos participativos.

Vinculada a esta estratégia, de estímulo à construção participativa dos Planos de Educação, como políticas de Estado, a Ação Educativa apresentou à Campanha Nacional pelo Direito à Educação proposta de emenda ao Projeto de Lei do novo Plano Nacional de Educação (2013-2022), em tramitação no Congresso Nacional, estabelecendo que os planos de educação municipais e estaduais sejam construídos com envolvimento das comunidades. Tal emenda foi acolhida pelo relator do PL, abrindo novas possibilidades para o fortalecimento da gestão democrática em educação.

Ainda conectada à agenda dos Planos de Educação, investiu-se em 2011 em reflexão e ações destinadas a iniciar um processo de acúmulo sobre a participação de crianças e de adolescentes na construção participativa de Planos. Foi identificada a necessidade de adensar esta agenda a partir da experiência vivida em São Paulo. A Ação Educativa já possui grande acúmulo com relação à participação juvenil, o novo esforço busca envolver a participação de crianças e adolescentes na faixa etária dos 7 aos 14 anos.

Dessa forma, foi realizada em 2011 uma oficina com especialistas de diferentes campos de políticas sobre a participação de crianças e adolescentes e elaborado um texto de princípios e referências metodológicas que devem ser levados em conta na construção de processos que considerem efetivamente as vozes das crianças e adolescentes. Em sintonia com tais

propostas, foi realizado um encontro com 100 crianças e adolescentes de dez escolas da cidade, precedido de atividades preparatórias nas escolas. Dessa ação, foi elaborado um vídeo e um pequeno guia de atividades para a participação de crianças e adolescentes nestes processos, que devem ser disseminados por meio do site De olho no Plano (www.deolhonoplano.org.br).

Com relação às agendas de gênero e raça, foi finalizado o informe Brasil - Gênero e Educação, apresentado em diferentes espaços (movimentos sociais, Congresso Nacional, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e na Comissão Interamericana da Organização dos Estados Americanos). O Informe integra as ações da Campanha Latino-americana por uma Educação não sexista e anti discriminatória, impulsionada pela articulação Cladem (Comitê Latino-americano pelos Direitos da Mulher), em parceria com a Ecos, Themis e outras organizações feministas. Além do diagnóstico da agenda, o informe apresenta uma proposta de agenda política sobre gênero e educação no Brasil, articulando os acúmulos e propostas ligados aos campos das relações raciais, orientação sexual e educação do campo. Uma das principais propostas do Informe é a necessidade que o novo Plano Nacional de Educação estabeleça metas de equalização para diminuição das desigualdades educacionais nos próximos dez anos.

Este também foi o último ano do mandato da Relatoria Nacional pelo Direito Humano à Educação, da Plataforma Dhesca, exercido nos últimos quatro anos pela coordenadora do programa Diversidade, Raça e Participação, Denise Carreira. Neste último ano, foram realizadas as missões de educação quilombola em Santarém (PA), municípios do semi-árido do Piauí e região Kalunga de Goiás, áreas selecionadas a partir de acordo com a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ). Em decorrência de problemas de agenda com os movimentos sociais locais, foi cancelada a missão nas comunidades do Vale do Ribeira (SP). A equipe da Relatoria (composta também pela socióloga Suelaine Carneiro) apresentou balanço do mandato na Assembléia Anual da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e em evento organizado pelo programa Ação na Justiça em parceria com a Plataforma DHESCA. O relatório final do mandato será divulgado até junho de 2012.

Ainda sobre a Relatoria Nacional, foram dados desdobramentos em 2011 às missões sobre educação nas prisões (em articulação com a Faart de Educação de Pessoas Privadas de Liberdade e ao grupo de Educação nas Prisões) e intolerância religiosa em escolas públicas.

Sobre o eixo referente à implementação da lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira e da educação das relações etnicorraciais em toda a educação básica, foi realizada em parceria com Geledés – Instituto da Mulher Negra a segunda etapa de formação de educadores/as do projeto A Cor da Cultura, coordenado pela Fundação Roberto Marinho. Tal etapa foi desenvolvida junto às redes municipais de Manaus e Cuiabá e às redes estaduais do Amazonas e Mato Grosso, envolvendo cerca de trezentos profissionais. O projeto A Cor da Cultura encerrou mais um ciclo de três anos. Ação Educativa e Geledés são duas das organizações formadoras certificadas para realizar futuras formações do projeto.

Ainda nesse eixo, foram realizados pré-testes do material Indicadores de Qualidade Educacional – Relações Etnicorraciais junto a escolas e ocorreram negociações com Unicef visando somar forças políticas pela adoção do material como parte da política de promoção da igualdade racial em educação. Negociações essas que terão desdobramento em 2012.

Por último, vale a pena destacar a realização do Seminário O paradigma do Cuidado em parceria com a Fundação Avina, evento que mobilizou um grupo de ativistas e pesquisadores de vários países da América Latina para discutir o que seria um novo marco civilizatório. Para a Ação Educativa, a iniciativa significou o investimento em adensar a reflexão sobre uma “agenda de fronteira”, a questão da sustentabilidade socioambiental na instituição, para além do que já é feito há anos como parte de várias articulações e fóruns de sociedade civil.

Balanco dos resultados e perspectivas

Com relação à agenda da construção participativa dos Planos de Educação, o ano de 2012 promete abrir possibilidades de uma ação mais nacional, em articulação com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, na expectativa da aprovação do novo Plano Nacional de Educação. A construção de uma metodologia de uso dos Indicadores de Qualidade Educacional para a etapa de diagnósticos de Plano, já aventada em anos anteriores, será concretizada em 2012, o que permite a convergência de acúmulos internos da instituição, em busca de uma ação mais estratégica. Destaca-se também a intenção de aprimoramento do site De Olho no Plano, dotando-o de um caráter mais nacional.

A experiência desenvolvida com relação à participação de crianças e adolescentes se situa no desafio de revisão e aprimoramento de metodologias participativas que, de fato, sejam mais amigáveis e permitam aos diferentes sujeitos exercerem o direito a uma participação mais efetiva em processos públicos. Desafio colocado no debate e nas práticas da recente democracia participativa brasileira.

Em 2012, vem se somar à família Indique (Indicadores de Qualidade Educacional), os Indicadores de Relações Raciais na Escola, problematizando o racismo como obstáculo à garantia do direito humano à educação no país. A intenção é fortalecer uma ação mais articulada entre os diferentes Índiques, fortalecendo a identidade de uma coleção comprometida em ampliar a importância da participação da sociedade na avaliação das políticas educacionais. Ainda no campo da educação das relações raciais, o apoio do Unicef aos materiais da coleção Educação e Relações Raciais promete abrir novas oportunidades de adoção do material junto aos gestores públicos.

A articulação dos acúmulos de formação no campo da educação e relações raciais da Ação Educativa, gerados nos últimos anos por meio de projetos com escolas, vem se somar a experiência mais recente da instituição com o projeto A Cor da Cultura, deixando como legado um grupo de formadores/as sintonizados com os princípios da instituição.

A elaboração do Informe Gênero e Educação possibilitou a retomada e ampliação de alianças com o campo feminista e com outras entidades que atuam com relação aos direitos sexuais e reprodutivos. Destaca-se que passamos a integrar a Campanha Latino-americana por uma Educação não sexista e anti discriminatória, articulada pelo Cladem, e a Reges (Rede de Educação, Gênero e Sexualidade), impulsionada pela Ecos. O Informe buscou também articular várias agendas já trabalhadas pelo programa e pela Relatoria Nacional de Educação, problematizando os desafios de gênero na educação para além de uma abordagem centrada somente na situação das mulheres.

Em 2012, várias propostas de desdobramento do Informe estão colocadas, como a utilização do documento como material de apoio às discussões comprometidas em fortalecer a agenda educacional no debates dos movimentos de mulheres e, por outro lado, o lugar das questões

de gênero (articuladas à raça e outros marcadores) nos movimentos de educação, além de outras ações destinadas a adensar o debate sobre propostas de educação não sexistas e antidiscriminatórias. Uma das principais propostas do informe, a ideia de que o Plano Nacional de Educação contenha metas de equalização, deverá ser retomada em 2012, chamando a atenção para a necessidade de que a perversa realidade desigual brasileira exige ousadias para além das metas universais de ampliação da oferta e de melhoria da qualidade.

O mandato da Relatoria se encerra no início de 2012, depois de quatro anos, deixando importantes contribuições para o campo da educação e direitos humanos, ao ter optado por temas pouco visíveis no debate educacional. Dos temas do primeiro mandato focado em Educação e Segurança Pública, inúmeras ações de desdobramento se desenvolveram em 2011, ligadas às missões Educação e Violência Armada e Educação nas Prisões Brasileiras.

No segundo mandato, com o foco na relação Educação e Racismo, a missão de intolerância religiosa gerou informe que está sendo subsídio para a elaboração de um *Amicus Curiae*, em elaboração pelo programa Ação na Justiça, sobre o ensino religioso confessional, em resposta à Ação Direta de Inconstitucionalidade em tramitação no STF. Além disso, elaborou muitos outros informes e documentos que repercutiram problemáticas ou solicitavam investigações do Ministério Público e outros órgãos competentes. Mesmo com dificuldades e limites diversos, as contribuições vieram dar visibilidade e somar com agendas de Ação Educativa e de outros movimentos e organizações sociais.

As questões suscitadas pelo evento sobre o Paradigma do Cuidado, relativas à sustentabilidade socioambiental e a necessidade de uma nova ética, devem repercutir nos debates da instituição, preparatórios à Rio+20 e nas discussões que darão origem ao novo projeto Trienal da instituição. Novas ações devem ser propostas para 2012, buscando aprofundar o lugar da educação, da cultura e da juventude em tal debate.

Programa Ação na Escola

OBJETIVO – Promover a participação de diretores, coordenadores pedagógicos, estudantes, pais e, especialmente, professores e professoras no desenvolvimento de projetos pedagógicos, na discussão e proposição de políticas que contribuam com a qualidade da educação oferecida nas redes públicas de ensino.

Atividades e produtos

O objetivo é implementado prioritariamente pelo programa Ação na Escola, constituído pelos projetos *Indicadores da Qualidade na Educação (Indiques)* - Ensino Fundamental e Educação Infantil - e *Nossa Escola Pesquisa sua Opinião*, iniciativas comprometidas com a disseminação e utilização de metodologias participativas voltadas a escolas – desenvolvidas por Ação Educativa e parceiros.

Durante 2011, o programa – em conjunto com outros projetos da instituição que atuam em escolas - investiu em espaços e destinados a refletir sobre a atuação da Ação Educativa e de outras organizações de sociedade civil junto às escolas. O tema foi abordado no Congresso do projeto *Nossa Escola Pesquisa sua Opinião* – NEPSO durante dois dias de atividades, evento que mobilizou mais de cem educadores de todo o país.

A relação entre ONGs e escolas também foi objeto de uma roda de conversa junto a organizações de São Paulo que atuam em escolas públicas, realizada com a perspectiva de compreender as principais características do cenário atual, em especial como está organizado o campo das instituições que atuam diretamente nas escolas; quais os objetivos e que intencionalidades mobilizam as organizações não governamentais a atuarem com escolas; que relações os projetos desenvolvidos pelas organizações estabelecem com as políticas públicas.

Todas as reflexões geradas por estes espaços vieram a se somar aos processos de sistematização de aprendizagens, acúmulos e desafios por que passaram os projetos Indicadores e Nepso ao longo de 2011, constituindo um conjunto de referências que serão debatidas com mais profundidade em 2012 com o objetivo de aprimorar as estratégias de Ação Educativa junto com os sujeitos das escolas.

Indiques Ensino Fundamental e Educação Infantil

Com o apoio da Fundação Telefônica, durante o ano de 2011, os *Indicadores* do Ensino Fundamental foram utilizados por vinte e oito escolas nos municípios de Ourinhos (SP), Bauru (SP) e Santos (SP). A Ação Educativa assessorou as escolas nas avaliações participativas e na elaboração, implementação e monitoramento dos planos de ação escolar. No total foram realizados, entre reuniões e oficinas de formação, 30 encontros com 136 profissionais das escolas, das Secretarias de Educação, das ONGs que atendem as crianças no contraturno escolar e dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Nas avaliações participativas foram envolvidas 210 pessoas, entre elas alunos/as, familiares e funcionários das escolas. No total, 346 membros das comunidades escolares foram envolvidos nas atividades do projeto nos três municípios.

A partir do interesse do Departamento Municipal de Educação de Bebedouro/SP – DEMEC em realizar um diagnóstico da rede de ensino para refletir a política educacional do município, foram realizadas seis oficinas de formação com as escolas e com as profissionais do DEMEC. As oficinas tiveram por objetivos discutir os resultados das avaliações das unidades educacionais, elaborar os planos de ação escolar e refletir coletivamente como esses planos poderiam subsidiar o projeto do Departamento de Educação. Participaram desses encontros cerca de 70 membros das comunidades escolares.

Finalmente, para apoiar o trabalho das profissionais da Secretaria Municipal de Itaquaquecetuba/ SP, Ação Educativa realizou junto às escolas da rede de ensino dois encontros de formação sobre o uso da metodologia. No total, participaram 145 representantes das equipes técnicas das escolas e do conselho escolar.

No que diz respeito aos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, os trabalhos em 2011 tiveram como foco a consulta nacional sobre o mapeamento da distribuição do material pelo Ministério da Educação, bem como o aprofundamento, em um segundo momento, das informações fornecidas pelos respondentes.

Os resultados do mapeamento foram apresentados em um seminário de abrangência nacional realizado por Ação Educativa e parceiros sobre avaliação na educação infantil. O evento mobilizou pesquisadoras, ativistas, gestoras e representantes de sindicatos de profissionais de educação em um momento nacional bastante polêmico, no qual se discute o modelo mais adequado para avaliação da política de educação infantil.

Nossa Escola Pesquisa sua Opinião (Nepso)

Em 2011, o Nepso realizou oficinas de formação inicial e encontros de formação continuada em todos os polos nacionais e internacionais. Os polos SP, RS e PR realizaram Projetos de Extensão, levando a metodologia do Nepso a ser adotada nas políticas de formação inicial e continuada de professores da rede pública desses estados.

Como já citado, em setembro realizou-se o 9º Congresso Nepso Ibope/Unesco, idealizado com o objetivo de fornecer subsídios para a continuidade das discussões sobre a atuação de ONGs junto às escolas públicas. Em 2011, também foi publicada uma versão do segundo manual do Nepso, intitulado Pesquisa de Opinião como Prática de Aprendizagem.

No período, foram promovidas várias reuniões, oficinas e encontros entre as equipes dos polos, para reflexão sobre os acúmulos obtidos na trajetória de 10 anos do projeto. Para contribuir com esse esforço de reflexão, foi desenvolvido um processo de sistematização. O trabalho sinalizou inúmeras potencialidades e algumas fragilidades, entre elas a ausência de indicadores qualitativos para avaliar os impactos do projeto nesse período. Iniciou-se então um esforço da equipe para a construção desses indicadores, buscando compreender mais profundamente todas as dimensões e impactos da metodologia. Esta construção se configurou em um grande desafio: buscar a unidade tendo em vista a diversidade dos sujeitos envolvidos nos diferentes polos do Nepso.

Como parte de todo o processo de reflexão de uma década, é destacada ainda a proposta de construção de um Livro de Personagens que tem como objetivo dar visibilidade às diversas pessoas que fizeram parte da história do Projeto. O livro está em fase final de elaboração e será lançado em 2012.

Balanco dos resultados e perspectivas

Um desafio do Programa Ação na Escola é dar continuidade às discussões sobre ONGs e escolas públicas iniciadas em 2011 e produzir conhecimento sobre o tema. Os acúmulos alcançados e as reflexões realizadas nos projetos, com seus parceiros, e nos espaços de avaliação, monitoramento e planejamento de Ação Educativa em 2011, constituem-se em importantes passos para essa tarefa.

Com relação aos *Indicadores*, as experiências de parceria com Secretarias Municipais de Educação têm evidenciado que quando o órgão central reconhece a necessidade de participação da comunidade escolar e a importância de se reconhecer as demandas específicas de cada escola, é possível construir de maneira mais democrática um plano municipal de educação. Assim, as demandas das unidades educacionais de Bebedouro e de Ourinhos têm subsidiado as ações das equipes das Secretarias responsáveis pelo acompanhamento dos Projetos Político Pedagógicos das escolas.

Vale ressaltar que esse acúmulo vem se somar ao trabalho desenvolvido desde 2008 pela Ação Educativa, referente à construção participativa do Plano de Educação da cidade de São Paulo e à elaboração de referências para outros municípios brasileiros, no âmbito do programa Diversidade, Raça e Participação. O uso dos Índices na avaliação das políticas educacionais amplia as possibilidades da Ação Educativa contribuir para o estímulo à construção participativa de planos, em consonância com as perspectivas do novo Plano Nacional de Educação - PNE - que deve fixar um prazo de 1 a 2 anos para que todos os

municípios e estados tenham seus Planos de Educação construídos por meio de processos participativos envolvendo a população.

Quanto aos *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*, registrou-se a declaração de uso pelos dirigentes municipais de Educação para diversas intervenções: da avaliação externa à formação de professores e técnicos das Secretarias. A proposta dos *Indicadores* vem permitindo organizar ações que, ao que parece, foram adequadas ou necessárias às redes de ensino. É necessário destacar que o envio do material direto às escolas pode ter suscitado um entendimento mais limitado do uso da proposta por parte das Secretarias, apesar da parceria com a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação). Assim, o envolvimento dos Dirigentes Municipais de Educação numa política de avaliação institucional da rede de Educação Infantil é fundamental.

Quanto ao Nepso, o processo de sistematização – realizado com apoio de consultoria externa – apontou alguns resultados colhidos pelo projeto em seus dez anos, entre eles, a criação e fortalecimento dos polos regionais e núcleos nacionais; a internacionalização do projeto, atualmente em três continentes; a diversidade cultural, geográfica e a capilaridade alcançadas; o reconhecimento da metodologia pelo mundo acadêmico; o potencial transformador e seus impactos positivos, beneficiando ao mesmo tempo alunos, professores e escolas; e a sua adoção pelas políticas de formação inicial e continuada.

Programa Educação de Jovens e Adultos

OBJETIVO - Desenvolver programas e materiais educativos para jovens e adultos, adequando os currículos de educação básica às suas expectativas e condições de estudantes trabalhadores e para o exercício da cidadania ativa.

Atividades e produtos

Em 2011, foram distribuídos 2,9 milhões de livros da *Coleção Viver, Aprender* – destinada à educação de jovens e adultos – para o primeiro e segundo segmentos (1º a 5º ano e 6º a 9º ano). A obra foi distribuída às escolas públicas de 25 estados brasileiros que receberam o material por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Nesse ano, a *Coleção Viver, Aprender* foi alvo de grande polêmica a respeito do tema das variedades linguísticas. O Portal IG lançou, em maio de 2012, matéria que desqualificava o volume intitulado *Por uma vida melhor*, acusando-o de afirmar que falar de modo diverso da norma culta estaria correto. As críticas acusavam o governo federal de comprar materiais didáticos que admitiam ser permitido “falar errado”. O tema ganhou grande repercussão nacional, sendo debatido nos principais veículos de mídia, no Congresso Nacional, nos Ministérios e nos meios acadêmicos. A Ação Educativa recebeu o apoio da comunidade acadêmica e de especialistas no tema, conseguindo organizar um grande dossiê com manifestações em defesa do material didático que produziu. O debate colocou em evidência o preconceito linguístico existente no país, que valoriza a norma culta como forma de distinção social. Apesar de toda tensão mobilizada, o saldo do debate foi positivo ao possibilitar a discussão pública do tema.

Foram realizadas atividades de formação de professores adotantes da *Coleção Viver, Aprender* em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. O objetivo destas atividades

de formação é a capacitação dos educadores para o desenvolvimento da proposta pedagógica da *Coleção*. Ainda com relação à *Coleção Viver, Aprender*, foi iniciado um amplo processo de revisão e reedição de todos os 11 volumes da obra, da alfabetização ao Ensino Médio. Cerca de 30 autores foram envolvidos na tarefa de atualizar a obra, corrigir possíveis erros e construir novas propostas.

Nesse ano, foi concluída a assessoria à formação de professores junto à empresa Racional Engenharia, que mantém salas de educação de jovens e adultos nos canteiros de obras. O trabalho consistiu em apoiar o uso da *Coleção Viver, Aprender*, utilizada pelos trabalhadores que frequentam as salas de aula da empresa.

Também foi finalizada a elaboração da matriz de diagnóstico de competências de trabalhadores da indústria baiana em parceria com o SESI-BA. Além da matriz, foi criada uma avaliação que foi consolidada com base na análise estatística da Teoria da Resposta ao Item. A matriz elaborada inspira-se nos instrumentos produzidos para a construção do Índice Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF). O objetivo central do trabalho é o desenvolvimento de instrumentos que possam ser utilizados para mapear o nível de competência de trabalhadores da indústria. Os dados coletados por meio desses instrumentos estão sendo utilizados para o planejamento de ações de educação continuada.

Tal ação justificou-se pela necessidade de criar medidas fidedignas do nível de aprendizagem dos trabalhadores, uma vez que ter a certificação oficial não garante que este trabalhador seja letrado o suficiente para lidar com as tarefas exigidas em alguns setores da indústria. A falta de trabalhadores qualificados é uma das grandes dificuldades do setor industrial baiano, que aponta a necessidade de investimento na formação escolar de seus trabalhadores.

Deu-se continuidade ainda ao projeto de pesquisa em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) para constituição de um núcleo de pesquisas na área de avaliação na Ação Educativa, intitulado *Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos, resultados*. A proposta, que mobiliza vários programas da Ação Educativa, inclui pesquisas sobre o ENCCEJA – Exame Nacional de Certificação de Competências na Educação de Jovens e Adultos; sobre os impactos do FUNDEB na oferta de EJA por redes municipais no município de São Paulo; sobre os impactos do PROJOVEM na trajetória dos estudantes e das políticas públicas voltadas à juventude e finalmente, sobre os impactos psicossociais da escolarização, focalizando as clivagens relacionadas à gênero e raça. Ao longo de 2011, foi dada continuidade aos trabalhos iniciados em 2010, finalizando a fase de levantamentos bibliográficos e coleta dos dados de campo. Realizou-se também um seminário de pesquisa com a presença de especialistas no tema, técnicos do INEP-MEC e SECADI-MEC.

No final de 2011, a Ação Educativa aceitou o desafio de produzir uma nova coleção didática de ensino fundamental, desta vez voltada para crianças e jovens do campo que estudam em classes multisseriadas. Tal iniciativa, que mobilizou pesquisadores vinculados aos movimentos sociais do campo, colocou a oportunidade de criar materiais específicos para uma população que sofre com a falta de escolas, professores e metodologias adequadas à realidade da população do campo. O material didático produzido será submetido à apreciação do Programa Nacional do Livro Didático, que distribuirá os livros para populações quilombolas, ribeirinhas, caiçaras e famílias produtoras do campo.

Em 2011, a Ação Educativa estreitou a parceria com o Projeto ECROSS, que tem como finalidade desenvolver projeto de pesquisa entre os países de língua portuguesa, incluindo

Moçambique, Angola, Guiné Bissau, Brasil, Cabo Verde e Timor Leste. Pretende-se pesquisar a história da educação de jovens e adultos nesses países e produzir conhecimento sobre as possibilidades de construção de novas propostas, metodologias e materiais didáticos para a modalidade. Há também o intuito de ampliar a rede de instituições que discutem e lutam pelo direito à educação de jovens e adultos. Neste ano, ocorreram duas reuniões do grupo, que é composto por representantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade da Lusofonia Brasileira (UNILAB), Universidade de São Paulo (USP) e dos governos e universidades dos países acima mencionados. É também objetivo do grupo intercambiar propostas de formação de professores para EJA e ampliar a biblioteca digital da Ação Educativa (BDAE), possibilitando a inserção de um repositório de materiais e documentos relacionados à EJA destes países.

Nesse ano, foi organizada a nova edição do Índice de Alfabetismo Funcional (INAF). O questionário socioeconômico e a nova prova foram revistos. Deu-se início às discussões para a realização de estudo especial relacionado aos 10 anos do INAF. Planeja-se realizar em 2012 um seminário e a produção de um livro com reflexões sobre os resultados obtidos, levando em conta também a grande base de dados disponível a partir do questionário socioeconômico.

Destacam-se também a continuidade da participação da instituição no Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos e no Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, realizado em setembro, em Salvador. A Ação Educativa também manteve sua participação na CNAEJA (Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos), do Ministério de Educação.

Balanco dos resultados e perspectivas

Quanto à *Coleção Viver, Aprender*, deve-se considerar que ela ocupa grande espaço nas atividades do programa, uma vez que possui atualmente 11 volumes que precisam ser constantemente atualizados e revisados para atender às exigências das avaliações governamentais e da educação de jovens e adultos. Há também muitas dificuldades para que as redes de ensino façam um uso satisfatório da obra, uma vez que há a necessidade de formação continuada para que a proposta possa efetivamente ser trabalhada junto aos jovens e adultos.

Em 2012, espera-se que todo o processo de revisão seja concluído e a programação visual refeita. Mesmo assim, a cada edital lançado pelo governo federal para compra via Programa Nacional do Livro Didático, (PNLD) surgem novas demandas que exigem a mobilização da equipe para atender aos critérios indicados.

Há ainda o portal da *Coleção Viver, Aprender* (www.viveraprender.org.br), o qual temos dificuldades em atualizar com novas informações e materiais de apoio pedagógico. O portal não pretende ser apenas o veículo de divulgação do livro didático, mas também canal de diálogo sobre a educação de jovens e adultos, oferecendo informações, notícias, reflexões e indicações de eventos relacionadas à EJA.

Quanto à matriz de avaliação realizada para medir o nível de letramento de trabalhadores da indústria baiana, surge a demanda pela criação de um índice aplicável a diversos setores da indústria de diferentes regiões. A possibilidade de aferir o nível de letramento torna possível

planejar novas soluções no campo da educação não formal, visando ampliar o nível de letramento de jovens e adultos.

Neste sentido, refletindo sobre as perspectivas, deve-se considerar que o Programa EJA vem sendo bastante demandado para a realização de propostas relacionadas à ampliação do letramento de jovens e adultos junto aos seus espaços de atuação profissional. Coloca-se como desafio criar soluções para a ampliação do letramento em um contexto em que a escola formal não parece atender às expectativas de jovens, adultos e empregadores. Basta lembrar que a evasão escolar em algumas redes aproxima-se dos 50%. Em São Paulo, por exemplo, em 2008, apenas 15% do conjunto de jovens e adultos que iniciaram o período letivo chegaram a concluir aquele semestre/ano sendo aprovado na etapa em que se encontrava. É importante lembrar que a origem das propostas relacionadas ao letramento tem como base o INAF, que criou uma matriz de avaliação para jovens e adultos com base nos conceitos de alfabetismo, letramento e numeramento. Coloca-se agora a perspectiva de utilizar o INAF para realizar avaliações e estudos que possam buscar soluções em nível local e não só como medida nacional do alfabetismo.

O desenvolvimento das pesquisas em parceria com o INEP, não só amplia o campo de avaliação de políticas para a Ação Educativa, como traz novos elementos para discutir os caminhos da educação de jovens e adultos no país. O Projeto ECOSS abre possibilidades de ampliação da experiência da instituição na educação de jovens e adultos, na perspectiva da cooperação sul-sul, em especial, com países africanos de língua portuguesa. A cooperação pode vir a possibilitar o intercâmbio de experiências no âmbito internacional no que se refere às políticas públicas, formação de professores, metodologias, produção de materiais didáticos, história da EJA, implementação da lei 10.639/2003 e também na busca de novas alianças e do fortalecimento da sociedade civil na luta pelo direito à educação de jovens e adultos.

Cultura

Objetivo - Fortalecer a produção e difusão de expressões culturais de grupos originários e/ou atuantes nas periferias urbanas, visando a afirmação de suas identidades, ampliação do acesso a circuitos de produção e consumo de bens culturais e reconhecimento do direito à cultura como dimensão essencial da cidadania.

Projeto Ponto de Cultura

Atividades e produtos

A programação do Espaço Cultural Periferia no Centro se intensificou tanto em termos de oferta de atividades como de público. Cerca de 10 mil pessoas participaram dos eventos culturais realizados nas 11 programações mensais regulares e de atividades extras promovidas pela Ação Educativa ou por organizações parceiras. A elevação de público em relação a 2010 foi de 27%. Foi concluído o ciclo de melhorias no auditório, com a aquisição de novos equipamentos e a organização da cabine de som. Dessa forma, foram viabilizados shows e transmissões ao vivo pela Internet, de shows e de outras atividades como debates. Já o Centro de Mídia Juvenil manteve uma frequência de 1800 usuários ao longo do ano.

Entre as atividades novas, destaca-se a realização do *Revolução Rap*, apresentação artística de grupos de hip hop em show transmitido ao vivo pela Rádio Comunitária Heliópolis FM. Este evento tem o nome do programa veiculado regularmente pela referida rádio. Trata-se de uma experiência inovadora e de grande repercussão, a ponto de ser aprovada em edital do PROAC – Programa de fomento cultural do Estado de São Paulo, fato que proporcionou o incremento da atividade para 2012.

A Exposição do Dia do Graffiti foi realizada com êxito como nos anos anteriores, tendo importantes intervenções externas, em especial no Parque da Água Branca numa atividade que reuniu mais de 50 grafiteiros oriundos de diversos bairros da Capital e Grande São Paulo. Foram realizados também dois cursos de elaboração de projetos culturais, cinco workshops de acesso a editais e três palestras dos quais participaram 152 pessoas. Foram 10 atividades de formação, atendendo uma forte demanda existente por atividades de capacitação na área cultural.

Foi publicado mais um volume do Selo Povo. Trata-se do livro *Oh Margem! Reinventa Rio*, de Cidinha Silva. O Selo Povo, porém, interrompeu sua produção. Não foi realizado o Projeto 10 x Graffiti porque a Secretaria de Cultura de São Bernardo do Campo, que seria parceira na implementação da iniciativa, não confirmou a participação. Também não foi realizado o Ciclo de Literatura Urbana nas bibliotecas públicas de São Paulo como previsto, devido à impossibilidade de o Departamento Municipal de Bibliotecas efetivar a parceria.

Balanço dos resultados e perspectivas

Passados dois anos do reconhecimento como Ponto de Cultura, a Ação Educativa atingiu um posicionamento na cena cultural paulistana que confirma as projeções estabelecidas no Plano

Trienal de que teríamos um espaço de referência para os grupos culturais das periferias se encontrarem, realizarem apresentações, participarem de discussões e atividades de formação. O êxito do Ponto de Cultura acaba por assegurar a própria eficácia desta linha de ação, cujo enfoque é a articulação das ações de cultura em nível local.

Atingir este patamar traz vários desafios com relação à manutenção deste espaço cultural. O principal deles é de sustentabilidade, posto que em 2012 encerra-se o convênio com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e Ministério da Cultura. Há uma possibilidade de um novo edital para os Pontos de Cultura, uma vez que entre as metas do Plano Nacional de Cultura, recentemente aprovadas, há uma estabelece o número de 10 mil Pontos de Cultura até 2020. Tal meta só poderá ser atingida se forem mantidos os atuais três mil Pontos de Cultura. Se isso se confirmar, o espaço cultural da Ação Educativa será mantido não apenas no próximo triênio como também, pelo menos, no seguinte.

Constatou-se uma ampliação da presença de grupos culturais da periferia na programação dos espaços públicos de cultura do município de São Paulo. Em certa medida, o empenho permanente da Ação Educativa de abrir diálogo com esses espaços tem contribuído para garantir essa presença. Destaca-se neste ponto o Sistema Municipal de Bibliotecas que adotou uma linha de programação permanente com saraus e escritores periféricos. Outro destaque foi a Virada Cultural que teve um palco para a cultura de periferia. Para 2012 já estão previstos dois palcos para o movimento cultural da periferia, um de rodas de samba e outro de sarau, além de um espaço para as rádios comunitárias.

Não foi realizado nenhum projeto de intervenção fora do Espaço de Cultura, exceto a publicação de mais um livro do Selo Povo, em parceria com o escritor Ferréz. Mas mesmo esta iniciativa não teve continuidade. Poucos produtos culturais foram apoiados e foi pequena a atuação nos espaços de participação como Fóruns e Redes. Planeja-se, em 2012, participar do GT de Cultura da Rede Nossa São Paulo e da Comissão Paulista de Pontos de Cultura, buscando fortalecer a presença institucional na arena de debate e disputa política no Setor Cultural. Já o apoio a produtos dará lugar a uma ação maior nos processos, sobretudo à assessoria na elaboração de projetos.

Projeto Pontão de Cultura

Atividades e produtos

A Agenda Cultural da Periferia manteve suas 11 edições impressas, como previsto, e ampliou seu alcance passando a ter um programa de webrádio e de webTV. O primeiro é uma parceria com a Rádio Comunitária Heliópolis FM e o segundo, uma co-produção com o Portal Catraca Livre com difusão pelos portais Terra e UOL. O programa de rádio começou em maio e manteve sua regularidade com uma programação semanal de uma hora. A inserção de webTV teve início em setembro com periodicidade quinzenal num spot de 5 minutos. Além disso, a publicação manteve sua versão na Internet e passou a atuar mais intensamente nas redes sociais Facebook e Twitter.

A Mostra Cooperifa foi realizada em outubro como parte das comemorações dos 10 anos da Cooperifa, movimento cultural de leitura e literatura atuante na periferia da Zona Sul de São Paulo. Entretanto, diferentemente dos anos anteriores, a Ação Educativa não teve mais

nenhuma participação na organização do evento, atuando apenas na divulgação da atividade por meio dos veículos comunicação de que dispõe.

Não foi implementada a *Revista Toró*, uma vez que o Edital do Ministério da Cultura que lhe garantiria financiamento foi cancelado. Não houve como buscar outro tipo de apoio que viabilizasse a publicação.

Já o *Seminário Estética da Periferia* foi realizado como previsto, superando as expectativas de público e impacto na cena cultural da periferia. O Seminário reuniu 50 colaboradores entre acadêmicos, artistas e gestores e mais 180 participantes na plateia, além de cerca de mil pessoas na audiência pela Internet já que o evento foi transmitido ao vivo. Contribuiu para a repercussão da iniciativa, a realização de uma Mostra Cultural no SESC Belenzinho, evento paralelo ao Seminário que teve boa cobertura de mídia e que atraiu cerca de três mil pessoas.

Balanço dos resultados e Perspectivas

A abertura da Agenda Cultural da Periferia para novas mídias, bem como seu incremento nas redes sociais, revigorou a publicação – antes restrita apenas às versões impressa e digital, aumentando seu alcance tanto de divulgação de eventos quanto de público. Tal performance indica maior possibilidade de encontrar parceiros dispostos a financiar a publicação, já que o Ministério da Cultura cancelou o Edital de Pontão de Cultura ganho pela Ação Educativa, cujos recursos (R\$ 420.000,00) destinavam-se à Agenda da Periferia (50%) e ao Seminário Estética da Periferia (50%). O evento foi garantido por inúmeras outras parcerias, sendo a principal delas com a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Já a Agenda da Periferia carece de financiamento, que será buscado junto a empresas privadas via leis de incentivo fiscal.

Para 2012 estarão concentradas nessa linha de ação apenas essas duas iniciativas: a Agenda da Periferia e o Seminário e Mostra Estéticas das Periferias. São somente duas, porém, grandes ações, ambas de grande impacto, cuja realização assegura à Ação Educativa um posicionamento de destaque no campo da cultura de periferia, segmento que vem ganhando cada vez mais importância tanto para as políticas públicas, como no setor acadêmico e na programação de espaços culturais públicos e privados.

Projeto Arte na Casa

Atividades e produtos

Foi mantido o mesmo padrão de atendimento dos anos anteriores, ou seja, cerca de 900 oficinas realizadas, atendendo 1200 adolescentes que cumprem medida socioeducativa em regime de internação em 23 unidades da Fundação Casa. Outras 420 atividades especiais foram oferecidas, como eventos e workshops, ampliando a qualidade e o alcance de nossa atuação. A partir de agosto duas novas linguagens foram incorporadas, exigindo a contratação de mais dois educadores, ampliando assim a equipe de 30 para 32 educadores.

Foi realizada a *Mostra Arte na Medida* que reuniu, numa mesma exposição, trabalhos de adolescentes e educadores numa interação jamais vista na Fundação Casa. Outros adoles-

centes participaram de duas exposições anteriores a esta. Uma de nome *Cinosargo* e a outra a *Expo Graffiti*. Foram mais de 10 meninos e meninas que tiveram a oportunidade de participar dos eventos, garantindo assim a estratégia de realizar atividades de medida socioeducativa no Espaço Cultural Periferia no Centro.

O programa de formação foi cumprido rigorosamente com 144 horas de formação para os 32 educadores, ampliando assim a qualificação artístico-pedagógica desses profissionais, contribuindo também para fortalecer os laços de grupo existente hoje entre eles. Resultado disso foi a conclusão da proposta pedagógica que sistematizou os conteúdos e metodologias utilizadas em cada uma das oficinas dadas pela Ação Educativa. Trata-se de um compêndio inteiramente elaborado com os educadores, revelando um significativo e rico conhecimento inerente às práticas de ensino de arte no ambiente de privação de liberdade em que se encontram os adolescentes internos da Fundação Casa. Um verdadeiro marco, talvez único no Brasil. Tal material será publicado ainda no primeiro semestre de 2012, em edição de circulação restrita.

Balanco dos resultados e perspectivas

Aproxima-se o encerramento do convênio de cinco anos com a Fundação Casa, fato que ocorrerá em julho de 2013, na aurora do próximo Triênio. Por se considerar adequada a continuidade desse trabalho, a Ação Educativa apresentará candidatura à renovação do convênio por mais cinco anos. Com isso, pretende-se aprofundar a reflexão sobre as práticas de arte e educação, buscando a constituição de um parâmetro para atuação nesse campo, fazendo da Ação Educativa uma referência no segmento.

Por outro lado, a atuação será ampliada, oferecendo formação para os funcionários da Fundação Casa a no âmbito de um projeto aprovado junto à Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Serão abordadas as concepções de arte-educação inseridas no contexto dos direitos humanos, incorporando o conceito de cultura de paz.

Será mantida a postura de busca pela efetivação da apuração de casos de violação de direitos humanos contra adolescentes internos da Fundação Casa, sobretudo os casos identificados pela Ação Educativa. A atuação terá agora três frentes: a) Corregedoria e Ouvidoria Interna da Fundação Casa; b) Defensoria Pública e c) Ministério Público. Dessa forma, serão contempladas todas as possibilidades de acesso à Justiça, cabíveis à condição de Instituição conveniada.

Por fim, acredita-se que a aprovação, em janeiro de 2012, do SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativa, também conhecida como Lei de Diretrizes do Atendimento Socioeducativo, abrirá amplas perspectivas para a atuação em defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente nas prerrogativas que incidem sobre adolescentes que cumprem medida socioeducativa. A ampliação das garantias legais, previstas no SINASE estabelecerá um novo patamar para a ação do Estado neste campo, aumentando a eficácia de ações como a do projeto Arte na Casa.

Focos de Ação Articulada

Educação de Pessoas Privadas de Liberdade

Objetivo - Promoção do acesso de pessoas privadas de liberdade à educação formal e não formal e do reconhecimento, por parte da sociedade e dos gestores públicos, dos direitos educativos desses adolescentes, jovens e adultos.

Atividades e Produtos

O grupo de Educação nas Prisões, composto por organizações de direitos humanos e de educação e Defensoria Pública, deu continuidade em 2011 às ações em prol da implementação das Diretrizes Nacionais de Educação nas Prisões. Articulado pela Ação Educativa, o grupo desenvolveu neste ano um conjunto de ações prioritárias voltadas para a implementação da normativa no estado de São Paulo e algumas outras de abrangência nacional.

Em resposta às Diretrizes Nacionais, o governo do Estado de São Paulo constituiu em março de 2011 um grupo de trabalho composto por secretarias estaduais e outros órgãos públicos, destinado a construir uma proposta de implementação da normativa no estado, detentor da maior população encarcerada do país.

Visando influenciar o trabalho do GT, o Grupo de Educação nas Prisões solicitou formalmente assento na instância e um conjunto de audiências públicas que pudesse levantar propostas e informações diagnósticas para o desenvolvimento do trabalho do GT. O pedido foi negado e o Grupo de entidades realizou em abril um evento na Ação Educativa destinado a discutir questões que deveriam ser levadas em conta na formatação da proposta, além de insistir na necessidade de ampliação do debate público.

A proposta preliminar do GT, que veio a público em junho de 2011, previu somente o papel de coordenação e supervisão pedagógica à Secretaria Estadual de Educação, mantendo o trabalho educativo dentro das unidades prisionais sob responsabilidade da Funap, órgão da administração penitenciária.

Compreendendo que tal arranjo fere um princípio fundamental das Diretrizes Nacionais, que é de constituir a política de educação nas prisões como política de educação de jovens e adultos vinculada ao sistema público de ensino e implementada por profissionais de educação, o Grupo de Educação nas Prisões lançou manifesto público crítico à proposta. O manifesto foi entregue em audiência ocorrida em 1º de setembro ao Secretário Estadual de Educação, Herman Voorwald, e apresentado em duas audiências públicas convocadas pela Comissão de Educação e Cultura na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A Secretaria se comprometeu a discutir internamente no governo as preocupações colocadas no manifesto. A divulgação da proposta final do governo estadual foi adiada para 2012. Até o final de 2011, a Secretaria não havia respondido formalmente ao manifesto entregue e protocolado pelo Grupo de Trabalho de Educação nas Prisões.

Nacionalmente, como desdobramento do Termo de Cooperação entre Relatoria Nacional de Educação e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, em maio de 2011, foi apresentada

uma representação junto à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) para que fossem instaurados e acompanhados, no âmbito das Procuradorias Regionais dos Direitos dos Cidadãos, das Procuradorias-Gerais dos Estados e da própria PFDC, procedimentos que visem acompanhar e verificar o cumprimento do direito à educação nos estabelecimentos penais.

Em agosto, foram encaminhados pela PFDC pedidos de informação a diferentes órgãos federais envolvidos na implementação das Diretrizes Nacionais. Os conteúdos dos pedidos foram discutidos pelo Grupo de Educação nas Prisões, que também veio a contribuir com subsídios para a elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta, proposto pela Procuradoria, a ser divulgado em 2012.

Em parceria com o Conselho da Comunidade da Comarca de São Paulo, órgão de controle social previsto na Lei de Execução Penal, foi realizada pela Ação Educativa a pesquisa de levantamento de demanda pelo direito à educação de pessoas encarceradas na Penitenciária Feminina de Santana, localizada na Capital. A pesquisa trouxe informações fundamentais sobre a escolarização das mulheres encarceradas em tal unidade e a situação do atendimento, que foram divulgadas na segunda audiência pública promovida em outubro pela Comissão de Educação e Cultura na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. As informações da pesquisa também geraram subsídios para as discussões de uma possível Ação Civil Pública, em prol da garantia do ensino noturno na unidade, a ser proposta em 2012. Com relação à realização da pesquisa em outras unidades prisionais da Capital, a Ação Educativa ainda aguarda autorização do Comitê de Ética da Secretaria de Administração Penitenciária para a entrada nas unidades.

Com relação às medidas socioeducativas, a Ação Educativa conseguiu realizar um encontro das organizações que atuam na Fundação Casa em setembro junto com outras entidades de direitos humanos visando debater a situação de violação de direitos nas unidades da Fundação. A reunião possibilitou a definição de procedimentos de registro e encaminhamento de denúncias formais à Defensoria Pública do Estado de São Paulo por parte das entidades. Outras estratégias serão definidas no início de 2012, considerando também a perspectiva de aprovação do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), que ampliará os mecanismos de garantia de direitos e proteção de crianças e adolescentes.

Balanço dos Resultados e Perspectivas

A Ação Educativa e as instituições que compõem o grupo de educação nas prisões conseguiram manter ao longo de 2011 uma incidência consistente na agenda, propondo e participando de iniciativas importantes destinadas a influenciar o processo de implementação das Diretrizes Nacionais de Educação nas Prisões no estado de São Paulo e nacionalmente. É fundamental lembrar que essa incidência tem como fim o sistema penitenciário, historicamente avesso a qualquer esforço de controle social e de transparência.

Foi possível sustentar junto com as instituições parceiras uma ação de incidência com diferentes estratégias (articulação, pesquisa, comunicação, justiciabilidade e pressão política), o que amplificou as possibilidades de influência. Mais do que somente viabilizar as propostas do grupo de educação nas prisões, o objetivo da ação é de constituição de processos públicos de debate e estabelecimento de espaços de controle social, que permitam que diferentes atores participem, monitorem e influenciem o processo de tomada de decisão.

A parceria da Relatoria Nacional de Educação com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão abriu possibilidades importantes para influenciar o processo de implementação no plano nacional, incidindo tanto junto às instâncias federais como também, por meio das Procuradorias Regionais, iniciando um processo de monitoramento da implementação nos vários estados da federação.

A pesquisa realizada na Penitenciária Feminina de São Paulo trouxe elementos importantes para a constituição de uma metodologia de levantamento de demanda por direito humano à educação nas unidades prisionais. A realização da pesquisa em outras unidades da federação, em 2012, permitirá o aprimoramento da metodologia e futura disponibilização pública da proposta para uso em outros estados brasileiros.

A expectativa da Ação Educativa é de constituir um grupo permanente de instituições que atuam na agenda do direito humano à educação em medidas socioeducativas, assim como foi possível articular com relação à educação nas prisões. As reuniões realizadas em 2011 e a definição de procedimentos de registro e encaminhamento de denúncias constituem um grande passo em um contexto de instituições historicamente violadoras dos direitos das crianças e dos adolescentes, em sua grande maioria, negros. No próximo ano, planeja-se também a realização de um grande seminário sobre educação, direitos humanos e medidas socioeducativas com as entidades parceiras, visando ampliar e aprimorar ações estratégicas articuladas.

Formação para a Cidadania Ativa

Objetivo - Desenvolver programa de formação com vistas a ampliar e fortalecer a participação de jovens, educadores, agentes culturais e o público em geral no debate sobre políticas públicas e sustentabilidade socioambiental.

Atividades e produtos

No primeiro ano deste trienal, 2010, a FAART Formação tomou por decisão "*Sistematizar a experiência formativa realizada pela ONG Ação Educativa. A partir de diálogos, grupos focais – com as equipes técnicas e outros atores envolvidos nos processos de formação – e da análise documental da instituição, busca-se compreender os sentidos, as estratégias, as práticas e as metodologias empregadas pelas equipes nos seus 15 anos de existência. Ao final, pretende-se construir tanto conhecimentos que explicitem os potenciais desta estratégia de ação na promoção dos direitos educativos e da juventude como parâmetros e referências que orientem o trabalho futuro da organização*".

O ano de 2010, assim, foi dedicado ao início dessa sistematização após discutir as categorias a serem sistematizadas e os projetos que a elas se referenciavam. Os seis projetos selecionados como exemplares da sistematização foram: (i) Jovens Agentes pelo Direito à Educação - JADE; (ii) Arte na Casa; (iii) Educação e Relações Raciais; (iv) Nossa Escola Pesquisa sua Opinião; (v) Vídeo: Cultura e Trabalho – VCT; (vi) Curso Cidadania e Direito à Educação.

No 1º Semestre de 2011 foi dada continuidade às entrevistas e análises documentais sobre as formações escolhidas para participar da sistematização. Foram realizadas gravações, fichas-síntese para cada uma delas e as primeiras análises sobre o material.

No 2º Semestre de 2011 foi elaborada uma primeira versão do documento síntese.

Em 19/12/2011, em reunião do colegiado ampliado o documento foi apresentado e debatido. Sugestões foram feitas quanto à forma e conteúdo. Encaminhou-se para o primeiro semestre de 2012 a redação de uma segunda versão que incorporasse as sugestões.

Balanço dos resultados e perspectivas

Embora ainda inconcluso, o processo de sistematização mostrou-se bastante rico e promissor para o estabelecimento de uma identidade para as ações de formação implementadas pela Ação Educativa. A partir daí terá início a implementação de uma programação experimental de seminários ou cursos sobre DHESCA, promoção dos direitos e da diversidade étnico-racial e cultural e sociedades sustentáveis no plano local e internacional, tal como previsto no Plano Trienal 2010-2012.

O resultado esperado de todo esse processo, por fim, é que a Ação Educativa se estruture como um polo irradiador de trabalhos de formação para a cidadania, de modo a oferecer atividades para movimentos sociais identificados com a missão institucional. Tal resultado insere-se, por sua vez, na missão institucional da Ação Educativa, em que a formação aparece como uma das principais estratégias para a construção de um país mais justo. Na formulação da sua missão a Ação Educativa afirma aliar “a formação e a assessoria a grupos nos bairros, escolas e comunidades com a atuação em articulações amplas, a pesquisa e a produção de conhecimento com a intervenção nas políticas públicas”. Transformar tal atividade em uma estratégia que parta e volte para uma reflexão institucional unificada, e não apenas pulverizada em seus diversos programas, é um dos objetivos que já foi realizado em parte pela FAART Formação para a Cidadania Ativa em 2011.

Gestão e Desenvolvimento Institucional

Objetivo 1 - Fortalecer o campo de organizações de cidadania ativa, no âmbito local, nacional e internacional

Atividades e produtos

A participação na direção nacional da Abong continuou absorvendo boa parte do tempo da coordenadora geral, Vera Masagão Ribeiro, que, nesse período, tratou principalmente de questões relacionadas ao marco legal para as organizações da sociedade civil (OSCs)⁴. Em 2010, um conjunto amplo de organizações e redes de OSC's, entre elas a Abong, havia apresentado à então candidata Dilma Rousseff uma Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as OSC's. No documento, pleiteava-se a criação de um grupo de trabalho reunindo representantes de governo e sociedade civil para propor uma legislação mais favorável e políticas de fomento às organizações cidadãs. Ação Educativa também é signatária da Plataforma, mas a participação em seu comitê gestor se dá por meio da Abong.

Apesar de Dilma Rousseff, ainda candidata, ter se comprometido formalmente com a Plataforma, foi preciso forte pressão para que o compromisso começasse a ser cumprido após a eleição. O ano de 2011, primeiro de seu mandato, foi marcado por uma série de escândalos sobre malversação de recursos públicos por meio de convênios duvidosos entre ministérios e ONGs. Vários ministros foram afastados, mas as medidas mais duras tiveram como alvo as ONGs, mais vulneráveis que os grupos partidários que ocupam os ministérios onde foram detectadas irregularidades. Para se resguardar frente à mídia e à opinião pública, a presidenta promulgou um decreto que suspendeu repasses de recursos a todas as organizações não governamentais, colocando todas indiscriminadamente sob suspeita, até que se realizasse uma devassa nos convênios em curso. Mais do que os inconvenientes causados pela suspensão de recursos, a medida como que sancionou oficialmente a campanha de difamação que a mídia vinha fazendo contra as ONGs, além de disseminar, entre os servidores federais, forte indisposição em relação a elas. Foi necessário um extenuante trabalho de negociações com setores do governo favoráveis às OSC's, para que, finalmente no mês de novembro, fosse instituído o grupo de trabalho para propor novo marco legal. A Secretaria Geral da Presidência, em parceria com a Plataforma, promoveu também um Seminário Internacional que mobilizou especialistas e organizações para debater publicamente o tema, onde foi feito um primeiro levantamento de propostas para melhoria do ambiente legal e político de atuação das ONGs. Os resultados desse GT, que deverá operacionalizar tais propostas, são esperados para o primeiro semestre de 2012.

Outro tema no qual a coordenadora geral da Ação Educativa esteve fortemente envolvida como representante da Abong foi o da cooperação internacional. Ela produziu um artigo e uma nota pública discutindo a reconfiguração da cooperação internacional no Brasil e a

⁴ A Abong tem um modelo de gestão em que toda a representação política é feita por diretores não remunerados para tal. Desse modo, a atuação de sua diretoria depende da sessão de quadros dirigentes por parte das associadas.

emergência do Brasil como país doador⁵. Vera Masagão participou de três grandes eventos internacionais que discutiram a cooperação internacional e o papel das organizações da sociedade civil como atoras nesse campo [as assembleias do Open Forum em Istambul (Turquia) e Sian Reap (Camboja)], culminando com a Conferência Internacional sobre a Eficácia da Ajuda, realizada em Busan (Coreia do Sul) em dezembro.

Outro espaço em que também se abordaram esses temas foi o PAD – Processo de Articulação e Diálogo. Nesse caso, como representante da própria Ação Educativa, Vera Masagão participou de dois encontros, um ocorrido em Brasília e outro em São Paulo, debatendo questões sobre o marco regulatório das OSCs, sobre o papel das organizações da sociedade civil brasileira e internacional, o papel do Brasil na nova geopolítica mundial, os desafios da cooperação ecumênica no Brasil.

Sergio Haddad, ex-coordenador geral da Ação Educativa, agora na função de coordenador de desenvolvimento e inovação, também dedicou boa parte de seu tempo à construção de uma alternativa de financiamento para organizações de defesa de direitos brasileiros. Como diretor presidente do Fundo Brasil de Direitos Humanos, vem negociando uma linha de financiamento para ONGs de defesa de direitos em parceria com a Fundação Banco do Brasil, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Petrobrás, com apoio da Secretaria Geral da Presidência da República.

Sergio também se dedicou a estudo sobre agências de cooperação internacional atuantes no Brasil, cujos resultados serão publicados em 2012. Também participou do Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo do Fórum Social Mundial – GRAP (FSM), que promoveu seminário internacional “A busca de paradigmas de civilização alternativos e a agenda de transformação social” em Dakar, Senegal, fevereiro de 2011, durante a realização do FSM. Do seminário resultou a publicação do manifesto-revista “Um outro mundo é possível e é pra já – sociedade civil rumo à Rio + 20”. Na sequência, o GRAP passou a se dedicar à organização do Fórum Social Temático Justiça Social e Ambiental, preparatório à Conferência Rio +20, que aconteceria em janeiro de 2012, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Ação Educativa também continuou participando da Plataforma DhESCA Brasil e da articulação “Justiça, Direitos Humanos e Participação Social” (JusDH), acompanhando e colaborando com suas atividades.

Balanço dos resultados e perspectivas

Há um sentimento de crise no campo das organizações de cidadania ativa, decorrente principalmente das mudanças de sua base de sustentação: a saída de agências de cooperação internacional, a insegurança dos financiamentos nacionais estatais (atrasos em repasses, indefinição normativa) e insuficiência das fontes privadas (empresas, contribuições individuais). A Ação Educativa tem participado ativamente do enfrentamento dessa crise, buscando recriar e atualizar os temas, as estratégias e as bases de sustentação das organizações de defesa de direitos. Alguns quadros dirigentes têm se dedicado a esse campo de forma mais

⁵ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONG. Por uma política de cooperação internacional brasileira efetiva e participativa. São Paulo: Abong, 2011 [www.abong.org.br] e RIBEIRO, Vera Masagão. “Alô, alô, Brasil com W”. *Brasil, América Latina e a Cooperação Internacional – Encarte Especial do Le Monde Diplomatique Brasil*, agosto 2011.

direta, mas também toda a organização, procurando manter o olhar crítico e inovador em relação ao modo como a própria Ação Educativa se faz presente na sociedade brasileira.

A capacidade da sociedade civil brasileira de exercer um protagonismo no campo internacional, seja nos processos do Fórum Social Mundial seja na preparação da Conferência Rio +20, confirma sua pujança, que o cenário de crise econômica e de legitimidade – no âmbito nacional e internacional – não conseguiu anular. A ampliação da presença internacional, de forma mais autônoma e responsável, é sem dúvida um dos caminhos que as organizações de cidadania brasileiras devem trilhar para atuar sua missão frente aos novos desafios da atualidade.

Objetivo 2 - Garantir a sustentabilidade político-financeira da instituição, provendo suporte administrativo, operacional e tecnológico para as ações programáticas, promovendo a comunicação e o debate interno, a visibilidade pública da instituição, a coerência com os princípios institucionais de gestão democrática, transparência e interesse público.

Atividades e Produtos

Coordenação Executiva

A coordenação executiva, agora composta por cinco membros, deu continuidade a seu mandato, cuidando da implementação do Plano Trienal e garantindo os canais de informação e diálogo entre as instâncias de gestão e parceiros da Ação Educativa. Seus membros estiveram presentes nas duas reuniões da Diretoria, realizadas em 5 de maio e 7 de dezembro, onde se discutiram questões relacionadas a sustentabilidade, novos desafios programáticos e Assembleia Geral dos Sócios. Esta ocorreu em 10 de agosto, com a presença de 22 sócios, 35 funcionários e uma convidada palestrante. Nela foram aprovadas as modificações formais de estatuto necessárias à sua adequação para solicitação de título de OSCIP ou CEBAS. Dada a instabilidade jurídica do marco legal das OSC's, porém, a escolha de uma ou outra titulação foi adiada para o próximo ano. Na assembleia também foi exibido um vídeo com destaques das áreas ao longo do ano. Debateu-se também o papel das organizações não governamentais, estratégias para afirmação / reinvenção de sua missão na sociedade, enfrentamento das campanhas de deslegitimação.

Para a gestão cotidiana da instituição, debate de questões político-estratégicas e apreciação de novas demandas e problemas enfrentados pelos projetos, a coordenação executiva realizou 19 reuniões. O colegiado de coordenação, que inclui também os coordenadores de programas e setores, por sua vez, reuniu-se 16 vezes. Foram realizados ainda, tal como programado, seis colegiados ampliados, para os quais todos os funcionários da organização são convidados para debater temas de caráter formativo e produzir consensos sobre posicionamentos institucionais. No primeiro semestre, foram abordados os temas: Plano Nacional de Educação, Laicidade no ensino público, Financiamento e expansão da educação infantil (administração pública direta x convênio com entidades sociais) e nova lei de direitos autorais. No segundo semestre, foram discutidos os temas Gênero e Educação (a partir de estudo realizado pelo programa Diversidade e Participação) e Princípios e práticas de formação na Ação Educativa, a partir de relatório elaborado pela FAART Formação.

Deu-se também continuidade à sistemática de monitoramento por meio de reuniões da coordenação executiva com as equipes das áreas, setores e FAART's. Foram duas rodadas de monitoramento, uma no primeiro semestre e outra no segundo. Além delas foram realizadas as reuniões gerais de planejamento e avaliação. Nessa última, foram dados os primeiros passos nas discussões que deverão culminar na elaboração de um novo Plano Trienal para 2013-2015.

Sob a supervisão da Coordenação de Desenvolvimento e Inovação, vem sendo realizado o trabalho de adequação do acervo da Ação Educativa para os tempos atuais, descartando um conjunto de documentos, digitalizando outros, reforçando o papel da biblioteca virtual, diminuindo espaço de guarda e aumentando o acesso remoto dos documentos.

Finalmente, a coordenação executiva também teve um papel importante de condução do enfrentamento da crise gerada por uma notícia distorcida sobre um livro didático produzido por Ação Educativa em parceria com a Global Editora, aprovado em edital público realizado pelo MEC para aquisição pelo Programa Nacional de Livros Didáticos. Com base na má- interpretação de uma frase tomada fora de contexto da obra "Por uma Vida Melhor", da "Coleção Viver, Aprender", um site noticioso divulgou que o livro adotado pelo MEC ensinava os alunos a "falar errado". Na verdade, de acordo com o currículo nacional, o livro propunha uma discussão crítica sobre variações linguísticas, norma culta e linguagem informal. Como havia, por um lado, intenções de desestabilizar o Ministro da Educação, e, por outro, uma arraigada concepção ultrapassada de ensino de língua e mesmo preconceito linguístico entre profissionais de mídia e no senso comum, o ocorrido gerou uma enorme polêmica nos jornais, rádios e TVs de todo o país, chegando a tribunas do poder legislativo e dando ensejo até a ações judiciais que não tiveram, felizmente, continuidade. Foram, entretanto, dois meses de intenso debate na mídia e mais alguns meses de repercussões pontuais. Para esclarecer a opinião pública e os educadores e defender as opções político-pedagógicas da organização, a Ação Educativa montou um esquema de enfrentamento que envolveu divulgação de nota pública, conversas com colunistas e formadores de opinião, pedidos de pareceres para especialistas. Felizmente, a proposta pedagógica do livro também recebeu inúmeros apoios espontâneos e a aprovação quase unânime dos especialistas na área. Muitos formadores de professores acabaram usando a cobertura jornalística do episódio como material didático para discutir variações e preconceito linguístico.

Setor de Comunicação

Depois de período de testes e ajustes, entrou no ar o novo site institucional da Ação Educativa. A arquitetura da informação foi toda reformulada para dar maior visibilidade a alguns conteúdos e para garantir melhor organização das áreas e programas desenvolvidos pela instituição e maior interação com os internautas. Construído ao longo do ano de 2010 pela comissão de comunicação, com ampla participação de coordenadores de programas e áreas, o projeto começou a ser executado no primeiro semestre de 2011, com a contratação de uma empresa que construiu um novo layout e implantou uma nova plataforma de edição. O lançamento público do novo site se deu no fim de outubro. Desta essa data até o final do ano, foram feitas as transições de materiais do site antigo e correções e adaptações no projeto original.

A mudança permitiu ganhos importantes na comunicação visual com os diversos públicos da instituição. A nova plataforma, o Joomla, trouxe mais agilidade na edição e mais possibilida-

des de uso de recursos multimídia, como imagens internas nas notícias, galerias de fotos e carregamento de vídeos e áudios. A nova ferramenta também possibilita que mais pessoas possam fazer atualizações, já que operações de edição requerem apenas um conhecimento básico do sistema.

Homepage do novo site institucional



Outro fato de destaque para o setor nesse período foi a polêmica gerada em torno do livro "Por uma vida melhor", da coleção Viver, Aprender. Durante os dois meses em que a polêmica foi mais intensa, constitui-se um grupo para "gestão de crise" envolvendo a coordenação executiva, o pessoal do Setor de Comunicação e do Observatório da Educação, além dos editores e autores do livro em debate. Além de monitorar as informações que eram reproduzidas pela imprensa em todo país, o grupo se articulou para dar respostas adequadas aos ataques e dar publicidade às opiniões divergentes. As matérias contra e a favor do livro foram organizadas em dossiês com mais de 100 páginas, disponibilizados a educadores e público em geral, junto com o capítulo do livro que gerou a polêmica.

Outra demanda importante para o setor nesse período foi o acompanhamento dos hotspots e blogs conectados ao site principal, criados e atualizados pelos diferentes programas e projetos com fins específicos. Além de descentralizar as tarefas de produção de conteúdos, o objetivo dos hotspots e blogs é também oferecer conteúdos segmentados para os diferentes públicos da Ação Educativa. Devido ao processo de implantação do novo site, ainda não foi possível fazer a contagem de acesso a cada um desses hotspots e blogs, tarefa que deverá ser feita no próximo período, para que seja possível avaliar, com base nos resultados, essa estratégia comunicativa.

Blogs e hotsites hospedados no servidor da Ação Educativa

Site	Endereço
Prêmio Cultura Hip Hop	www.premiohiphop.org.br/
Indicadores da Qualidade da educação	www.acaoeducativa.org.br/indicadores
Agenda Cultural da Periferia	www.acaoeducativa.org.br/agendadaperiferia
Curso Cidadania e Direito à Educação	http://direitoaeducacao.wordpress.com
Portal do Observatório da Educação	www.observatoriodaeducacao.org.br
HotSite Relações Raciais na Escola	www.relacoesraciaisnaescola.org.br
Portal da coleção Viver, Aprender	www.viveraprender.org.br
Blog De Olho no Plano	http://www.deolhonoplano.org.br/
Blog do projeto To no rumo	http://www.tonorumo.org.br
Site do seminário e mostra Estáticas da Periferia	http://www.esteticadaperiferia.org.br/
Rede Vozes da Educação	http://vozesdaeducacao.org.br/
Blog do GT de Juventude da Rede Nossa São Paulo	http://gtjuventudenossasp.wordpress.com/

Manteve-se uma média de 23 matérias publicadas por mês no site. Ainda assim, observou-se nesse ano, assim como no ano passado, uma diminuição nos acessos mensais. Isso se deve, provavelmente, ao direcionamento de muitos visitantes diretamente aos hotsites e blogs dos projetos, mas isso só poderá ser verificado quando for possível contabilizar as visitas a todas essas áreas anexas ao site institucional. O mês de maio de 2011 registra um aumento da quantidade de acessos, pois foi esse o mês em que aconteceu a polêmica sobre o livro, gerando visitas dos que buscavam esclarecimento. Foi criada uma área especial com a nota pública da Ação Educativa e outras entidades ligadas à educação e ao ensino de línguas, artigos de especialistas, além de arquivo com o capítulo em que constava a frase que havia sido mal interpretada, para que os visitantes pudessem apreciá-la em seu contexto.

Acessos ao site da Ação Educativa

	2009	2010	2011
Janeiro	14.638	11.633	15.028
Fevereiro	17.863	13.640	22.908
Março	26.344	22.201	26.744
Abril	11.807	18.387	26.993
Maio	20.556	18.545	34.700
Junho	20.380	17.667	23.030
Julho	20.219	15.398	19.808
Agosto	22.148	18.793	25.491
Setembro	26.941	19.948	32.416
Outubro	24.391	17.113	26.392
Novembro	20.612	20.202	24.831
Dezembro	11.777	10.199	16.094
Total	239.685	205.736	296.446

O boletim eletrônico institucional *Em Ação!* foi distribuído mensalmente, ao longo de todo o ano. Boletins dos programas Observatório da Educação e Ação na Justiça também foram distribuídos, cada qual com sua periodicidade. O Setor também apoiou a edição e distribuição de um novo boletim – Juventude na Cidade, do GT Juventude da Rede Nossa São Paulo.

Já o boletim Juventude na Cena não teve edições eletrônicas em 2011. De acordo com a demanda dos programas, foram também produzidos e distribuídos convites para eventos e avisos de pauta para jornalistas, totalizando 26 envios desse tipo de material ao longo do ano. A quantidade de assinantes dos boletins continuou crescendo, como se pode observar no quadro abaixo.

BOLETINS	No de edições em 2011	Assinantes em dez de 2010	Assinantes em dez de 2011
Em Ação!	12	3.834	4.091
Observatório da Educação	29	3351	5.907
OPA - Ação na Justiça	3	2.910	3.289
Juventude na Cidade (GT Juventude da Rede Nossa São Paulo)	2	-	1.985

Em 2011 a Ação Educativa também se fez presente nas redes sociais. Fortaleceu sua inserção no Twitter, passando de 692 seguidores em setembro de 2010 para 3.752 em dezembro de 2011. Já no Facebook, a página da Ação foi inaugurada em outubro de 2011, inicialmente com 22 amigos, alcançando 105 em dezembro. Ação Educativa também tem alguns conteúdo no YouTube.

O setor de comunicação também coordenou o contato de assessores da Ação Educativa com a mídia, realizando ao longo do ano 94 atendimentos a jornalistas, sendo 54 entre os meses de maio e junho, quando se deu a polêmica sobre o livro *Por uma vida melhor*. Só nesses meses, a obra foi citada em pelo menos 59 matérias na mídia impressa, oito programas de TV e quatro de rádio.

O Setor de comunicação também deu apoio à produção e execução do Programa de Rádio Agenda Cultural da Periferia, que vai ao ar todas as terças-feiras, das 16 às 17 horas, na Rádio Comunitária de Heliópolis (bairro periférico da Zona Sul de São Paulo), programa desenvolvido em colaboração com a área de Cultura, responsável pela Agenda Cultural da Periferia. Além disso, foram realizados trabalhos de coordenação editorial e acompanhamento – em menor ou maior escala – junto aos hotspots Acesso à Justiça e Direito à Educação, coordenado pelo programa Ação na Justiça e o Tô no Rumo, coordenado pelo programa de Juventude e Trabalho, e com o blog De olho no Plano, coordenado pela área de Educação.

Balanço dos resultados e perspectivas

O andamento desse Plano Trienal confirma o amadurecimento institucional da Ação Educativa, que vem conseguindo realizar a renovação de seus quadros dirigentes e promover o constante engajamento político das equipes com a missão institucional. Com o cenário de enxugamento das equipes, visando o equilíbrio orçamentário, é notável o resultado do espírito de colaboração que prevalece entre os quadros internos e também junto a colaboradores externos. A participação de coordenadores de área na coordenação executiva, assim como as reuniões de monitoramento, melhoraram significativamente a supervisão prestada às equipes dos projetos pelo GDI. Avaliou-se, entretanto, que a supervisão aos setores (comunicação e informática) ainda precisa ser aperfeiçoada, assim como o acompanhamento, pela Executiva, das recomendações do colegiado e das reuniões de monitoramento. No

próximo período, devemos também buscar abrir mais espaços regulares de reuniões por área.

O enfrentamento da polêmica sobre o livro *Por uma Vida Melhor* foi um episódio que evidenciou o engajamento de todas as equipes internas e vários colaboradores, que se dedicaram a qualificar o debate, se pronunciando na grande mídia e principalmente nas redes sociais. Sem dúvida, nossa capacidade de reação também resultou da experiência que acumulamos de incidência na mídia, por meio do Programa Observatório da Educação. A organização conseguiu transformar uma crise gerada pela distorção de uma informação na mídia em um debate relevante e inédito sobre os sentidos da educação, o valor da cultura popular e da norma culta.

Tendo em vista o contexto recente de crise de sustentabilidade das organizações da sociedade civil brasileira, o desempenho da Ação Educativa em 2011 pode ser considerado muito bom. Cumprimos a meta de manter o equilíbrio orçamentário e começamos a compor um fundo de reserva. É fato, entretanto, que o contexto ainda é desfavorável, com uma acentuada insegurança jurídica no que se refere às parcerias com o poder público e ainda insuficiente engajamento do investimento privado brasileiro com as organizações de defesa de direitos.

Nesse contexto, a Ação Educativa deve continuar empenhada em atualizar seus focos e estratégias de ação, ampliar sua capacidade de comunicação com a sociedade e estabelecer novas parcerias. No próximo ano, deverá levar a cabo uma avaliação de sua principal aposta política neste trienal – a construção dos direitos por meio da participação social – e já projetar o triênio 2013-2015.

Resultado Financeiro de 2011

A Ação Educativa apresentou um pequeno déficit de R\$ 133.120,79 no exercício de 2011. Isto ocorreu devido a um problema de fluxo de caixa sanado rapidamente nos meses seguintes. Quatro projetos em execução tinham previsto repasse de suas últimas parcelas no segundo semestre de 2011, porém o depósito ocorreu apenas em janeiro e fevereiro de 2012.

Quadro 1: Apuração do resultado de 2011

Valores em R\$	
Receitas em 2011	7.478.247,24
Despesas em 2011	7.611.368,03
Resultado Financeiro de 2011	-133.120,79

No ano de 2011 a Ação Educativa investiu R\$ 7.611.368,03 nas atividades. Isso representou despesa 8,29% maior do que a de 2010, conforme demonstrado no Quadro 2. Este crescimento foi possível porque contamos com pequena elevação no volume de recursos dos parceiros internacionais, como se vê adiante no Quadro 4.

Quadro 2: Evolução de Despesas 1994 - 2011

Valores em R\$		
	Despesa Anual	Crescimento Anual
1994	20.468,08	Fundação
1995	440.453,28	-
1996	728.705,02	65,44%
1997	903.803,26	24,03%
1998	1.139.514,81	26,08%
1999	1.401.359,35	22,98%
2000*	2.048.483,61	46,18%
2001	2.106.114,88	2,81%
2002	3.358.751,71	59,48%
2003	4.986.322,40	48,46%
2004	5.167.433,75	3,63%
2005	4.275.927,31	-17,25%
2006	4.029.360,15	-5,77%
2007	4.515.536,09	12,07%
2008	5.451.756,47	20,73%
2009	5.736.068,58	5,22%
2010	7.028.483,38	22,53%
2011	7.611.368,03	8,29%

(*) Sem considerar despesas com aquisição e reforma do imóvel no valor de R\$ 1.184.942,86. Despesa total em 2000 foi de R\$ 3.233.426,47.

Conforme o Quadro 3, que compara as despesas de 2011 com as de 2010, houve um aumento nas despesas em três rubricas. As duas rubricas com maior aumento absoluto no volume dos gastos foram recursos humanos, com R\$ 266.807,44, e atividades programáticas, com R\$ 231.871,55. O terceiro maior aumento, no valor de R\$ 27.793,35 refere-se a manutenção da infraestrutura do prédio e equipamentos.

Quadro 3: Comparativo de Despesas - 2011 x 2010

Valores em R\$				
Despesas por Rubrica	2010 (A)	2011 (B)	Variação (C) = (B) - (A)	Var. (%) (C) / (A)
Recursos Humanos	2.849.549,29	3.116.356,73	266.807,44	9,36%
Atividades Programáticas	3.458.724,29	3.690.595,84	231.871,55	6,70%
Edifícios e Instalações	192.014,74	219.808,09	27.793,35	14,47%
Despesas de Escritório	161.695,81	171.323,73	9.627,92	5,95%
Despesas de Gestão	124.658,16	148.916,96	24.258,80	19,46%
Dep. Financeiras e Taxas	56.136,42	51.978,71	-4.157,71	-7,41%
Impostos sobre Receitas	114.148,11	131.359,11	17.211,00	15,08%
Acervo	7.257,00	63,00	-7.194,00	-99,13%
Móveis e Equipamentos	62.965,67	86.304,62	23.338,95	37,07%
Despesas não operacionais	1.333,89	-5.338,76	-6.672,65	-500,24%
Total de Despesas	7.028.483,38	7.611.368,03	582.884,65	8,29%

O Quadro 4 mostra as despesas por área, comparando 2011 com 2010. Os totais são diferentes dos do Quadro 3 porque nele não são consideradas despesas com variação do imobilizado, despesas financeiras, taxas e despesas não operacionais. Ele indica que em 2011 houve elevação das despesas em todas as áreas temáticas e projetos especiais e diminuição nas despesas com coordenação, administração e infraestrutura. Os projetos especiais utilizaram R\$ 300.953,03 a mais do que em 2010, devido ao maior volume de recursos movimentados pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o GRAP – Grupo de Apoio e Reflexão do Fórum Social Mundial. A área de educação cresceu R\$ 244.332,88, devido ao maior volume de atividades em todos os programas de educação. O terceiro maior volume de recursos empregados foi na área da cultura. Foram R\$ 118.192,86 a mais do que em 2010, com destaque para investimento no seminário Estéticas da Periferia e atividades de arte e cultura na Fundação Casa. A área da juventude também aumentou em R\$ 68.823,25, como resultado das atividades junto aos grupos juvenis. A diminuição de R\$ 96.308,50 na coordenação reflete dois fatores. A diminuição de tempo de uma pessoa na coordenação, durante o primeiro semestre, e alguns projetos que utilizaram o tempo da coordenação e assumiram os custos. A diminuição em R\$ 97.622,26 nos custos de administração e infraestrutura reflete também os custos de tempo de pessoas da administração diretamente cobertos nos projetos e menos gasto com reforma.

Quadro 4: Comparativo de Despesas por área - 2011 x 2010

Área Programática, setores	Valores em R\$			
	2010 (A)	2011 (B)	Variação (C) = (B) - (A)	Var. (%) (C) / (A)
Área Educação	1.954.092,17	2.198.425,05	244.332,88	12,50%
Área Juventude	707.391,65	776.214,90	68.823,25	9,73%
Área Cultura	2.013.053,81	2.131.246,67	118.192,86	5,87%
Focos de Ação Articulada	77.474,68	87.817,40	10.342,72	13,35%
Coordenação Geral, PMA	310.886,94	214.578,44	-96.308,50	-30,98%
Administração, Infra-estrutura e Manutenção	621.546,31	523.924,05	-97.622,26	-15,71%
Projetos Especiais (*)	1.243.955,76	1.544.908,79	300.953,03	24,19%
Total de Despesas	6.928.401,32	7.477.115,30	548.713,98	7,92%

(*) Projetos especiais: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Grupo de Apoio e Reflexão do FSM, Seminário El Cuidado, Fórum em Defesa da Vida, Formação jovens Nossa São Paulo

Com relação à variação das receitas em 2011, ocorreu um pequeno aumento de 2,20% ou R\$ 161.039,87. A maior elevação absoluta foi em recursos das Fundações Empresariais Internacionais, no valor de R\$ 381.171,34. Foram parcerias com Fundação Avina, Fundação Ford e Fundação Open Society. É interessante se observar como evolui a participação de fundações empresariais internacionais no orçamento da Ação Educativa, pois sua presença crescente vem sendo identificada como tendência da cooperação internacional no âmbito mundial.

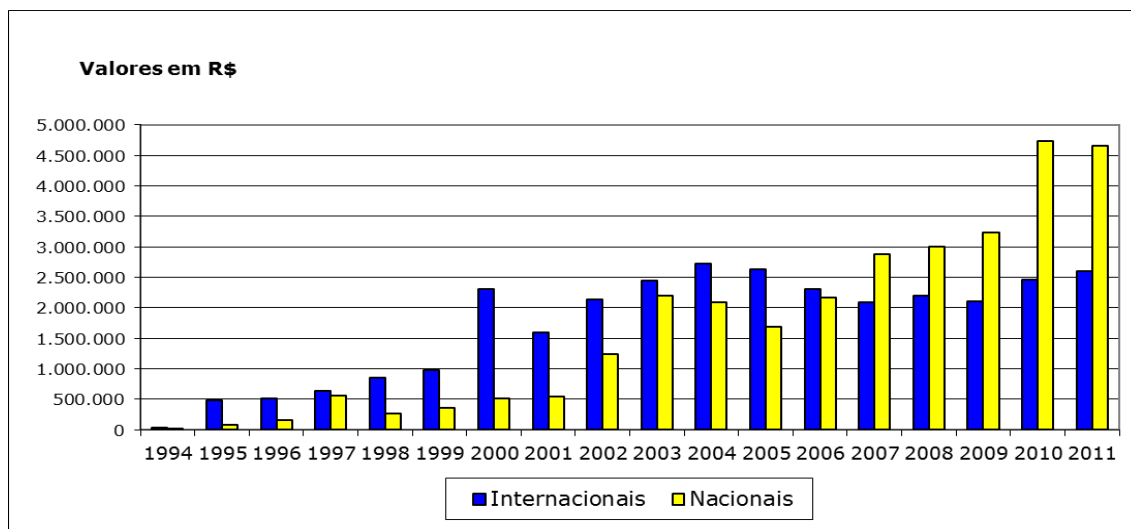
Quadro 5: Comparativo de Entradas - 2011 x 2010

Receitas por Rubrica	Valores em R\$			
	2010 (A)	2011 (B)	Variação (C) = (B) - (A)	Var. (%) (C) / (A)
Receitas Internacionais	2.457.836,72	2.595.463,03	137.626,31	5,60%
Órgãos de Cooperação	1.612.254,89	1.240.897,64	-371.357,25	-23,03%
Fundações	485.616,58	866.787,92	381.171,34	78,49%
Organismos Internacionais	359.965,25	487.777,47	127.812,22	35,51%
Outros				
Receitas Nacionais	4.740.579,08	4.651.495,60	-89.083,48	-1,88%
Recursos Governamentais	1.878.698,23	2.050.812,95	172.114,72	9,16%
Institutos Empresariais	1.369.074,71	1.659.063,41	289.988,70	21,18%
Parcerias c/ ONGs e Associações	33.251,86	208.853,64	175.601,78	528,10%
Prestação de Serviços (*)	655.886,31	251.647,34	-404.238,97	-61,63%
Direitos Autorais (*)	588.378,27	267.497,86	-320.880,41	-54,54%
Patroc./Doações/Filiações/Estoq.	134.828,05	79.495,64	-55.332,41	-41,04%
Locações	81.159,16	134.124,76	52.965,60	65,26%
Venda de Publicações (*)	-697,51		697,51	-100,00%
Receitas Financeiras	118.791,57	231.288,61	112.497,04	94,70%
Total de Receitas	7.317.207,37	7.478.247,24	161.039,87	2,20%

(*) Os valores das receitas são brutos, os respectivos impostos estão computados como despesa em "Impostos sobre Receitas".

No Gráfico 1 é possível acompanhar a evolução das fontes de financiamento ao longo dos 18 anos da Ação Educativa. Em 2011, se mantém o padrão iniciado em 2007, de preponderância dos recursos nacionais no conjunto do orçamento da instituição. A receita nacional representou 64,19% do total, mas teve uma diminuição de recursos de R\$ 89.083,48, em relação a 2010. A receita internacional representou 35,81% e aumentou R\$ 137.626,31 em relação ao ano anterior. É possível que comece a se reverter a tendência de queda no montante absoluto de recursos internacionais entre as fontes da Ação Educativa, mas com a presença de novos atores nesse campo, as fundações empresariais.

Evolução das Fontes de Financiamento de 1994 a 2011



Corpo Diretivo e Pessoal

Diretoria

Maria Machado Malta Campos
Fernanda Papa
Orlando Jóia

Assessoria da Diretoria

Adriana Barbosa
Maria Clara Di Pierro
Marília Sposito

Conselho Fiscal

Marta Elizabete Vieira Santana
Tomás Carmona
Waldemir Bargieri

Coordenação Executiva

Vera Masagão Ribeiro – Coordenadora Geral
Maria Virgínia de Freitas – Coordenadora da Área de Juventude
Antonio Eleilson Leite – Coordenador da Área de Cultura
Denise Carreira – Coordenadora da Área de Educação
Marcos José Pereira da Silva – Coordenador Administrativo Financeiro

Sócios Estatutários

Adriana Barbosa
Adriano Jose Lima de Jesus
Ana Lúcia Silva Souza
Ana Paula de Oliveira Corti
Antônio Eleilson Leite
Aparecida Suely Carneiro
Aparecida Neri de Souza
Atiely Santos
Camila Croso Silva
Cláudia Lemos Vóvio
Celso de Rui Beisiegel
Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi
Denise Careira
Elie George Guimarães Ghanem Junior
Fernanda de Carvalho Papa
Helena Wendel Abramo
Heloisa Helena de Souza Martins
Ismar de Oliveira Soares
José Marcelino de Rezende Pinto

Luiz Eduardo Wanderley
Luciana Guimarães
Marcos José Pereira da Silva
Mariângela Graciano
Maria Carla Corrochano
Maria Clara Di Pierro
Maria Virgínia de Freitas
Maria Machado Malta Campos
Marília Pontes Sposito
Marta Kohl de Oliveira
Marilse Terezinha de Araujo
Milton Alves Santos
Orlando Joia
Petronilha Gonçalves e Silva
Regina Miyeko Oshiro
Regina Soares Jurkiewicz
Renato Souza de Almeida
Sérgio Haddad
Vera Masagão Ribeiro
Vicente Rodriguez
Waltermir Jango Belli Nalles
Waldemir Bargieri

Sócios Honorários

Aloísio Mercadante
Beatriz Bebiano Costa
Benedito Rodrigues dos Santos
Carlos Alberto Abicalil
Carlos Alberto Alves de Souza (Kall)
Carlos Rodrigues Brandão
Francisco de Assis Ferreira
Gilberto Bento do Nascimento
Jether Pereira de Ramalho
Luiz Percival Leme de Britto
Magda Becker Soares
Míriam Jorge Warde
Nilde Ferreira Balcão
Nilton Bueno Fischer * In Memória
Osmar Fávero
Ricardo Young Silva
Sílvia Maria Manfredi
Waldemar de Oliveira Neto
Waldimas Nogueira Galvão * In Memória

Secretaria da Coordenação Executiva

Regina Costa

Setor de Administração e Finanças e Infraestrutura

Marcos José Pereira da Silva – Coordenador administrativo e financeiro
Márcia Felipe de Lima - Analista de Recursos Humanos
Karoline Raquel de Aquino Matos - Analista administrativo e financeiro
Marcelo Amaro de Souza – Assistente administrativo e financeiro
Regina Barbosa dos Reis - Assistente administrativo e financeiro
Renata Tavares Fernandes – Assistente administrativo e financeiro
Rogério Pereira dos Santos – Assistente administrativo e financeiro
Cirto Lino dos Santos – Assistente administrativo
Geusilene Costa – Assistente administrativo e financeiro
Marcel Rei Coronato – Estagiário
Antônio Fernando Jesus Grasso – Estagiário
Deusira Sousa Baraúna Cremaschi - Recepcionista
Francisco Moreira de Souza - Porteiro

Setor de Comunicação

Michelle Prazeres Cunha – Coordenadora
Ana Claudia Mielki – Coordenadora interina
Gledson Bellei Neix – Webdesign

Programa Educação de Jovens e Adultos

Roberto Catelli Jr. – Coordenador
Bruna Gisi Martins de Almeida – Assistente de pesquisas
Dylan Ribeiro Vivas Frontana – Assistente de pesquisa
Agnes Karoline de Farias Castro – Estagiária
Mariana Sucupira Gomes – Assistente de pesquisa

Coordenação de Desenvolvimento e Inovação

Sergio Haddad – coordenador
Marina Santos Ghirotto – assistente
Filomena Siqueira e Silva – assistente
Flavia Landgraf – assistente

Programa Políticas Públicas de Juventude e Participação

Maria Virgínia de Freitas - Coordenadora
Luiz Antonio de Freitas Barata - Assessor
Gabriel Di Pierro Siqueira – Assessor
Bianca Boggiani Cruz – Assistente de pesquisa
Adelina Silva Rocha – Estagiária

Programa Juventude e Trabalho

Maria Carla Corrochano – Coordenadora
Natalia Lago – Assistente de pesquisa

Programa Jovens e Ensino Médio

Raquel Souza dos Santos – Coordenadora

Elias Chagas da Silva – Assessor

Projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião

Marilse Teresinha de Araújo – Coordenadora

Thais Bernardes Nogueira – Assessora

Renato Márcio do Nascimento – Assessor

Leila Márcia Andrade de Oliveira - Assessora

Adelmo dos Santos Camilo – Estagiário

Ednei Leite de Araújo - Estagiário

Ivana Gonçalves de Oliveira – Estagiaria

Projeto Indicadores Qualidade da Educação

Cláudia Bandeira – Coordenadora

Paulo Neves – Assessor

Luis Felipe Soares Serrao – Assessor

Projeto Indicadores Qualidade da Educação – Infantil

Valeria Lopes – Coordenadora

Claudia Pimenta – Assessora

Maria Helena de Aguiar Bravo – Estagiária

Programa Observatório da Educação

Mariângela Graciano – coordenadora

Fernanda Campagnucci Pereira– Assessora

Fernanda Fernandes – Assessora

Carlos A. F. Arantes dos Santos – Estagiário

Anne Maiztegui Rossini – Estagiária

Programa Diversidade, Raça e Participação

Denise Carreira Soares – Coordenadora

Suelaine Carneiro – Assessora da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação

Uvanderson Silva - Assessor

Ana Lúcia Silva Souza – Consultora

Wendy Carolina Teodoro Valério – Estagiária

Programa Ação na Justiça

Salomão Barros Ximenes – Coordenador

Ester Gammardella Rizzi – Assessora

Paulo Ricardo B. de Lima – Estagiário

Serviço de Documentação e Tecnologia da Informação

Mario Sérgio de Thomaz – Supervisor de informática

Waldirey Pires de Matos Junior – Analista de Suporte

Abraão Antunes da Silva – Estagiário

Felipe Santos de Melo – Jovem Aprendiz

Programa Cultura e Mobilização Social

Antônio Eleilson Leite - Coordenador

Elizandra Batista de Souza – Jornalista

Luiz Barata – Assessor do programa

Rodrigo Medeiros – Coordenador técnico Projeto Arte na Casa

Janaina Aparecida Santana – Coordenadora de área Projeto Arte na Casa

Fernanda Ribeiro do Nascimento – Coordenadora de área Projeto Arte na Casa

Carolina Faria Moraes – Assistente

Edson Aparecido de Lima – Assistente de produção II

Aline Cristina Quedas da Luz – Jovem Aprendiz

Projeto Arte na Casa

Educadores

Adilson Magno de Faria

Ana Maria da Silva

Ana Paula Dos S. Carlos

André Coletto Pedro

André Firmiano Virgino

Andrio Candido Ferreira

Antonio José de Lira

Carlos Augusto Matos

Cintia Regina dos Santos

Cláudio Guimarães de Lima

Daniel Fagundes de Souza

Débora C. Guilherme Adão

Elaine Cristina da Silva

Fabiano J. N. Baptista

Fabício Cruz

Fagner Eric da Silva

Fernando Solidade Soares

Flávio Mendes David

Flávio Galvão Moraes

Icaro Rodrigues de Rocha

Igor Renee Abe Lagos

Israel Ramos da Silva Neto

Ivan Vieira de Menezes

Jairo Rodrigues Barbosa

Jefferson de Assis Fleming

Jefferson dos Santos

Jonathan de Sousa da Silva

Leanderson Alves Gregório

Lindomar Ramos Ferreira

Cavalcanti Mendonça

Márcio Correia

Marcos Uelb R. de Araújo

Marcos Rodolfo S. Gamba

Vagner Sampaio de Souza

Vaneri de Oliveira

Victor Hugo Batista da Silva

Wagner da Silva V. Menezes

Wender Fernandes B. Moura

Apoios

Apoio Institucional (abrangendo todos os projetos)

- Serviços das Igrejas da Alemanha para o Desenvolvimento – EED (Alemanha)

Programa Políticas Públicas de Juventude e Participação

- Ajuda da Igreja da Noruega – AIN/NCA
- Avina América
- Fundação Avina Brasil

Programa Juventude e Trabalho

- Instituto Unibanco
- Fundação Telefônica

Programa Jovens e Ensino Médio

- Ajuda da Igreja da Noruega – AIN/NCA
- Kindernothilfe – Alemanha

Programa Observatório da Educação

- Avina Brasil
- Fundação Ford
- Unesco Brasília

Programa Ação na Justiça

- Fundação Ford

Programa Ação na Escola

Projeto Indicadores da Qualidade na Educação

- Instituto Embraer
- Fundação Telefônica
- Unicef – Brasília
- Secretaria de Educação de Bebedouro
- Visa Brasil

Projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião

- Instituto Paulo Montenegro/Grupo Ibope
- Fundação Open Society

Programa Diversidade, Raça e Participação

- Avina Brasil
- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes - Fumcad
- Fundação Roberto Marinho
- Instituto C&A
- Unicef – Brasília
- Caixa Econômica Federal

Programa Educação de Jovens e Adultos

- Editora Global
- INEP – Instituto Nacional de Pesquisa Educacionais
- Sesi Bahia
- Racional Engenharia
- Secretaria de Educação de Ipatinga/MG

Projeto de Pesquisa Educação não Escolar de Adultos

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp

Cultura e Mobilização Social

- Centro Cultural de Espanha/Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- Fundação Itaú Social
- Fundação Casa
- Global Editora
- Ministério da Cultura
- Oxfam Reino Unido
- Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo
- Secretaria Municipal de Cultura

Projetos Especiais

Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo FSM

- Petrobras S.A.

Empresas Sócias Mantenedoras

- Copy Center Ltda
- Editora 34 Ltda
- KI KILOS Restaurante Ltda
- GEM SOM – Aluguel de Equipamento de Imagem e Som Ltda
- Equippe Serviços Especializados S/C Ltda
- Summus Editorial Ltda
- Editora Fundação Perseu Abramo Ltda
- CRITERIUM - Avaliação de Políticas Públicas SC Ltda

Anexos

I - Detalhamento das receitas e despesas do projeto Arte na Casa, convênio 058/2008 e dos demais projetos e atividades da área da Cultura

Recursos Recebidos em 2011 e despesas por financiador para realização das atividades da área da Cultura

1- Recursos Públicos: Fundação Casa: Projeto "Arte na casa":

Saldo contábil em 31 de dezembro de 2010, menos cheques a compensar e provisões a serem pagas em 2011	Receitas transferidas pela Fundação Casa em 2011 mais rendimentos financeiros	Despesas em 2011	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2011, menos cheques a compensar e provisões a serem pagas em 2012
R\$ 333.441,53	R\$ 1.541.175,97	R\$ 1.609.034,44	R\$ 270.263,15

Contrapartida AE: Projeto "Arte na casa":

Receitas 2011	Despesas 2011	Saldo 2011
R\$ 2.931,99	R\$ 2.931,99	R\$ 0,00

2 - Demais projetos da área da Cultura e suas fontes de recursos

Ponto de Cultura; Agenda Cultural da Periferia; Seminário: "Estéticas da Periferia"; Oficinas de Elaboração de Projetos Culturais; Dia do Grafite; e Selo Povo.

Financiador	Receitas 2011	Despesas 2011	Saldo final em 2011
Atividades do Espaço de Cultura	78.877,29	78.377,29	500,00
Projeto Oxfam – Agenda e atividades	5.886,38	5.886,38	0,00
Fundação Itaú Social	28.500,00	28.500,18	-0,18
Projeto Centro Cult. da Espanha	63.663,47	63.663,47	0,00
Seminário Estéticas da Periferia	59.998,00	60.010,72	-12,72
Ponto de Cultura	57.697,32	57.697,32	0,00

II - Listagem de atividades

Assessorias

A escolas públicas ou comunidades escolares

Organização	Resultados no ano
E. E. Professor Moacyr Campos	Foram sensibilizados, formados e acompanhados 14 professores/as para uso da metodologia de orientação profissional Tô no Rumo: Jovens e Escolha Profissional; 177 estudantes do 3º ano do ensino médio participaram de oficinas ministradas por estes professores/as, com suporte técnico e material da Ação Educativa.
E. E. Professor Milton Cruzeiro	Foram sensibilizados 26 professores/as para a importância do trabalho e da escolha profissional na vida de jovens; foram formados e acompanhados 04 professores/as para uso da metodologia de orientação profissional Tô no Rumo: Jovens e Escolha Profissional; 82 estudantes do 3º ano do ensino médio participaram de oficinas ministradas por estes 04 professores/as, com suporte técnico e material da Ação Educativa.
E. E. Professor Aroldo de Azevedo	Foram sensibilizados 47 professores/as para a importância do trabalho e da escolha profissional na vida de jovens; foram formados 18 professores para uso da metodologia de orientação profissional Tô no Rumo: Jovens e Escolha Profissional; 49 estudantes participaram de oficinas ministradas por 04 professores/as, com suporte técnico e material da Ação Educativa.
Alunos da E. M. Professora Elza Marreiro Medina, modalidade EJA do Município de Embu das Artes	90 (noventa) estudantes do último ano do Ensino Fundamental modalidade EJA conseguiram garantir as condições objetivas para o prosseguimento de sua formação escolar em função da assessoria e interlocução com a administração pública (Secretaria de Estado de Educação), Abertura de turmas de ensino médio noturno, modalidade EJA, em Escola Municipal, financiada pela Secretaria Estadual, para o ano letivo de 2009.

Escolas públicas de São Paulo: EE Capitão Sergio Paulo Muiz Pimenta; EE Cronista Rubem Braga; EE Deputado Augusto do Amaral; EE Deputado Silva Prado EE Dona Esperança de Oliveira Saavedra; EE Dr Diogo de Faria EE Dr. Lauro Celidônio Gomes dos Reis; EE Eunice Marques de Moura Bastos; EE Jardim Aurora II; EE Livio Xavier; EE Padre Nildo do Amaral Júnior; EE Prof. Leonor Rendese; EE Professor Pedro Brasil Bandecchi; EE Prof. Moacyr Campos; EMEF Armando Cridey Righetti; EMEF Comendador Vicente Amato Sobrinho; EMEF Dr. José Pedro Leite Cordeiro; EMEF Dr. Pedro Aleixo; EMEF Flávio Augusto Rosa; EMEF Henrique Felipe da Costa; EMEF Jardim Marília I; EMEF Prof Gilmar Taccola; EMEF Prof. Carlos Pasquale; EMEF Professor Fernando de Azevedo; EMEF Senador José Ermírio de Moraes; EMEF Sud Mennucci; Secretaria Municipal de Educação de Mauá; EE Profa. Maria Aparecida Ferreira; CEU EMEF Maria Clara Machado; CEU Parque São Carlos; EE Astrogildo Arruda EE Deputado João Prado Margarido; EE Júlio de Carvalho Barata; EE Prof.^a Maria Lúcia Ambrósio; EE Professor César Dacorso Filho; EE Reverendo Tércio de Moraes Pereira; EMEF Maria Clara Machado; CEU Veredas; EMEF Profa. Izabel Ap Cristóvão da Luz; EE Dep Manuel de Nobrega; EE Profa. Benedita G. da Cruz; EE Prof^a Celia Ribeiro Landin; EE Ver. Mattathias Gomes dos Santos; EMEF Ezequiel Ramos; EMEF Itaim A; EMEF João Augusto Breves; EMEF Luis Saia, Arquiteto; EMEF Marechal Espiridião Rosas	a) Domínio de metodologia de pesquisa de opinião e aplicação de forma satisfatória junto a estudantes de educação básica resultando na realização de 42 projetos; b) Socialização dos saberes docentes sobre a educação escolar e sobre as práticas pedagógicas utilizadas nas escolas.
Comunidades escolares de sete escolas do município de Santos/SP: UME Martins Fontes; UME Mário de Almeida Alcântara; UME Prof. Pedro Crescenti; UME Prof. Avelino da Paz Vieira; UME Ayrton Senna da Silva; UME Olavo Bilac; UME José Bonifácio	Implementação de sete planos de ação pelas comunidades escolares
Comunidades escolares de trinta e duas escolas da região de Bebedouro/SP	Implementação de trinta e dois planos de ação pelas comunidades escolares
Comunidades escolares de treze escolas do município de Ourinhos/SP: EMEF Dr. Salem Abujamra; EMEF Georgina Amaral Santos Lopes – CAIC; EMEF Jornalista Miguel Farah; EMEF Pedagogo Paulo Freire; EMEF Prof. Francisco Dias Negrão; EMEF Prof. Jorge Herkrath; EMEF Prof^a. Adelaide Pedroso Racanello; EMEF Prof^a. Amélia Abujamra Maron; EMEF Prof^a. Dorohtildes Bononi Gonçalves; EMEF Prof^a. Evani Maioral Ribeiro Carneiro EMEF Prof^a. Jandira Lacerda Zanon; EMEF Prof^a. Josefa Navarro Lemos; EMEF Prof^a. Nilse de Freitas	Elaboração de treze planos de ação, por meio de processos participativos e implementação de suas ações.
Comunidades escolares de oito escolas do município de Bauru/SP: EMEF Prof. José Romão; EMEF Prof^a. Dirce B. G. de Azevedo; EMEF Prof. Geraldo Arone; EMEF Thereza Tarzia; EMEF Ivan Engler; EMEF Lourdes de Oliveira Colnaghi; EMEF Maria Chaparro da Costa; EMEF Waldomiro Fantini	Implementação de oito planos de ação pelas comunidades escolares
Gestoras e representantes do conselho escolar de cento e treze escolas da região de Itaquaquecetuba/SP	Realização de cento e treze diagnósticos participativos envolvendo comunidades escolares e elaboração de cento e treze planos de ação coletivos

Sindicato de Professores de Praia Grande	Orientação jurídica ao sindicato sobre norma municipal que assegurava educação infantil em período integral apenas para as mães e pais que comprovassem baixa renda.
Estudantes da Escola Estadual Reverendo Irineu Monteiro de Pinho.	Assessoria e orientação jurídica contra a cobrança de taxas na escola e práticas de diferenciação no acesso à escola, com propositura de medidas administrativa e judicial. Suspensão das cobranças e devolução dos valores.

A órgãos da administração pública

Organização	Resultados no ano
Secretaria Nacional de Juventude	Por meio do Grupo de Análise de Políticas Públicas de Juventude, criado pela Secretaria Nacional de Juventude / Secretaria Geral da Presidência da República, foram oferecidos subsídios para a construção do Plano de Trabalho da SNJ, especialmente para o processo de criação e reformulação de programas dirigidos aos jovens, na perspectiva da garantia de direitos.
Departamento Municipal de Educação de Bebedouro/SP	Apropriação da metodologia Indique, apoio e acompanhamento da implementação dos planos de ação das escolas por 08 técnicas da secretaria de educação.
Secretaria Municipal de Educação de Ourinhos/SP	Apropriação da metodologia Indique, apoio e acompanhamento da implementação dos planos de ação das escolas por 04 técnicas da secretaria de educação.
Secretaria Municipal de Assistência Social de Ourinhos/SP	Apropriação da metodologia Indique, apoio e acompanhamento da implementação dos planos de ação das escolas por 02 técnicas da secretaria de assistência.
Secretaria Municipal de Educação de Santos/SP	Apropriação da metodologia Indique, apoio e acompanhamento da implementação dos planos de ação das escolas por 04 técnicos da secretaria de educação.
Secretaria Municipal de Educação de Bauru/SP	Apropriação da metodologia Indique, acompanhamento da implementação dos planos de ação nas escolas 02 técnicas da secretaria de educação.
Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do RJ	Apropriação da metodologia Nepso para implementação da pesquisa educativa de opinião nas escolas públicas do município
Secretaria Municipal de Rio Bonito/RJ	Apropriação da metodologia Nepso para implementação da pesquisa educativa de opinião nas escolas públicas do município
Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul	Participação como conferencista e mediador no Seminário de reorganização curricular da Educação de Jovens e Adultos.

A ONGs, OSCs, instituições de ensino superior

Organização	Resultados no ano
Instituto Paulista de Juventude - IPJ	A Ação Educativa apoiou a realização do Curso de Formação de lideranças sobre Políticas Públicas para Juventude que, em 2011, abordou o tema Gênero e Políticas Públicas de Juventude. Foram oferecidos subsídios para a elaboração das pautas e conteúdos e apoio no próprio desenvolvimento das atividades de formação.

Outros

Organização	Resultados no ano
Arte educador	Arte-educador que atua junto ao Projeto da Ação Educativa "Arte na Casa" sofreu discriminação na entrada de um banco. Foi realizado assessoria para encaminhar institucionalmente – à delegacia de crimes raciais – a situação. Além disso, foram feitas inúmeras ações de desagravo ao arte-educador, que passou a ser assessorado por um advogado especializado em questões raciais.
Ativistas da Reforma da Lei de Direitos Autorais.	Contribuição sobre os reflexos e as necessidades da reforma da Lei de Direitos Autorais para a realização do direito à educação. Participação da Consulta Pública em articulação com outras organizações.
Grupo de Adolescentes Jogadores de Futebol	Orientação jurídica ao setor de assistência social de um time de futebol profissional de São Paulo para a inserção escolar de adolescentes alojados em Centro de Treinamento

Atividades de Formação**Dirigidas a jovens**

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total horas	Participantes		Total	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
			Ho-mens	Mu-lheres			
Fundação Casa/Ação Educativa	103	17.280	11.186	2155	13.341	Jan-Dez	Oficinas de arte-cultura para adolescentes e jovens que cumprem media socioeducativa de internação e internação provisória em 19 unidade da Fundação Casa. Áreas e modalidades trabalhadas: artes visuais (desenho e pintura, graffiti, escultura, fotografia, moda e estética, cinema e vídeo); artes cênicas (Teatro do oprimido, jogos teatrais, circo); artes do corpo (dança, capoeira, e dança de rua); artes da palavra (literatura, Rap, Fanzine e Rádio)
Ação Educativa	05	72	32	21	53	Jan - Jul	Capacitação para editais públicos de cultura.
Ação Educativa	01	280	03	08	11	Fev - Ago	Formação de jovens agentes pelo direito à educação – JADEs.
Ação Educativa / E. E. Professor Moacyr Campos, E. E. Professor Milton Cruzeiro e E. E. Aroldo de Azevedo.	13	24	113	195	308	Mai - Nov	Oficinas de orientação profissional Tô no Rumo: Jovens e Escolha Profissional, com duração de 24 horas cada, para estudantes de escolas públicas de ensino médio.

Dirigidas a educadores (professores, equipes técnicas, alfabetizadores comunitários)

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total horas	Participantes		Total	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
			Homens	Mulheres			
Ação Educativa/Fundação Casa	01	144	08	22	30	Jan - Dez	Formação destinada aos arte-educadores do projeto Arte na Casa. Os temas abordados são desenvolvidos à luz dos direitos humanos, práticas e conceitos artísticos, medida socioeducativa, ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.
Ação Educativa / E.E. Professor Moacyr Campos, E.E. Professor Milton Cruzeiro e E.E. Aroldo de Azevedo.	03	04	22	65	87	Mar - Mai	Oficinas de sensibilização sobre os temas Jovens e Trabalho e Orientação Profissional para professores de escolas públicas de São Paulo
Ação Educativa / E.E. Professor Moacyr Campos, E.E. Professor Milton Cruzeiro e E.E. Aroldo de Azevedo.	03	12	10	26	36	Mar - Abr	Formação e assessoria para o uso da metodologia de orientação profissional <i>Tô no Rumo: Jovens e Escolha Profissional</i> .
Fundação Telefônica	06	324	41	95	136	Jan - Dez	Formação junto às comunidades escolares de Santos/SP, Ourinhos/SP e Bauru/SP para a utilização da metodologia dos <i>Indicadores da Qualidade na Educação</i> que propõe uma avaliação participativa da escola
Secretaria Municipal de Educação de Itaquaquecetuba/SP	02	08	43	102	145	Março	Formação junto às gestoras das unidades educacionais e representantes dos conselhos escolares para utilizar a metodologia dos <i>Indicadores da Qualidade na Educação</i> que propõe uma avaliação participativa da escola
Departamento Municipal de Educação de Bebedouro/SP	03	48	21	49	70	Jan - Dez	Formação junto às comunidades escolares para utilizar a metodologia dos <i>Indicadores da Qualidade na Educação</i> que propõe uma avaliação participativa da escola e às técnicas do Departamento para atender as demandas das escolas em seu plano de ação educacional
USP/Ação Educativa	02	100	17	68	85	Mar - Dez	Curso: escolas, comunidades e Aprendizado com pesquisa de opinião: Educação como desenvolvimento local. Encontro de formação inicial; Encontros de formação continuada; Seminários de aprofundamento das temáticas das pesquisas e divulgação dos resultados. Conteúdos: Direitos humanos; Ensino da matemática; Gênero e diversidade; Juventude; Linguagem e ensino da Língua Portuguesa; Mídia; Resolução de problemas e metodologia de pesquisa; Sexualidade; Violência na escola.

Ação Educativa/CEDAPS-RJ	01	16	05	12	17	26 a 27 de abril	Oficina de formação inicial na metodologia Nepso. Educadores formados na metodologia
Formação de Professores Coleção Viver Aprender	6	144	83	180	263	Abr - Jul	Oficina de orientação pedagógica para uso da Coleção Didática Viver, Aprender
Secretarias Municipais de Educação de Cuiabá e Manaus e Secretarias Estaduais de Mato Grosso e Amazonas	12	288	125	178	293	Mai - Jun	Segunda etapa de formação do projeto A Cor da Cultura, destinada a educadores/as das redes municipais de Cuiabá e Manaus e das redes estaduais de Mato Grosso e Amazonas sobre a educação das relações raciais.
Formação de Professores Coleção Viver Aprender	4	32	50	150	200	Jun - Jul	Oficina de orientação pedagógica para uso da Coleção Didática Viver, Aprender
Ação Educativa/Open Society	02	16	16	36	52	22 a 25 de agosto	Oficina de formação inicial na metodologia Nepso. Educadores formados na metodologia
Projeto "Educar para o Mundo", desenvolvido pelo IRI-USP, em parceria com a Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (EDEPE) e a Escola Municipal Infante Dom Henrique (EMEF)	01	04	12	18	30	Setembro	Ministrada aula sobre educação e exigibilidade jurídica e social de direitos humanos para a comunidade escolar da Escola Municipal Infante Dom Henrique (EMEF) – que tem um grande número de estudantes bolivianos. http://educarparaomundo.wordpress.com
Ação Educativa/Fundação Casa	01	06	05	04	09	Novembro	Encontro de Formação com a Defensora do Núcleo Especializado na Infância e Juventude da Defensoria Pública.
Formação de Professores Coleção Viver, Aprender	1	08	120	80	200	Novembro	Formação de professores da rede municipal de educação de adultos de Porto Alegre para a educação de jovens e adultos.

Dirigidas a ativistas de movimentos sociais, agentes de ONGs

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total horas	Participantes		Total	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
			Homens	Mulheres			
Ação Educativa	02	60	23	20	43	Fev - Nov	Curso de Elaboração de Projetos Culturais
Ação Educativa	03	12	33	23	56	Mar - Nov	Palestras com Ana Tomé, Alan da Rosa e Edson Natale sobre financiamento internacional, conceitos de cultura e produção cultural respectivamente.
Associação Cantareira	06	08	150	150	300	Mar - Out	Seis aulas e oficinas sobre direito à educação e exigibilidade jurídica e social de direitos humanos, no Curso de Direitos Humanos.
Marcha Mundial de Mulheres	01	04	0	25	25	Abril	Formação sobre educação infantil realizada na Assembleia Estadual da Marcha Mundial das Mulheres.
Unifesp / Prefeitura do Embu	1	40	1	11	12	Jun - Ago	Curso de extensão universitária Juventude, Trabalho e Políticas Públicas

Comitê da Campanha Nacional pelo Direito à Educação no Ceará / Faculdade de Educação da UFC	1	06	20	25	45	30 de setembro	Formação sobre o Plano Nacional de Educação e o Financiamento da Educação
Programa Aprendiz Comgás	1	04	6	22	28	18 de novembro	Realização de oficina sobre Políticas Públicas de Juventude e participação para educadores do Programa Aprendiz Comgás

Promoção de eventos

Nome do evento	Parceiros	Nº de participantes			Local	Data	Descrição, resultados
		Ho- mens	Mulhe- res	Total			
Oficina de planejamento 2011 da Rede pela Valorização d@s Docentes Latino-american@s	AVINA	3	9	11	São Paulo/SP	21 e 22 de fevereiro	Reunião do grupo impulsor da iniciativa para a definição de estratégias e ações da Rede
Conversatório El Cuidado: Paradigma Ético de la nueva Civilización	AVINA	17	14	31	Guarulhos/SP	21 a 23 de março	O evento reuniu ativistas de movimentos sociais e pesquisadores/as da América Latina para refletir as possibilidades do Paradigma do Cuidado como resposta aos desafios da crise civilizatória. Foi definida uma agenda entre os participantes para a divulgação do evento e ampliação do debate nos seus respectivos países. Os resultados do evento foram disponibilizados em www.sabercuidar.net
Oficina Participação de Crianças e Adolescentes em Processos de Incidência em Políticas Públicas	FUMCAD/SP	01	10	13	23	27 de abril	O evento reuniu especialistas em participação infantil-juvenil de vários campos de políticas para discutir um conjunto de referenciais políticos e metodológicos que devem ser levados em conta para a promoção da participação de crianças e adolescentes em processos de construção participativa de Planos de Educação no país.

Desafios para a implementação das diretrizes nacionais sobre educação em prisões.	Alfasol Pastoral Carcerária; Conectas IDDD ITTC Apadep IBCCRIM UNIFESP	30	40	70	São Paulo/SP	28 de abril	Evento para discussão dos caminhos para a implementação das diretrizes nacionais sobre educação em prisões, com transmissão online e mediação de chat
Seminário de Qualificação - Nepso	Escolas/IPM	103	152	255	São Paulo	20 de maio	Qualificação teórica das pesquisas em andamento
Seminário São Paulo Pela Juventude	Câmara Municipal SP, SNJ, Conjuve, Coord. Munic Juv, UJS, JPT, Nossa SP, Educafro, Agentes Pastoral Negros, Colet. Perifaticidade, Nação Hip Hop, Inst. Paul. Juv., A. Frida Kahlo, Batukai, Artic. Pol. de Juvent. Negras e CEMJ	96	104	160	São Paulo/SP	21 de maio	Coletivos juvenis apresentaram suas pautas e avaliações das políticas na cidade. Após contextualização do processo de organização da Conferência Nacional de Juventude, o debate apontou demandas para o poder público e caminhos para a articulação da sociedade civil na cidade.
9º Congresso Nepso Ibope-Unesco	IPM	17	89	106	Bertioga/SP	01 a 04 de setembro	Socialização das experiências de uso pedagógico da pesquisa de opinião; reflexão sobre as atuações de Ongs, Institutos e Universidades nas escolas de educação básica.
Conferência Livre de Juventude da Ação Educativa		12	15	27	São Paulo/SP	05 de setembro	Elaboradas propostas de alteração do Documento Base da Conferência e enviadas à comissão nacional de sistematização.

Encontro de professores da Rede pela Valorização d@s Docentes Latino-american@s	AVINA	2	18	20	São Paulo/SP	10 de setembro	Constituição de um grupo focal de educadores que integram a Rede Vozes da Educação
Oficina de Monitoramento dos Direitos Humanos	Projeto de Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil	34	36	70	São Paulo	23 de setembro	Evento organizado como parte das atividades de levantamento de violações aos direitos humanos no Brasil, para produção de Relatório Periódico
Conferência Livre de Juventude	Revista Viração; Instituto Sou da Paz; Cidade Escola Aprendiz; Instituto Paulista de Juventude (IPJ)	21	47	68	São Paulo/SP	24 de setembro	Elaboradas por jovens propostas de alteração do Documento Base da Conferência e enviadas à comissão nacional de sistematização
Roda de conversa - 2ª Conferência Municipal de juventude	GT Juventude da Rede Nossa São Paulo / Instituto Paulista de Juventude / Comunidade Cidadã	13	10	23	São Paulo/SP	03 de outubro	Realizado um balanço da 2ª Conferência Municipal de juventude
Roda de Conversa de avaliação do Conselho Municipal de Juventude	GT Juventude da Rede Nossa São Paulo / Instituto Paulista de Juventude / Comunidade Cidadã	8	4	12	São Paulo/SP	31 de outubro	Avaliados os avanços e os problemas da 1ª gestão do Conselho Municipal de Juventude

Encontro A participação das crianças e adolescentes no Plano de Educação da Cidade de São Paulo	Ação Educativa em colaboração com Cieds, Unicef e Viração	57	42	99	São Paulo/SP	8 de novembro	Elaboração de propostas de crianças e adolescentes de 10 escolas para o Plano de Educação da Cidade de São Paulo
Lançamento da Rede pela Valorização d@s Docentes Latino-americanos	AVINA	35	55	80	São Paulo/SP	9 de novembro	Lançamento internacional, com transmissão ao vivo, debates e exibição do documentário "Carregadoras de Sonhos". Participação de pessoas da Argentina, Equador, Uruguai, Paraguai e Chile.
Oficina de planejamento 2012 da Rede pela Valorização d@s Docentes Latino-american@s	AVINA	7	15	22	São Paulo/SP	10 de novembro	Com a participação de representantes de ONGs, sindicatos e articulações de países latino-americanos para a definição de estratégias e ações da Rede
Seminário Paulista/Nepso	Escolas/IPM	67	176	243	São Paulo	19 de novembro	Apresentação dos processos e resultados das pesquisas realizadas
Roda de conversa sobre Juventude e Mobilidade e Direito à Cidade	GT Juventude da Rede Nossa São Paulo / Instituto Paulista de Juventude / Comunidade Cidadã	10	12	23	São Paulo/SP	23 de novembro	Levantadas propostas relativas à mobilidade na cidade

Roda de conversa sobre atuação de ONGs em escolas públicas (Programa Ação na Escola)		07	17	25	São Paulo/SP	30 de novembro	Com a participação de ONGs que desenvolvem projetos em escolas públicas, socialização das diferentes experiências e reflexões sobre os principais desafios do atual cenário educacional
Oficina Juventude, Educação e Trabalho		6	7	13	São Paulo/SP	09 de dezembro	Foram levantadas principais questões e desafios que dizem respeito à articulação entre educação e trabalho nas políticas dirigidas à juventude.
Seminário "Direito à Educação e Acesso à Justiça"	Plataforma DHESCA Brasil	33	38	71	São Paulo	12 de dezembro	Seminário para o debate dos desafios atuais da educação no sistema de Justiça, seguido de lançamento do site Direito à Educação e Acesso à Justiça e da 2ª edição do manual Direito Humano à Educação
Roda de conversa sobre Juventude e Cultura na Cidade	GT Juventude da Rede Nossa São Paulo / Instituto Paulista de Juventude / Comunidade Cidadã	11	13	24	São Paulo/SP	19 de dezembro	Debate e levantamento de propostas relativas à Cultura na cidade de São Paulo

Participação em eventos**Internacionais**

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
More education. More growth. More Justice International Conference	GIZ	Berlin	01 a 03 de mar.	Palestrante
Seminário "A busca de paradigmas de civilização alternativos e a agenda de transformação social"	GRAP	Dakar	06 a 11 de fev.	Palestrante
Oficina com responsáveis pelos Programas de Jovens da Fundação Telefônica em diferentes países	Fundação Telefônica	São Paulo/SP	16 e 17/03	Apresentação e debate de resultados de pesquisa sobre programas e políticas de trabalho para jovens
Reunião de Congregação da Universidade	Universitat de Antioquia/Colômbia	Medellín/Colômbia	22 de março	Encaminhamento da proposta de parceria entre o Polo Nepso da Colômbia e a Universidade.
Reunião com o departamento de Educação da Universidad Pedagógica/Bogotá	Universidad Pedagógica/Bogotá	Bogotá/Colômbia	23 de março	Encaminhamento da proposta de parceria entre o Polo Nepso da Colômbia e a Universidade.
Oficina de Articulação da Rede Lusófona pelo Direito à Educação	Campanha Nacional pelo Direito à Educação	São Paulo/SP	11 de maio	Apresentação "O panorama do direito à educação no Brasil"
Encuentro docentes Nepso - polo Chile/Argentina-2011	Universidad de Quilmes/Argentina	Quilmes/Ar	22 a 26 de junho	Palestra: "Acerca del rol docente en el marco de proyectos que interpelan la participación de los estudiantes".
Sian Reap	Abong	Cambôja	28 a 30 de junho	Palestrante
III Mesa Redonda Brasil- Rússia das Sociedades Cívicas	CDES	Moscou/Rússia	12 de set.	Palestrante
Congresso Iberoamericano de Educação Permanente e técnico profissional	Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI)	Assunção/Paraguai	27 e 28 de setembro	Palestrante
Seminário "Lusofonia e Movimento de Educação para Todos em Guiné-Bissau"	Campanha Nacional pelo Direito à Educação / Rede Lusófona pelo Direito à Educação / REPT de Guiné-Bissau	Bissau/Guiné-Bissau	21 de outubro	Conferência "O direito à educação no Brasil"

Seminário Internacional "Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil"	Secretaria Geral da Presidência da República	Brasília	09 a 11 de nov.	Palestrante
II Seminário Nepso - Polo Argentina	Universidade de Quilmes/Argentina	Quilmes/Argentina	11 de novembro	Participação
Conferencia Internacional Sobre a Eficácia da Ajuda	Abong	Bu-san/Coreia do Sul	28 de nov. a 02 de dez.	Palestrante
I Encontro Ibero-Americanos de Conselhos Econômicos e Sociais	CDES	Porto Alegre	01 a 03 de dez.	Participante

Nacionais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
Seminário sobre o Plano Nacional de Educação: perspectivas, desafios e emendas dos/as trabalhadores/as da educação	CNTE	Brasília/DF	24 de fevereiro	Palestra "O Plano Nacional de Educação: prioridades da sociedade civil"
Seminário de Lançamento do Movimento "PNE pra Valer"	Síntese Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Araçajó/SE	25 de março	Palestra "O PL n. 8.035/2010 e os desafios para a construção de um PNE pra Valer"
III Seminário Líderes em Gestão Escolar	Fundação Lemann	Embu das Artes/SP	29 de março	Palestra "O novo Plano Nacional de Educação: subsídios para a contribuição dos municípios paulistas"
Reunião sobre políticas públicas para jovens mulheres	UNIFEM / FES / SNJ / SEDH	Brasília/DF	15/04	Apresentação de dados sobre jovens mulheres e mercado de trabalho e sobre oficinas Tô no Rumo
Educação em Pauta – Plano Nacional de Educação	Todos pela Educação	São Paulo/SP	10 de maio	Participação
Audiência Pública Educação não-discriminatória	Comissão de Educação da Câmara dos Deputados Federais e Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Brasília/DF	4 de maio	Apresentação do informe gênero e educação e de recomendações ao Plano Nacional de Educação

Oficina do Setorial de Mulheres da CUT. Debate "Situação Nacional: o Balanço geral sobre a política de creches no Brasil"	CUT	São Paulo/SP	13 de maio	Palestra "Desafios ao direito à educação no Brasil"
Diálogos Sociais sobre o PPA (fórum interconsequências)	Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República	Brasília/DF	24 e 25 de maio	Participação
Audiência com o Presidente da Câmara dos Deputados – discussão sobre a Reforma da Lei sobre a Ação Civil Pública	Articulação Justiça e Direitos Humanos (Ação Educativa co-organizadora)	Brasília/DF	1º de Junho	Participação na reunião fechada.
Audiência Pública Direitos das Mulheres à não-discriminação racial e de gênero: comunicação e educação	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC)	Brasília	7 de junho	Apresentação do informe gênero e educação e de recomendações à PFDC
Oficina "Sistema Nacional de Juventude: Propostas, Experiências, Reflexões"	Conjuve	São Paulo/SP	19 de julho	Síntese e fechamento da oficina
Conferencia Ethos: Protagonistas de nova economia: Rumo as Rio +20	Instituto Ethos	São Paulo/SP	08 e 09 de ago.	Palestrante
Assembleia da Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Brasília/DF	15 a 17 de agosto	Apresentação da proposta sobre metas de equalização no PNE. Coordenação de mesa e apresentação do balanço do mandato da Relatoria Nacional de Educação.
Mesa de Diálogo "O Custo Aluno-Qualidade"	ANPED	Natal/RN	5 de outubro	Palestra "O CAQ como novo paradigma de financiamento do direito à educação"
Seminário "Participação Social como Desafio para a Administração e Democratização da Justiça"	Articulação Justiça e Direitos Humanos	Brasília/DF	05 a 07 de Outubro	Participação nos debates, na condução e em uma mesa do Seminário.
Seminário Políticas Públicas de Juventude: Reflexões e potencialidades	UniRio, Ibase, Ágere, Canto Jovem, Instituto Aliança, Instituto de Imagem e Cidadania, Cedaps, Pólis, CIPÓ, Escola de Gente e Observatório Jovem do RJ/UFF	Rio de Janeiro/RJ	17 de outubro	Exposição na mesa Juventude e Educação (ProJovem)

Seminário Direitos Humanos e Desenvolvimento: Diálogos e Alternativas	Plataforma DHESCA e INESC	Brasília – DF	19 a 21 de outubro	Participação
Encontro de Experiências de Extensão Universitária	Instituto de Tecnologia Social-Brasil	São Paulo	24 de outubro	Apresentação da experiência de parceria Nepso e Instituições de Ensino Superior
Audiência Pública sobre A educação de mulheres indígenas, negras e rurais da América Latina	Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA)	Washington/EUA	25 de outubro	Apresentação do informe gênero e educação e de recomendações para a Comissão
Seminário Nacional de Participação Social	Secretaria Geral da Presidência da República	Brasília	27 e 28 de out.	Palestrante
Conferência Nacional de Juventude	SNJ / CONJUVE	Brasília/DF	09 a 12 de dezembro	Exposição "Os desafios da educação básica para jovens"

Regionais / Estaduais / Municipais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
Encontro de Professores formadores do Nepso em RS nos núcleos de Caxias, Tramandaí, Farroupilha, São Marcos, São Sebastião do Caí, Canela e Porto Alegre	Universidade de Caxias do Sul - UCS	Caxias do Sul/RS	12 de fevereiro	Participação
Educação em Pauta – Plano Nacional de Educação	Todos pela Educação	São Paulo/SP	10 de maio	Participação
10 Anos Nepso - RS	Universidade de Caxias do Sul - UCS	Caxias do Sul/RS	14 de maio	Participação
Debate sobre o Plano Nacional de Educação e o Financiamento	Secretaria Municipal de Educação / FUNEPE	Penápolis/SP	23 de maio	Conferência
Debate "A Lei do Piso após a decisão do STF"	Sindicato APEOC	Fortaleza/CE	29 de maio	Conferência
Seminário Juventude e Emprego	FE - Unicamp	Campinas/SP	14 de junho	Participação no debate
Audiência Pública sobre o Plano Nacional de Educação	Assembleia Legislativa do Estado do Pará / Gabinete do Deputado Edmilson Rodrigues	Belém/PA	16 de junho	Conferência
Encontro da Rede em Gênero e Sexualidade (Reges) - Sul/Sudeste	ECOS e Fundação Carlos Chagas	São Paulo/SP	20 de junho	Apresentação do informe gênero e educação

Debate: Juventude e Trabalho Decente	Comissão Extraordinária de defesa dos Direitos da Criança, Adolescência e Juventude da Câmara Municipal de São Paulo	São Paulo/SP	28 de junho	Exposição
Formação em direitos humanos da criança e do adolescente	Escola da Defensoria Pública de São Paulo	São Paulo/SP	9 de agosto	Palestra "O direito à educação de qualidade de crianças e adolescentes"
Plenária Estadual do Fórum de Educação Inclusiva de São Paulo	Fórum de Educação Inclusiva de São Paulo	São Paulo/SP	20 de agosto	Palestra "A educação inclusiva no novo PNE"
Audiência Pública sobre o Plano Nacional de Educação e a Nota Técnica sobre a necessidade de 10,4% do PIB para a Educação	Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe / SÍNTESE / Comitê da Campanha Nacional	Aracaju/SE	9 de setembro	Conferência
I Seminário Estadual de Juventude e Direito à Cidade	União dos Movimentos de Moradia de São Paulo	São Paulo/SP	10 de setembro	Exposição na mesa Juventude e Direito à Cidade
Conferência Municipal de Juventude	Coordenadoria Municipal de Juventude	São Paulo/SP	17 de setembro	Coordenação dos GTs de Cultura e Fortalecimento Institucional e participação nos de Educação e Direito à Diversidade e vida segura
Audiência na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para discutir as propostas do Governo do Estado de São Paulo para implementar as Diretrizes Nacionais para Educação nas Prisões	ALESP e Articulação em defesa da educação nas prisões	São Paulo/SP	21 de Setembro	Apresentação de relatório e posicionamento elaborado por grupo de organizações que atuam no tema (Articulação).
Seminário Regional Nepso - RS	Universidade de Caxias do Sul - UCS	Tramandaí/RS	29 de outubro	Participação
Conferência Estadual de Juventude	Coordenadoria Estadual de Juventude	Guarujá/SP	4 a 6 de novembro	Coordenação metodológica e participação como delegado
Conferência Estadual de Juventude	Coordenadoria Estadual de Juventude	Guarujá/SP	5 de novembro	Facilitação do GT de Segurança e Direitos Humanos
VIII Seminário Estadual Nepso - MG	Fae/UFMG	Belo Horizonte-MG	08 a 10 de novembro	Participação

I Seminário de Políticas Públicas de Juventude do Rio Grande do Sul	Univ. Fed. do RS (FURG), Escola de Governo - FDRH/RS e Coord. de Juventude - SJDH/RS.	Porto Alegre/RS	18 e 19 de novembro	Exposição na mesa redonda Juventudes e Políticas Públicas
Congresso Nepso-DF	Estação Ecológica Aguas Emendadas	Distrito Federal	25 de novembro	Participação
VI Seminário Estadual Nespo-PE	UFPE/PE	Recife/PE	25 e 26 novembro	Participação
VI Seminário Regional Nepso-PR	UFPR/Secretaria de Educação de Araucária	Araucária/PR	29 de novembro	Participação

Locais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
1º. Seminário de Educação Infantil da Cidade Ademar e Pedreira	Associação Cidade Ademar e Pedreira	São Paulo/SP	23 de Março	Participação
Que Ensino Médio Queremos	Instituto Federal Tecnológico	São Paulo/SP	19 de abril	Exposição
Que Ensino Médio Queremos	Universidade de São Paulo	São Paulo/SP	26 de abril	Exposição
Lançamento do Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas de Juventude da Fundação Escola de Sociologia e Política	Fundação Escola de Sociologia e Política	São Paulo/SP	07 de junho	Exposição
Audiência para discutir redução de matrículas em Educação de Jovens e Adultos – São José dos Campos	Ministério Público	São José dos Campos/ SP	10 de Junho	Participação na audiência
Seminário Juventudes	SESC São Paulo	São Paulo/ SP	07 de julho	Exposição
I Fórum de Pesquisa em Orientação Profissional e X Simpósio Latinoamericano de Orientação Profissional	ABOP Brasil	São Paulo/SP	19 a 22 de julho	Relato de experiência
X Simpósio Latinoamericano de Orientação Profissional	ABOP Brasil	São Paulo/SP	21 de julho	Exposição na mesa de debates Políticas Públicas em Orientação Profissional: Práticas e Ações
Seminário: Às portas abertas da universidade pública	Rede Emancipa de Cursinhos Populares	São Paulo/SP	25 de julho	Exposição

III Participação em redes, fóruns, articulações intersetoriais e conselhos de representantes

Nome	Resultados no período
GT Juventude da Rede Nossa São Paulo	Reestruturado em 2011, o GT é um espaço de articulação ligado à Rede Nossa São Paulo – de movimentos sociais, grupos e organizações da sociedade civil – que tem como objetivo ampliar e qualificar as políticas públicas de interesse da juventude na cidade. Nesse período, suas atividades resultaram numa intensa agenda coletiva de elaboração e aprimoramento de propostas (sendo as mais importantes delas aprovadas na Conferência Municipal de Juventude), monitoramento de políticas, divulgação de informações e implementação de ações de incidência junto ao executivo e ao legislativo municipais.
Comissão Organizadora da 2ª Conferência Estadual de Juventude	Realizada a 2ª Conferência Estadual de Juventude, reunindo cerca de 1000 participantes, representantes das diversas regiões do Estado, que aprovaram propostas e elegeram 200 delegados para a Etapa Nacional.
Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Juventude	Com os votos de 750 eleitores foram escolhidos os 17 representantes da sociedade civil para o biênio 2011-2013.
Comissão de Avaliação do VAI - Programa de Valorização de Iniciativas Culturais	Foram avaliados 798 projetos apresentados e acompanhados os 147 projetos selecionados.
Grupo de ONGs que atuam com juventude	A articulação permitiu a construção de posicionamentos comuns e definição de estratégias para atuação no Conselho Nacional de Juventude – Conjuve, especialmente em relação ao processo de tramitação do Estatuto da Juventude na Câmara Federal. O texto ali aprovado incorporou diversas sugestões produzidas pelo Grupo.
Comissão de Comunicação da articulação PNE pra Valer!	Grupo de comunicadores de organizações ligadas à Campanha Nacional pelo Direito à Educação e outras envolvidas no acompanhamento da construção do Plano Nacional de Educação. Definiu logotipo, estratégias de comunicação e incidência na tramitação do PNE, além de campanhas como o “twittago” pela apresentação do relatório na Câmara.
Rede pela Reforma da Lei de Direitos Autorais	Acompanhamento da lista de discussão da sociedade civil para incidência no processo de reforma da LDA
Comissão Executiva do Plano de Educação da Cidade de São Paulo	Negociação com SME para a definição da proposta de Projeto de Lei do Plano de Educação a ser encaminhada à Câmara Municipal. Pressão sobre o Executivo Municipal para o encaminhamento da proposta ao Legislativo.
Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação (Plataforma DHESCA)	Realização das missões sobre educação quilombola em Santarém (PA), municípios do semi-árido do Piauí e região Kalunga no norte do estado de Goiás. Desdobramentos das missões de intolerância religiosa em escolas e racismo no cotidiano escolar.
Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – DHESCA Brasil	Participação nas atividades promovidas pela Plataforma e nas discussões com a Secretaria de Direitos Humanos sobre a política nacional e a implementação do PNDH-3
Forum Estadual de Educação de Jovens e Adultos (SP)	Participação na comissão de coordenação do Fórum.
Comissão Nacional de alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA)	Representante da sociedade civil na comissão que discute e analisa as políticas públicas para a educação de adultos no nível federal.
Articulação Justiça e Direitos Humanos	Participamos da coordenação da Articulação, com discussões sobre modificação na Lei de Ação Civil Pública, processo de indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e

	participação ativa nas discussões sobre o controle social sobre o Poder Judiciário.
Articulação em defesa do Direito à Educação nas Prisões	Atuação, em conjunto com diversas organizações que defendem o direito de pessoas privadas de liberdade, pela implementação das Diretrizes Nacionais aprovadas em 2010.
Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Participação no Comitê Diretivo da rede.
Projeto de Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil	Participação no processo de produção do Relatório Periódico sobre a Situação dos Direitos Humanos no Brasil, com redação de texto técnico e organização de oficina no estado de São Paulo

IV Inserções na mídia

Tema: Educação e Direitos Humanos /Justiciabilidade

Rádio e TV

1. **Radio Jovem Pan** – 01/12/2011 – SP - Entrevista ao vivo com Ester Gammardella Rizzi sobre a mudança de critérios para atendimento em educação infantil. A tensão se dá entre o caráter universalista do direito e o estabelecimento – proposto pelo Município de São Paulo – de critérios socioeconômicos para priorizar o atendimento.
2. **Jornal Brasil Atual - Radio Brasil Atual** – 18/08/2011 – SP – Repórter Anelise Moreira – Entrevista com Ester Rizzi, crítica à proposta da Câmara dos Vereadores de São Paulo de instituir uma “bolsa-creche” de R\$ 272 mensais, para as famílias que não conseguem vagas na educação infantil municipal.
3. **Jornal Brasil Atual - Radio Brasil Atual** – 20/07/2011 – SP – Repórter Anelise Moreira – Entrevista com Ester Rizzi, sobre a decisão judicial obtida pela Defensoria Pública de São Paulo para o não fechamento de creches no período de férias. Interpretação constitucional.
4. **Jornal da TV Câmara** – 01/08/2011 – Entrevista com Ester Rizzi sobre a proteção jurídica do direito à educação infantil.
5. **Jornal da TV Câmara** – 04/05/2011 – Entrevista com Ester Rizzi sobre decisão da Defensoria Pública que abrange todas as crianças sem vaga em educação infantil na região do Fórum de Santo Amaro.

Jornais e revistas

1. É correto priorizar os mais pobres? – **Jornal O Estado de São Paulo** – 30/11/2011 - SP – Artigo de opinião em que Ester Gammardella Rizzi se posiciona favoravelmente à políticas universalistas e sugere como alternativa à proposta do Município de priorização dos mais pobres a prioridade na ampliação da rede de educação infantil em regiões de alta vulnerabilidade social.
2. Em um ano, fila da creche ganha 52 mil nomes – **Jornal Agora São Paulo** – 28/07/2011 - SP – Discussão sobre a falta de vagas em educação infantil no Município de São Paulo. Com aspas de Ester Rizzi.
3. Avanços e Desafios da Nova Lei de Ação Civil Pública – **Caderno Direitos Humanos, Justiça e Participação Social n. 3.** – Junho de 2011 - Artigo de opinião de Ester Rizzi sobre a necessidade de se avançar na normatização que regulamenta processos coletivos junto ao Judiciário.

Internet

1. Sociedade civil e poder público debatem educação nas prisões - <http://www.conectas.org> - 15/09/2011 – SP - relato de reunião na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em que se debateu o direito à educação nas prisões paulistas. Com menção a fala de Ester Gammardella Rizzi.
2. Modelo de escolas conveniadas pode travar expansão da educação infantil em SP. <http://aprendiz.uol.com.br/content/visheclunu.mmp> - 16/03/2011 – SP – Discussão sobre modelos de expansão da rede de educação infantil, com citação de Ester Rizzi.

Tema: Avaliação**Internet**

1. Desempenho "insatisfatório" pode levar à exoneração de diretores - <http://www.inclusive.org.br> - 27/01/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação. A bonificação salarial dos professores e de outros profissionais da educação com base no seu próprio desempenho em avaliações e dos alunos no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) foi anunciada pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Seeduc) no início do ano.
1. Desempenho "insatisfatório" pode levar à exoneração de diretores - 27/01/2011 - <http://www.cpers.org.br> - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação. A bonificação salarial dos professores e de outros profissionais da educação com base no seu próprio desempenho em avaliações e dos alunos no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) foi anunciada pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Seeduc) no início do ano.
2. Desempenho "insatisfatório" pode levar à exoneração de diretores - <http://www.educacionista.org.br> - 22/01/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação. A bonificação salarial dos professores e de outros profissionais da educação com base no seu próprio desempenho em avaliações e dos alunos no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) foi anunciada pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Seeduc) no início do ano.
3. Comitê discute aplicação da prova nacional de ingresso na carreira docente em 2012 - <http://www.exkola.com.br> - 30/06/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre prova Nacional de Concurso para Ingresso na Carreira Docente.
4. Comitê discute aplicação da prova nacional de ingresso na carreira docente em 2012 - <http://www.cnte.org.br/> - 30/06/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Prova Nacional de Concurso para Ingresso na Carreira Docente
5. Comitê discute aplicação da prova nacional de ingresso na carreira docente em 2012 - <http://www.sindiute.org.br> - 30/06/2011 - MG - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Prova Nacional de Concurso para Ingresso na Carreira Docente
6. Autora de avaliação infantil criticada por pesquisadores virá ao Brasil convidada pelo Governo - <http://gemidiaconsumo.blogspot.com.br> - 28/11/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação, com citação de link sobre método avaliativo, ASQ 3, SAE.
7. Autora de avaliação infantil criticada por pesquisadores virá ao Brasil convidada pelo Governo - <http://www.fae.ufmg.br/nepei> - Não consta - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação, sem citação de fonte sobre método avaliativo, ASQ 3, SAE.

Tema: Outras Políticas Educacionais**Jornais e revistas**

1. "PNE não pode ficar para o ano que vem", diz presidente do Conselho Nacional de Educação - **Revista Gestão Universitária** - 11/04/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação, sobre o novo PNE.

Internet

1. Novo plano de educação deve tramitar em comissão especial - <http://www.inclusive.org.br> - 24/03/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação, sobre o PNE.
2. Plano de educação pode ter tramitação acelerada em comissão especial - <http://www.mieib.org.br> - 28/03/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação. Sobre o PNE.
3. Plano de educação pode ter tramitação acelerada em comissão especial - <http://www.promenino.org.br> - 29/03/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação, sobre o PNE.
4. Plano de educação pode ter tramitação acelerada em comissão especial - <http://www.inclusive.org.br> - 31/03/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre o PNE.

5. Fórum Nacional de Educação começa a discutir novo PNE - <http://aprendiz.uol.com.br> - 08/04/2011-Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação. Entidades da sociedade civil e órgãos públicos que compõem o Fórum Nacional de Educação se reuniram pela primeira vez em Brasília.
6. "PNE não pode ficar para o ano que vem", diz presidente do CNE - <http://aprendiz.uol.com.br> - 08/04/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação, Sobre o novo PNE.
7. Fórum Nacional de Educação começa a discutir novo PNE - <http://www.anj.org.br> - 08/04/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação. Entidades da sociedade civil e órgãos públicos que compõem o Fórum Nacional de Educação se reuniram pela primeira vez em Brasília.
8. Fórum Nacional de Educação começa a discutir novo PNE - <http://www.promenino.org.br> - 08/04/2011- Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação - Entidades da sociedade civil e órgãos públicos que compõem o Fórum Nacional de Educação se reuniram pela primeira vez em Brasília.
9. Fórum Nacional de Educação começa a discutir novo PNE - <http://www.inclusive.org.br> - 13/04/2011- Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação. Entidades da sociedade civil e órgãos públicos que compõem o Fórum Nacional de Educação se reuniram pela primeira vez em Brasília.
10. Seminário discute desafios da Educação em Prisões - <http://www.mvmob.com.br> - 21/04/2011- Nacional - Divulgação de seminário promovido pelo Observatório da Educação.
11. Seminário discute desafios da educação nas prisões no Estado de SP - <http://www.inclusive.org.br> - 21/04/2011 - Nacional - Divulgação de seminário promovido pelo Observatório da Educação.
12. Requerimento exige que MEC apresente diagnóstico da educação no país - <http://www.promenino.org.br> - 27/04/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre o novo PNE.
13. Seminário debateu desafios para a efetivação do direito à educação nas prisões- <http://www.inclusive.org.br> - 05/05/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre educação nas prisões.
14. MEC deve apresentar hoje "diagnóstico da educação" no país- <http://www.r7.com/> - 06/05/2011 - Nacional - Reprodução editada de matéria do boletim 83 do Observatório.
15. Investir 7% do PIB em 10 anos não sinaliza a urgência da educação para a sociedade - <http://www.educacionista.org.br> - 16/05/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre o novo PNE.
16. Pesquisadora contesta o conceito de "inovação" de programa do MEC para o ensino - <http://www.inclusive.org.br> - 30/05/2011- Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação, Ensino Médio Inovador.
17. Escolas têm dificuldades para aplicar o Ensino Médio Inovador- <http://www.educacionista.org.br> - 06/06/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação. Ensino Médio Inovador.
18. Conferência deve subsidiar construção de plano nacional de transparência e controle social - - <http://www.sindeconpb.org.br> - 07/06/2011 - PB - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação/Consocial.
19. Remição da pena por estudo é sancionada - <http://www.jusbrasil.com.br> - 30/06/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre educação nas prisões.
20. Remição da pena por estudo é sancionada - <http://www.alfabetizacao.org.br> - 30/06/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre educação nas prisões
21. Remição da pena por estudo é sancionada - <http://www.mvmob.com.br> - 30/06/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Educação nas prisões.
22. Remição da pena por estudo é sancionada - <http://www.cnte.org.br> - 06/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Educação nas prisões.
23. Remição da pena por estudo é sancionada - <http://www.inclusive.org.br> - 06/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Educação nas prisões.
24. Pronatec: expansão da rede pública é prioridade, diz diretora do MEC - <http://www.exkola.com.br> - 07/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Educação Profissional.
25. Pronatec: expansão da rede pública é prioridade, diz diretora do MEC - <http://www.promenino.org.br> - 11/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Educação Profissional.

26. "Não há uma política consistente de universalização do ensino público", diz Ciavatta - <http://www.exkola.com.br> - 07/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Educação Profissional.
27. Não há política pública de universalização do ensino médio público, gratuito e de qualidade - - <http://www.promenino.org.br> - 11/07/11 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Educação Profissional.
28. Não há política pública de universalização do ensino médio público, gratuito e de qualidade -- <http://www.inclusive.org.br> - 14/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Educação Profissional.
29. Projeto de lei do novo plano de educação não garante autonomia e participação aos conselhos - - <http://undime.org.br> - 18/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Conselhos, participação e novo PNE.
30. Projeto de lei do novo plano de educação não garante autonomia e participação aos conselhos - <http://www.appsindicato.org.br> - 19/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Conselhos, participação e novo PNE.
31. Defendemos conselho paritário entre sociedade civil e governo, afirma membro da Uncme - - <http://www.promenino.org.br> - 19/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre conselhos, participação e novo PNE.
32. Maior autonomia para conselhos de Educação é fundamental para a democratização das políticas - <http://www.promenino.org.br> - 19/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre conselhos, participação e novo PNE.
33. Projeto de lei do novo plano de educação não garante autonomia e participação aos conselhos - <http://www.educacionista.org.br> - 20/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre conselhos, participação e novo PNE.
34. Maior autonomia para conselhos de Educação é fundamental para a democratização das políticas - <http://www.educacionista.org.br> - 20/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre conselhos, participação e novo PNE.
35. Projeto de lei do novo plano de educação não garante autonomia e participação aos - <http://www.inclusive.org.br> - 21/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre conselhos, participação e novo PNE.
36. Projeto de lei do novo plano de educação não garante autonomia e participação aos conselhos - <http://revistaescola.abril.com.br> - 21/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre conselhos, participação e novo PNE.
37. Projeto de lei do novo plano de educação não garante autonomia e participação aos conselhos - <http://www.trilhadeluz.com> - 21/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre conselhos, participação e novo PNE.
38. Projeto de lei do novo plano de educação não garante autonomia e participação aos conselhos - <http://abong.org.br/transparencia> - 26/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre conselhos, participação e novo PNE.
39. Emendas propõem estratégias para questões de gênero e sexualidade no projeto de novo Plano Nacional de Educação - <http://www.cenpec.org.br> - 29/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre homofobia, sexualidade e novo PNE.
40. Emendas propõem estratégias para questões de gênero e sexualidade no projeto de novo Plano Nacional de Educação - <http://abong.org.br/transparencia> - 29/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre homofobia, sexualidade e novo PNE.
41. Homofobia prejudica acesso, permanência e qualidade da educação - <http://www.promenino.org.br> - 29/07/211 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre homofobia, sexualidade e novo PNE.
42. Tratamento do tema da homofobia pelo PNE é tímido, afirma pesquisador - <http://www.promenino.org.br> - 29/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre homofobia, sexualidade e novo PNE.
43. Tratamento do tema da homofobia pelo PNE é tímido, afirma pesquisador - <http://mobilizacaobr.ning.com> - 29/07/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre homofobia, sexualidade e novo PNE.
44. Homofobia prejudica acesso, permanência e qualidade da educação - <http://www.mvmob.com.br> - 01/08/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre homofobia, sexualidade e novo PNE.
45. Tratamento do tema da homofobia pelo PNE é tímido, afirma pesquisador - <http://soscriancaeadolescente.com.br/2011> - 01/08/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre homofobia, sexualidade e novo PNE.

46. Segundo pesquisador, muitos pontos sobre sexualidade estão ausentes do Plano Nacional de Educação - <http://correiodobrasil.com.br> - 02/08/2011 - Nacional - Matéria produzida a partir de reportagem do Observatório da Educação. Entrevista com Marcelo Daniliauskas, doutorando da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), sobre homofobia, sexualidade e novo PNE.
47. Segundo pesquisador, muitos pontos sobre sexualidade estão ausentes do Plano Nacional de Educação - <http://www.adital.com.br> - 02/08/2011 Nacional - Matéria produzida a partir de reportagem do Observatório da Educação. Entrevista com Marcelo Daniliauskas, doutorando da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), sobre homofobia, sexualidade e novo PNE.
48. Emendas propõem estratégias para questões de gênero e sexualidade no projeto de novo Plano Nacional de Educação - <http://aprendiz.uol.com.br> - 02/08/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre homofobia, sexualidade e novo PNE.
49. ProJovem Urbano será incorporado pelo Ministério da Educação - <http://aprendiz.uol.com.br> - 12/08/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Juventude e Educação.
50. O desafio é inserir a geração de redes nos programas voltados para a juventude, afirma especialista - <http://www.educacionista.org.br> - <http://www.educacionista.org.br> - 15/08/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Juventude e Educação.
51. O desafio é inserir a geração de redes nos programas voltados para a juventude, afirma especialista - <http://www.unb.br> - 15/08/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Juventude e Educação.
52. É preciso garantir maior participação da juventude no controle e monitoramento do ProJovem, defende Medina - <http://www.educacionista.org.br> - <http://www.educacionista.org.br/> - 15/08/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Juventude e Educação.
53. "Governo deve liderar estados e municípios para que a educação seja eleita prioridade nacional", diz pesquisador - <http://abong.org.br/transparencia> - 22/08/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre educação e política.
54. Jornada de Lutas da Via Campesina coloca educação no campo em pauta - <http://www.promenino.org.br> - 06/09/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre a Jornada Nacional de Lutas e Educação.
55. Jornada de Lutas da Via Campesina coloca educação no campo em pauta - <http://www.educacionista.org.br> - <http://www.educacionista.org.br> - 06/09/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre a Jornada Nacional de Lutas e Educação.
56. "Há uma situação de abandono da educação nos assentamentos", diz integrante do MST - <http://www.promenino.org.br> - 06/09/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Jornada Nacional de Lutas e Educação.
57. Jornada de Lutas da Via Campesina coloca educação no campo em pauta - <http://www.inclusive.org.br> - 08/09/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre a Jornada Nacional de Lutas e Educação.
58. "Há uma situação de abandono da educação nos assentamentos", diz integrante do MST - <http://www.inclusive.org.br> - 08/09/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Jornada Nacional de Lutas e Educação.
59. Fóruns estaduais são criados em diferentes partes do país para debater planos de educação - <http://aprendiz.uol.com.br> - 26/09/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre o Fórum Nacional de Educação.
60. Fóruns estaduais são criados em diferentes partes do país para debater planos de educação - <http://www.educacionista.org.br> - 23/09/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre o Fórum Nacional de Educação.
61. Fóruns estaduais são criados em diferentes partes do país para debater planos de educação - <http://www.promenino.org.br> - 23/09/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre o Fórum Nacional de Educação.
62. Proposta de mudança curricular do ensino médio paulista para 2012 ainda não está concluída - <http://aprendiz.uol.com.br> - 18/10/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Currículo Ensino Médio Paulista.
63. Proposta de mudança curricular do ensino médio paulista para 2012 ainda não está concluída - <http://diariodaeducacao.com.br> - São Paulo - 06/11/2011 - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Currículo Ensino Médio Paulista.

64. Proposta de mudança curricular do ensino médio paulista para 2012 ainda não está concluída - <http://www.promenino.org.br> - 17/10/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Currículo Ensino Médio Paulista.
65. Proposta de mudança curricular do ensino médio paulista para 2012 ainda não está concluída e "A sensação da maioria dos professores é que a decisão já está tomada", diz docente - <http://www.educacionista.org.br> - 14/10/2011 - Nacional - Reproduções de reportagens do Observatório da Educação sobre Currículo Ensino Médio Paulista.
66. CPI investiga situação do ensino superior privado em São Paulo - <http://agencia.fapesp.br> - 17/10/2011 - São Paulo - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Ensino Superior Privado, CPI.
67. Relatório da Comissão Especial que analisa novo plano de educação deve ser apresentado na próxima semana - <http://www.educacionista.org.br> - 21/10/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre o Relatório do PNE.
68. Pesquisadores da educação infantil criticam ideia de avaliação em programa para primeira infância do governo federal - <http://www.inclusive.org.br> - 03/11/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre avaliação Educação Infantil.
69. Acompanhe a polêmica sobre avaliação da educação infantil - <http://www.institutocea.org.br> - 20/12/2011 - Nacional - Matéria pautada pelo Observatório, com consulta de fontes similares e indicação para site do Observatório sobre avaliação Educação Infantil.
70. Pesquisadores da educação infantil criticam ideia de avaliação em programa para primeira infância - <http://www.campanhaeducacao.org.br> - 28/10/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre avaliação Educação Infantil.
71. Rio de Janeiro aplica avaliação na educação infantil em parceria com a SAE - <http://www.exkola.com.br> - 31/10/2011 - Rio de Janeiro - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Avaliação Educação Infantil.
72. Prevista para punir maus gestores, Lei de Responsabilidade Educacional poderá se voltar também a escolas - <http://www.sinprogo.org.br> - Não consta data - Goiás - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre a Lei de responsabilidade educacional.
73. Lei de Responsabilidade Educacional poderá se voltar também a escolas - <http://www.promenino.org.br> - 28/11/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação com título alterado, e citação da fonte do Observatório sobre a Lei de responsabilidade educacional.
74. "Cadê o PNE?": entidades pedem apresentação imediata do plano nacional de educação - <http://www.sintep.org.br> - 07/12/2011 - Pará - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação, sem citação de fonte sobre o PNE.
75. Conheça as alterações do parecer ao projeto de Plano Nacional de Educação - <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br> - 20/12/2011 - Ceará - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação, com citação de fonte sobre o PNE.
76. Conheça as alterações do parecer ao projeto de Plano Nacional de Educação - <http://www.inclusive.org.br> - 13/12/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação, com citação de fonte sobre o PNE.
77. Movimentos da educação infantil criticam meta no plano nacional de educação -- <http://undime.org.br> - 20/12/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação, com citação de link, sobre Educação Infantil, PNE.
78. Expandir vagas por meio de convênio com creches privadas pode ser um grave retrocesso no PNE, afirma pesquisadora da UFF - <http://undime.org.br> - 20/12/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação, com citação de link, sobre Educação Infantil, PNE.

Tema: Financiamento da Educação

Internet

1. Comparar investimento brasileiro em educação com o de países da OCDE para justificar 7% do PIB é falacioso, afirma especialista - <http://www.anj.org.br> - Programa Jornal e Educação - 19/04/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Financiamento da educação no novo PNE.
2. Investimento de 7% do PIB em educação proposto no novo plano não é suficiente para cumprir metas - <http://www.inclusive.org.br> - 21/04/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação. Financiamento da educação no novo PNE.

3. Márcio Pochmann defende 10% do PIB em educação e aponta caminhos para elevação do investimento - <http://www.sintaers.com.br/> - 19/08/2011 - RS - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Financiamento da educação no novo PNE.
4. Márcio Pochmann defende 10% do PIB em educação e aponta caminhos para elevação do investimento - <http://www.inesc.org.br> - 22/08/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Financiamento da educação no novo PNE.
5. Márcio Pochmann defende 10% do PIB em educação e aponta caminhos para elevação do investimento - <http://abong.org.br/transparencia> - 22/08/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Financiamento da educação no novo PNE.
6. Márcio Pochmann defende 10% do PIB em educação e aponta caminhos para elevação do investimento - <http://www.outroladodanoticia.com.br> - 23/08/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Financiamento da educação no novo PNE.
7. Pesquisadores apontam fontes de recursos para investimento de 10% do PIB em educação - <http://www.inclusive.org.br> - 25/08/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Financiamento da educação no novo PNE.
8. Pesquisadores apontam fontes de recursos para investimento de 10% do PIB em educação - <http://www.advivo.com.br> - 31/08/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Financiamento da educação no novo PNE.
9. Pesquisadores apontam fontes de recursos para investimento de 10% do PIB em educação - <http://www.advivo.com.br/luisnassif> - 31/08/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Financiamento da educação no novo PNE.
10. Pesquisadores apontam fontes de recursos para investimento de 10% do PIB em educação - <http://undime.org.br-PR> - 31/08/2011 - PR - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Financiamento da educação no novo PNE.
11. Luta por 10% do PIB para a educação continua na pauta, diz integrante do MAB - <http://www.promenino.org.br> - 06/09/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Jornada Nacional de Lutas e Educação.
12. O CAQi garantiria mais equidade no financiamento da educação, explica especialista da UFPI - <http://aprendiz.uol.com.br> - 07/10/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre CAQi, financiamento da educação, Fundeb.
13. O CAQi garantiria mais equidade no financiamento da educação, explica especialista da UFPI - <http://www.campanhaeducacao.org.br> - 06/12/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre CAQi, financiamento da educação, Fundeb.
14. O CAQi garantiria mais equidade no financiamento da educação, explica especialista da UFPI - http://redeeduca.com.br/rede_educ - Bahia - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre CAQi, financiamento da educação, Fundeb.
15. Marcha em Brasília pressiona pelo cumprimento da Lei do Piso e por 10% do PIB para educação - <http://www.educacionista.org.br> - 21/10/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre a demanda de 10% do PIB pra Educação.

Tema: Ofício docente

Rádio e TV

1. Entrevista: organizações lançam rede pela melhora da qualidade da educação pública na AL - **Rádio CBN** - 9 a 17 de novembro de 2011 - São Paulo - Com Fernanda Campagnucci. Pautado pelo Observatório da Educação no Lançamento Rede pela Valorização d@ Docente Latino-americano@.
2. Professores têm a oportunidade de trocar informações em Portal lançado nesta semana - **Rádio CNTE** - 11/11/2011 - Nacional - Pautado pelo lançamento da Rede Vozes/Cobertura Obs no Lançamento Rede pela Valorização d@ Docente Latino-americano@.
3. Imprensa latino-americana não ouve professores sobre políticas de educação - **Rádio Brasil Atual** - 10/11/2011 - Nacional - Pautado pelo lançamento da Rede Vozes/Cobertura Obs no Lançamento Rede pela Valorização d@ Docente Latino-americano@.

Jornais e revistas

1. Professores protestam contra descumprimento da lei do piso salarial - **Revista Reciclar Já** - Nacional - 08/06/2011 - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Lei do piso.
2. Não há como aferir desempenho dos professores por meio das provas padronizadas, diz professor da USP - **Jornal do Sindicato dos Educadores de Uberaba** - 07/07/2011 - MG - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre ofício docente.

Internet

1. Conselheiros estaduais discutem aplicação da lei do piso para professores em São Paulo - **Portal Revista Reciclar Já** - 16/05/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do blog De Olho nos Conselhos. Lei do piso.
2. Professores protestam contra descumprimento da lei do piso salarial- <http://www.mvmob.com.br> - 08/06/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação. Lei do piso.
3. Professores protestam contra descumprimento da lei do piso salarial- <http://www.inclusive.org.br> - 09/06/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre a Lei do piso.
4. Professores protestam contra descumprimento da lei do piso salarial- <http://www.cenpec.org.br> - 14/06/2011 - Nacional - Professores protestam contra descumprimento da lei do piso salarial. Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre a Lei do piso.
5. Em Fortaleza, aprovação de novo plano de carreira que achata salário provoca tumulto - <http://www.exkola.com.br> - 14/06/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Ofício docente.
6. Não há como aferir desempenho dos professores por meio das provas padronizadas, diz Ocimar Alavarse - <http://www.cpers.org.br> - 16/06/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Ofício docente.
7. Governo de São Paulo anuncia mudanças na política salarial para professores - <http://www.exkola.com.br> - 17/06/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Ofício docente.
8. Não há como aferir desempenho dos professores por meio das provas padronizadas, diz Ocimar Alavarse - <http://www.inclusive.org.br> - 23/06/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre Ofício docente.
9. Rede pela valorização dos professores latino-americanos é lançada em São Paulo- <http://www.abong.org.br> - 16/11/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre o Lançamento Rede pela Valorização d@ Docente Latino-american@s.
10. Rede pela Valorização d@s Docentes Latino-american@s será lançada nesta quarta-feira - <http://www.campanhaeducacao.org.br> - 07/11/2011 - Nacional - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre o Lançamento Rede pela Valorização d@ Docente Latino-american@s.
11. Pesquisa aponta que professores estão fora do debate de políticas educacionais - <http://www.gestaoeducacional.com.br> - 11/11/2011 - Nacional - Pautado pelo Observatório da Educação no Lançamento Rede pela Valorização d@ Docente Latino-american@.
12. Professores estão fora do debate sobre educação, diz pesquisa - <http://oglobo.globo.com/> - 11/11/2011- Rio de Janeiro - Pautado pelo Observatório da Educação no Lançamento Rede pela Valorização d@ Docente Latino-american@.
13. Red por la valoración del docente constata ausencia de profesores como fuente de materias periodísticas -- <http://www.adital.com.br> - 17/11/2011 - América Latina e Caribe - Pautado pelo Lançamento da Rede Vozes/Cobertura Obs Lançamento Rede pela Valorização d@ Docente Latino-american@.
14. Organizações da América Latina lançam rede de valorização do professor- <http://www.todospelaeducacao.org.br> - 09/11/2011 - Brasil - Pautado pelo lançamento da Rede Vozes/Cobertura Obs no Lançamento Rede pela Valorização d@ Docente Latino-american@.
15. Professores da AL são excluídos das decisões sobre políticas educacionais - <http://www.geledes.org.br> - 11/11/2011 - Brasil - Pautado pelo lançamento da Rede Vozes/Cobertura Obs sobre pesquisa lançada no lançamento da Rede Vozes.

16. Professores latino-americanos são excluídos de debate sobre educação, diz pesquisa - <http://operamundi.uol.com.br> - 10/11/2011 - Brasil - Pautado pelo lançamento da Rede Vozes/Cobertura Obs sobre pesquisa lançada no lançamento da Rede Vozes.
17. Ag.Brasil: Professores estão excluídos do debate público sobre política educacional na Am. Latina - <http://www.campanhaeducacao.org.br> - 10/11/2011 - Brasil - Pautado pelo lançamento da Rede Vozes/Cobertura Obs sobre pesquisa lançada no lançamento da Rede Vozes.
18. Professores estão excluídos do debate sobre política educacional na América Latina, diz pesquisa - <http://aprendiz.uol.com.br> - 10/11/2011 - Brasil - Pautado pelo lançamento da Rede Vozes/Cobertura Obs sobre Pesquisa lançada no lançamento da Rede Vozes.
19. Professores estão excluídos do debate público sobre política educacional na América Latina, segundo pesquisa - <http://envolverde.com.br> - 11/11/2011 - Brasil - Pautado pelo lançamento da Rede Vozes/Cobertura Obs sobre pesquisa lançada no lançamento da Rede Vozes.
20. Professores estão excluídos do debate público sobre política educacional na América Latina, segundo pesquisa - <http://www.andi.org.br> - 10/11/2011 - Brasil - Pautado pelo lançamento da Rede Vozes/Cobertura Obs sobre pesquisa lançada no lançamento da Rede Vozes.
21. Debate da política educacional exclui professores, diz pesquisa - <http://www.advivo.com.br/luisnassif> - reprodução da Agência Brasil - 11/11/2011 - Brasil - Pautado pelo lançamento da Rede Vozes/Cobertura Obs sobre pesquisa lançada no lançamento da Rede Vozes.
22. Participe do lançamento da Rede pela Valorização d@s Docentes Latino-american@s (nesta quarta, dia 9)- <http://www.inclusive.org.br> - 08/11/2011 - Brasil - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre o Lançamento Rede pela Valorização d@ Docente Latino-american@.
23. Valorização dos educadores latino-americanos - <http://portal.mec.gov.br> - 15/11/2011- Brasil - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre o Lançamento Rede pela Valorização d@ Docente Latino-american@.
24. Rede defende participação docente no debate público sobre educação - <http://abong.org.br/transparencia> - 18/11/2011 - Brasil - Reprodução de reportagem do Observatório da Educação sobre a Rede Vozes.

Tema: Educação e Direitos Humanos /Justiciabilidade

Internet

1. Fundação Casa mostra avanços, mas fantasmas da Febem ainda assombram - **Site UOL** - <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/01/30/fundacao-casa-mostra-avancos-mas-fantasmas-da-febem-ainda-assombram.htm>, - 30/01/2011 - Cotidiano - São Paulo - entrevista Rodrigo Medeiros sobre a queda do número de rebeliões nas unidades de internação da Fundação Casa.
2. De volta a Febem - <http://revistatrip.uol.com.br/revista/203/colunas/de-volta-a-febem.html> - 16/09/2011 - Colunas - Luiz Alberto Mendes cita a Ação Educativa no dia que visitou duas unidades da Fundação Casa, por meio do projeto Arte na Casa, em sua coluna mensal.

Tema: Espaço Cultural Periferia no centro

Rádio e TV

1. Metrópolis, **TV Cultura**, 06/03/2011, Um dia , São Paulo - Matéria de 4 minutos sobre a programação da Mostra Cultural Estética da Periferia no SESC Belenzinho, tendo como entrevistado, o coordenador do Programa de Cultura da Ação Educativa, Eleilson Leite, entre outros

2. Notícias, TVT – TV dos Trabalhadores, 04/05/2011, Um dia , São Paulo – Entrevistas com vários participantes do Seminário Estética da Periferia.

Jornais e revistas

1. População de baixa renda consome arte em São Paulo – **Jornal Folha de São Paulo**, 12 de Julho de 2011, São Paulo – Matéria discorre sobre a cena cultural da periferia paulistana, destacando o Ponto de Cultura da Ação educativa, Espaço Cultural Periferia no Centro, especialmente a Rinha dos MCs com entrevista com o músico Criolo, idealizador e organizador do evento que consta da programação regular do Ponto.

Internet

1. Seminário Estéticas da Periferia disponibiliza debate na Internet – Cultura – **Catraca Livre** – www.catraca.com.br - 02/05/2011 – três inserções – Matéria aborda o evento, suas mesas de debate e disponibiliza o link para transmissão ao vivo.
2. Grafite e Pichação: manifestação cultural ou vandalismo? - **Site Cultura** - 27/03/11 - Solte a Gravata, uma semana. Longa matéria sobre o graffiti e a pichação na cidade de São Paulo, destacando a Expo Graffiti 2011 na Ação Educativa com entrevista com o organizador do evento.

Tema: Educação, Gênero e Relações Raciais

Rádio e TV

1. Programa Beth Begonha – **Rádio Nacional da Amazônia** – 09/05/2011 – Diferenças entre meninos e meninas devem ser tratadas nas escolas: entrevista com Denise Carreira, autora do Informe Brasil - Gênero e Educação.

Tema: Juventude

Jornais e revistas

1. Ronda Noturna – **Revista Educação** – nov/2011 – São Paulo – reportagem especial sobre o ensino médio noturno com entrevista de Raquel Souza.
2. Projovem Urbano é caro e ineficiente – **Jornal O Estado de São Paulo** – Caderno Especial: Focas – 10/12/2011 – São Paulo – matéria sobre o Projovem Urbano com entrevista de Maria Virgínia de Freitas.

Internet

1. Pronatec não deverá ter impacto na qualidade do ensino médio, avalia especialista – Educação – <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-04-30/pronatec-nao-devera-ter-impacto-na-qualidade-do-ensino-medio-avalia-especialista> - 30/04/2011 - matéria sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com entrevista de Maria Virgínia de Freitas.
2. Pronatec não deverá ter impacto na qualidade do ensino médio, avalia especialista – Educação – <http://www.nominuto.com/vida/educacao/pronatec-nao-devera-ter-impacto-na-qualidade-do->

- [ensino-medio/71098/](#) - 30/04/2011 – reproduz matéria da Agência Brasil sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com entrevista de Maria Virgínia de Freitas.
3. Pronatec não deverá ter impacto na qualidade do ensino médio, avalia especialista – Geral – <http://espacoescolar.com.br/geral/pronatec-nao-devera-ter-impacto-na-qualidade-do-ensino-medio-avalia-especialista/> - 30/04/2011 – reproduz matéria da Agência Brasil sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com entrevista de Maria Virgínia de Freitas.
 4. Pronatec não deverá ter impacto na qualidade do ensino médio, avalia especialista – Notícias – <http://www.aratuonline.com.br/noticia/62840,pronatec-nao-devera-ter-impacto-na-qualidade-do-ensino-medio.html> - 30/04/2011 – reproduz matéria da Agência Brasil sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com entrevista de Maria Virgínia de Freitas.
 5. Seminário na Câmara Municipal dá os primeiros passos para a realização da Conferência Nacional de Juventude – <http://www.agenciajovem.org/wp/sao-paulo-com-a-juventude/> - 02/06/2011 – matéria sobre o Seminário São Paulo com a Juventude, realizado na Câmara Municipal de São Paulo, reproduzindo conteúdo da exposição feita por Maria Virgínia de Freitas.
 6. São Paulo debate Sistema Nacional de Juventude: Propostas, Experiências, Reflexões – Notícias – <http://www.infojovem.org.br/2011/07/18/sistema-nacional-de-juventude-sp/> - 18/07/2011 – divulga oficina organizada pelo Conselho Nacional de Juventude – Conjuve, com participação de Maria Virgínia de Freitas
 7. Seminário debate políticas de juventude em transição – <http://www.ibase.br/pt/2011/10/seminario-debate-politicas-de-juventude-em-transicao/> - outubro – divulga Seminário organizado por UniRio, Ibase e outras organizações não-governamentais, com participação de Maria Virgínia de Freitas
 8. Um terço dos jovens do ensino médio estuda à noite, aponta Censo – <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,um-terco-dos-jovens-do-ensino-medio-estuda-a-noite-aponta-censo,781130,0.htm> - 04/10/2011 – matéria sobre ensino médio noturno com entrevista de Raquel Souza.
 9. Lançamento: Juventude em Pauta – <http://www.agenciajovem.org/wp/lançamento-juventude-em-pauta/> - 10/12/2011 – divulga o lançamento do livro Juventude em Pauta: Políticas Públicas no Brasil no âmbito da 2ª Conferência Nacional de Juventude.
 10. Livro "Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil" é apresentado durante a 2ª Conferência Nacional de Juventude – <http://www.juventude.gov.br/noticias/2011/12/16-12-2011-livro-juventude-em-pauta-politicas-publicas-no-brasil-e-apresentado-durante-a-2a-conferencia-nacional-de-juventude> - 16/12/2011 - notícia sobre o lançamento do livro Juventude em Pauta: Políticas Públicas no Brasil, realizado durante a 2ª Conferência Nacional de Juventude.
 11. Projovem Urbano é caro e ineficiente – <http://blogs.estadao.com.br/especial-focas/?cat=891> - 09/12/2011 – matéria sobre o Projovem Urbano com entrevista de Maria Virgínia de Freitas.
 12. Projovem Urbano é caro e ineficiente – <http://blogs.estadao.com.br/em-foca/2011/12/16/bastidores-%C2%B4projovem-urbano-e-carro-e-ineficiente%C2%B4/> - 16/12/2011 – matéria sobre o Curso Estadão de Jornalismo cita Maria Virgínia de Freitas como fonte especialista em educação.
 13. Projovem Urbano é caro e ineficiente – Política – <http://forumeja.org.br/sp/node/204> - dezembro de 2011 – reproduz matéria do Estadão sobre o Projovem Urbano, com entrevista de Maria Virgínia de Freitas.
 14. Arte, cultura e juventude: caminho para o desenvolvimento pessoal e social – <http://www.blogeducacao.org.br/arte-cultura-e-juventude-caminho-para-o-desenvolvimento-pessoal-e-social/> - 08/03/2011 – reproduz matéria publicada na revista Onda Jovem, edição nº 3, novembro de 2005, com entrevista de Maria Virgínia de Freitas.

Tema: Diversidade e Participação**Rádio e TV**

1. Programa Beth Begonha – **Rádio Nacional da Amazônia** – 09/05/2011 – diferenças entre meninos e meninas devem ser tratadas nas escolas: entrevista com Denise Carreira, autora do Informe Brasil - Gênero e Educação.
2. Jornal da Band – **TV Bandeirantes** - 30/08/2011 - matéria especial sobre a aprovação da lei de remição da pena por estudo. Denise Carreira fala sobre a importância da lei para o avanço da educação nas prisões.
3. Jornal CBN – **Radio CBN** – 19/10/2011 – Denise Carreira é entrevistada sobre a apresentação do Informe Gênero e Educação na OEA.

Jornais e revistas

1. Ensino Religioso: Intolerância religiosa afeta autoestima e dificulta aprendizagem – Agência Brasil – 22/08/2011 – **Revista Diário da Saúde** - matéria aborda missão da Relatoria de Educação e cita Denise em análise sobre casos de intolerância religiosa em escolas.
2. Na educação, gestões do PSDB são permeadas por tensões e conflitos – **Revista Adusp** – Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (número 51) – 28/08/2011 – matéria ouve vários pesquisadores/as de educação, entre eles, Denise Carreira sobre as gestões do PSDB no estado de São Paulo.
3. Oração Subordinada – **Revista Educação** – 10/09/2011 - matéria aborda missão da Relatoria de Educação sobre intolerância religiosa.

Internet

1. Semana de Ação Mundial: Diferenças sim, desigualdades não! <http://arquivo.campanhaeducacao.org.br> e www.geledes.org.br – 15/04/ 2011 - divulgação do folder da semana.
2. Relatoria do Direito Humano à Educação participa de audiência pública e divulga estudo sobre gênero e educação <http://www.dhescbrasil.org.br> - 04/05/2011 - matéria cita fala de Denise Carreira sobre apresentação do informe preliminar em audiência pública no Congresso Nacional, realizada pela Comissão de Educação e Campanha Nacional pelo Direito à Educação como parte da Semana de Ação Mundial 2011.
3. Escolas brasileiras criam e perpetuam preconceitos e discriminações de minorias - <http://educacaoobr.blogspot.com.br> - 06/05/2011 - Cita Denise Carreira sobre a situação dos meninos, especialmente os negros, que abandonam a escola mais que as meninas e os papéis na educação.
4. Semana de Ação Mundial: alunos participam de Audiência Pública na Câmara dos Deputados - 06 de maio de 2011 - <http://www.inesc.org.br> - Reportagem sobre as ações da Semana na Câmara e cita a Relatoria Nacional do Direito Humano à Educação como uma das parceiras da SAM.
5. Alunos não bebem água filtrada em pelo menos 9,6 mil escolas - <http://educacao.uol.com.br> - Denise Carreira analisa alguns resultados do Censo 2010 e defende a necessidade de metas de equalização no Plano Nacional de Educação (2012-2021).
6. Audiência Pública da Semana de Ação Mundial bate recorde de participação e amarra compromissos para o PNE - <http://semanaacaomundial2011.wordpress.com> - 12 maio 2011 - cita exposição de Denise Carreira que apresentou dados que revelam enormes disparidades nas oportunidades educacionais entre pessoas brancas e negras e indígenas.
7. Encontro Sul/Sudeste da Rede de Gênero e Educação em Sexualidade - <http://www.fcc.org.br> - 17/06/2011 - aborda encontro e debate realizado na Fundação Carlos Chagas para apresen-

- tação do Informe Gênero e Educação. Mesa redonda com o tema Educação e Sexualidade: caminhos para uma política educacional, com exposição de Denise Carreira.
8. Sem SP, Brasil tem média de um preso universitário por Estado- <http://noticias.terra.com.br> - 22/08/2011 - série de matérias sobre encarcerados, gestores e pesquisadores sobre o acesso de presos ao ensino superior. Denise Carreira fala em duas das três matérias sobre os desafios envolvidos para a garantia do direito à educação.
 9. América Latina: relatório aponta desigualdades de gênero no acesso à educação - <http://portal.aprendiz.uol.com.br> - 27/10/11 - matéria sobre o Informe Brasil Gênero e Educação, coordenado por Denise Carreira, relatora do Direito à Educação, que foi apresentado em audiência na CIDH/OEA-Washington.
 10. INFORME GÊNERO E EDUCAÇÃO - <http://www.todospelaeducacao.org.br> - outubro 2011 - Divulgação do Informe e cita a colaboração da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação
 11. Desigualdades entre mulheres na educação brasileira são discutidas na OEA - <http://www.unesco.org> - 24/out/2011 - matéria divulga apresentação do Informe Brasil Gênero e Educação junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington (USA).
 12. OEA discute desigualdades entre mulheres na educação brasileira - <http://www.aads.org.br> - 26/10/2011 - matéria aborda apresentação do Informe Gênero e Educação à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) o Informe Brasil-Gênero e Educação, organizado por Denise Carreira.
 13. Comissão Interamericana de Direitos Humanos faz amanhã audiência sobre educação de mulheres, indígenas, camponesas e afro - <http://www.unifem.org.br> - 24.10.2011- matéria divulga realização de audiência sobre educação de mulheres, que terá a participação de Denise Carreira, coordenadora do relatório sobre o tema no Brasil.
 14. Relatoria visita Piauí para investigar situação da educação em comunidades quilombolas - 19 set 2011 - <http://www.campanhaeducacao.org.br> - matérias divulgam missão de investigação da Relatoria de Educação em comunidades quilombolas que vivem no semiárido do estado do Piauí.
 15. Relatora constata problemas em escolas quilombolas - <http://portal.aprendiz.uol.com.br> - 23/09/12 - Matéria realizada após conclusão da missão no Piauí, apresenta entrevista com Denise que aborda alguns problemas que detectou durante a missão.
 16. Seduc discute melhoria do ensino em comunidades quilombolas no PI - <http://www.cedefes.org.br> - 25/09/2011 - Relata a reunião da Relatoria e representantes da sociedade civil que apoiaram a missão com o Secretário Estadual de Educação do Piauí, professor Átila Lira
 17. Seminário articula debate sobre exigibilidade do direito à educação e desafios do modelo de desenvolvimento - <http://www.abong.org.br/final/download/dhesca.pdf> - 20 de dezembro de 2011 - matéria aborda participação de Denise Carreira no seminário Modelo de Desenvolvimento e Direitos Humanos, onde apresentou um balanço dos últimos mandatos da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação
 18. Relatoria apresenta recomendações à Procuradoria Federal - <http://www.abong.org.br> - dezembro de 2011 - matéria divulga audiência pública "Direito das mulheres à não discriminação racial e de gênero: comunicação e educação", realizado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) dia 7 de dezembro em Brasília, que contou com exposição de Denise Carreira, Relatora do Direito Humano à Educação da Plataforma Dhesca-Brasil e coordenadora de educação da Ação Educativa.
 19. Metas de Equalização - www.campanhaeducacao.org.br - set/2011 - matéria aborda participação de Denise Carreira no 7º Encontro Nacional da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que debateu o Plano Nacional de Educação. Denise apresentou as emendas propostas pela Relatoria, dentre elas Metas de Equalização que promovam a superação das desigualdades entre os grupos raciais.
 20. Crianças e adolescentes vão discutir Plano de Educação da Cidade de São Paulo - <http://www.geledes.org.br> - 25 outubro 2011 - divulgação do release do encontro com crianças e adolescentes sobre o Plano de Educação na cidade, realizado no dia 8 de novembro.